

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - FAMECOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PRÁTICAS E CULTURAS DA COMUNICAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: PRÁTICAS PROFISSIONAIS E PROCESSOS
SOCIOPOLÍTICOS NAS MÍDIAS E NA COMUNICAÇÃO DAS
ORGANIZAÇÕES

JANDRÉ CORRÊA BATISTA

**APROPRIAÇÕES ATIVISTAS EM SITES DE REDES SOCIAIS:
CARTOGRAFIA DAS AÇÕES COLETIVAS NO TWITTER**

Porto Alegre

2012

JANDRÉ CORRÊA BATISTA

**APROPRIAÇÕES ATIVISTAS EM SITES DE REDES SOCIAIS:
CARTOGRAFIA DAS AÇÕES COLETIVAS NO TWITTER**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade dos Meios de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Área de concentração: Práticas e Culturas da Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Jacques Alkalai Wainberg

Porto Alegre

2012

B333a Batista, Jandr  Corr a

**Apropria es ativistas em sites de redes sociais:
cartografia das a oes coletivas no twitter. / Jandr  Corr a
Batista. – Porto Alegre, 2012.
156 f.**

Disserta o (Mestrado) – PUCRS, Faculdade de
Comunica o Social, Programa de P s-Gradua o em
Comunica o Social.  rea de concentra o: Pr ticas e Culturas
da Comunica o.

Orientador: Prof. Dr. Jacques Alkalai Wainberg.

1. Movimentos Sociais. 2. A o Coletiva. 3. Ativismo. 4.
Redes Sociais. 5. Twitter. I. Batista, Jandr  Corr a. II.
Wainberg, Jacques Alkalai. III. T tulo.

CDD 301.242

**Bibliotec ria Respons vel:
Elisete Sales de Souza, CRB 10/1441**

JANDRÉ CORRÊA BATISTA

**APROPRIAÇÕES ATIVISTAS EM SITES DE REDES SOCIAIS:
CARTOGRAFIA DAS AÇÕES COLETIVAS NO TWITTER**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Área de concentração: Práticas e Culturas da Comunicação.

Dissertação aprovada em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dra. Rosária Ilgenfritz Sperotto – UFPel

Prof. Dr. Francisco Rüdiger – PUCRS

Prof. Dr. Jacques Alkalai Wainberg – PUCRS

Porto Alegre

2012

À Anelize e à Anna Carolina

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Jacques Wainberg, pelo apoio, principalmente nesta reta final;

Ao Prof. Juremir Machado da Silva, pela concessão da bolsa CAPES. Este percurso não teria sido possível de outra forma;

À Anelize Corrêa, minha mãe, pelo estímulo; por me habituar aos livros desde muito cedo e por não medir esforços para que eu pudesse estudar;

À família, por sempre prezar pelos resultados;

Ao Grupo de Pesquisa UBITEC/CNPq, em especial à Polianne Espíndola e à Sandra Henriques, pelo imediato acolhimento no PPGCOM;

Aos Professores Elisa Piedras, Carlos Recuero e Raquel Recuero, por proporcionarem o início da minha caminhada na pesquisa em comunicação social na Universidade Católica de Pelotas (UCPel);

À Universidade Católica de Pelotas, por me financiar como Bolsista de Iniciação Científica durante a graduação em Jornalismo;

À Prof^ª. Vanessa Maurente e ao Prof. Francisco Rüdiger, pelas importantes colaborações na banca de qualificação deste trabalho;

À Prof^ª. Rosária Sperotto, pela prestatividade, pelo exemplo, pelas colaborações e por prontamente aceitar formar parte desta banca;

À Gabriela Zago, pela parceria científica que vem desde a graduação, pelas discussões acadêmicas e pelos diversos Zagos e Batistas (e vice-versa) desde 2008;

Ao Michael Kuhn, pela parceria na revisão; pelos incentivos e desincentivos;

À Rosângela Cava, à Maria da Graça Ustra, à Flávia Reis e ao Marcelo Pinheiro, minha torcida gratuita e constante;

Aos outros amigos, por me acompanharem e vibrarem durante todo esse processo;

“The revolution will be hashtagged”

(referência ao poema-canção de Gil Scott-Heron, 1970: The revolution will not
be televised)

RESUMO

Ao longo da história, as formas de comunicação dos movimentos sociais estiveram consideravelmente limitadas à noção de presencialidade. À medida que os meios de comunicação evoluíram, novas perspectivas surgiam em benefício da comunicação gerencial dos movimentos e da ampliação das estratégias de persuasão. Tanto pela ampliação das audiências quanto pela criação de novas formas de atuar coletivamente, a apropriação de ativistas sobre os recursos comunicacionais caracterizou-se como uma tendência natural de potencialização das ações de protesto. O presente trabalho versa sobre as apropriações do microblog Twitter (twitter.com) para fins políticos. Para tanto, pretende-se apresentar, o princípio de um desenho cartográfico (DELEUZE e GUATTARI, 1995) sobre as apropriações do site de rede sociais (BOYD e ELLISON, 2006) para o ativismo, tratando, assim, de movimentos como #wikileaks, #iranelection, #occupy, #forasarney, entre outros.

ABSTRACT

For a long time in history, forms of communication of social movements were restricted to the notion of face to face interaction. As the media evolved, new perspectives emerged for the benefit of the ways of communication of the movement and the expansion strategies of persuasion. Both expanding activist's audience and creating new ways to act collectively, the activist appropriation of communication resources is characterized as a natural tendency to the people empowered protest. The present dissertation is about the appropriation of the microblog Twitter (twitter.com) for political purposes. For that, we intend to make the firsts draws, considering the cartographic perspective (Deleuze and Guattari, 1995), about the appropriation of this specific social networking site (Boyd and Ellison, 2006) for activism, considering collective actions such as #wikileaks, #iranelection , #occupy and #forasarney movement, among others.

Keywords: Activism; Collective Action; Social Networks, Twitter

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Sistematização da obra de Olson (1965).....	41
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação da evolução das redes.....	61
Figura 2 - Representação das Pontes de Königsberg.....	75
Figura 3 - Representação de Königsberg.....	76
Figura 4 - Lançamento dos sites de redes sociais.....	84
Figura 5 - Capa da revista Time, de dezembro de 2011.....	108
Figura 6 - Imagem de http://occupywallst.org/	110
Figura 7 - Um dos perfis atuantes no movimento #Iraelection.....	114
Figura 8 - Vídeo de uma manifestação publicado no Youtube.....	117
Figura 9 - Um dos perfis de mobilização da ação #Forasarney.....	118
Figura 10 - Resultado da ação #forasarney em 29 de junho de 2009....	119
Figura 11 - Google Bomb "Vergonha Nacional".....	126
Figura 12 - Repercussão do termo Wikileaks.....	137
Figura 13 – Perfil da campanha Hora do Planeta.....	131
Figura 14 – Perfil da caminha Ficha Limpa.....	133
Figura 15 – Divulgação do movimento massa crítica.....	135

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 O ATIVISMO NA INTERNET	
2.1 Sobre o Conceito de Ativismo	21
2.2 Os Frames das dinâmicas da ação coletiva	35
2.3 Quando a Internet entra em cena.....	56
3 AS REDES SOCIAIS NA INTERNET	
3.1 Sobre o conceito de rede	73
3.2 Os Sites e as rede sociais na Internet	81
3.3 Dos Weblogs	93
3.4 Dos Microblogs	96
4 O PRINCÍPIO DE UM DESENHO.....	101
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	146

1 Introdução

O contexto de ubiquidade das tecnologias de comunicação e informação tem conferido transformações expressivas às dinâmicas sociais na articulação de ações coletivas. Ao contrário do que previam os modelos clássicos (cf. OLSON, 1965), pensados em ambientes comunicacionais um-muitos, grupos de grandes proporções não seriam inviabilizados, por suas supostas dificuldades de coordenação, à consecução de objetivos coletivos. Mais comunicação poderia significar maiores possibilidades de articulação conjunta.

Sobre esse panorama, o presente trabalho versa sobre as apropriações ativistas na Internet, especificamente as ações coadunadas no microblog Twitter (www.twitter.com). O termo “ativismo” foi aqui escolhido para designar as ações politicamente orientadas realizadas na e a partir da Internet, pois, conforme se discutirá no primeiro capítulo, esse emblema tem sido a forma contemporânea adotada pela mídia jornalística de referência e pelos trabalhos acadêmicos sobre essa temática para retratar esse tipo de participação política.

Além disso, e o mais importante, a ideia de ativismo, segundo a bibliografia consultada, principalmente em Assis (2006), revela uma preocupação com a renovação da imagem dos movimentos de protesto: uma construção que traduz consciência social, responsabilidade e exercício da cidadania; no lugar de “subversão”, “revolução” e “radicalismo”. Dessa forma, optou-se, assim, por um retrato que referencie como os sujeitos envolvidos nos processos de contestação constroem-se e são construídos.

Em um primeiro momento, com uma preocupação de cunho teórico, a presente dissertação investe em diversas frentes de discussão pouco trabalhadas sobre o tema, principalmente na produção científica nacional. A abordagem inicial é dividida em duas partes.

A primeira é sobre o ativismo na Internet. Lança-se mão de revisões bibliográficas, ainda que breves, das abordagens sobre a teoria da ação coletiva

e da perspectiva dos (novos) movimentos sociais (com base em GOHN, 2007; 2007; SÁDABA, 2007, BIMBER *et al.*, 2005; OLIVER e MARWELL, 1989; FLANAGIN *et al.*, 2006, entre outros) para pensar as dinâmicas da ação coletiva no contexto midiático contemporâneo.

Conforme se discute a partir desses trabalhos, a estrutura da ação coletiva apresentaria transformações significativas no atual contexto comunicacional. A teoria da Mobilização dos Recursos (MR), principalmente os pressupostos do trabalho de Olson (1965), não se aplicaria a um “ambiente” em que o acesso à informação e às potenciais ferramentas de coordenação social mostra-se ubíquo (potencializado ainda mais pela “evolução” dos dispositivos móveis de comunicação).

O sujeito ativista, “personagem” central no núcleo da ação coletiva (cf. OLIVER e MARWELL, 1989) pelo seu papel de influenciador dos movimentos, conta agora com outras ferramentas de mobilização, propagação e coordenação sem precedentes. A lógica de participação utilitarista nas ações coletivas, conforme prevê a MR, perde a sua significação pelo surgimento de outra relação custo/benefício (em participar ou não participar de um movimento) por meio das novas tecnologias de comunicação e informação. Colaborar com um objetivo coletivo demanda cada vez menos custos, sejam temporais, operacionais ou financeiros.

Busca-se também introduzir, nessa abordagem inicial, uma rápida problematização sobre o conceito de ativismo, na tentativa de endossar uma definição operacional (a partir de JORDAN, 2002; ASSIS, 2006; POSTMES e BRUNSTING, 2002, entre outros), e também de estabelecer uma visão crítica sobre os rígidos enquadramentos ideológicos atribuídos aos movimentos políticos na rede. A ideia de ativismo aqui defendida, amparada nesses autores, abarca ações coletivas, politicamente orientadas, que demandam “transgressão” e “solidariedade” para a consecução de um objetivo comum.

Para situar as apropriações ativistas em sites de redes sociais, apresenta-se, também, uma reconstrução histórica sobre o princípio das ações co-

ativas na Web, desde o movimento Zapatista, em Chiapas na década de 1990, contra o processo de globalização da economia. A intenção é mostrar como uma das características “do espírito da cibercultura”, a apropriação (LEMOS, 2002), no caso deste trabalho especificamente a apropriação política das ferramentas digitais, é um uso presente desde a sua origem.

Pensada inicialmente como recurso de defesa, a Internet tem o ativismo (ou ciberativismo, ativismo digital, como rotulam alguns autores) como um de seus usos marcantes na paisagem midiática contemporânea. Dentro de uma nova perspectiva de fazer política, caracterizada pela passagem dos “velhos” espaços (sindicatos, partidos políticos) para outros espaços do cotidiano (cf. PRUDÊNCIO, 2006), os sujeitos passam a se utilizar dos sites de redes sociais, como o Twitter, para fins de propagação de um discurso político, para coordenação de ações tanto nas esferas on-line quanto offline, entre outros. No caso do Twitter, em vez de responder à questão inicialmente proposta pela ferramenta (*What are you doing?* ou “O que você está fazendo?”) (cf. MISCHUAD, 2007; ZAGO, 2009), os usuários fizeram do site de redes sociais, entre outras apropriações, um repositório de informações sobre o mundo, em benefício da liberdade no estabelecimento do fluxo de informações, (cf. GAFFNEY, 2009).

O segundo esboço teórico trata das características do meio de veiculação da retórica ativista: as redes sociais na Internet. Abordam-se rapidamente os conceitos de redes, redes sociais, redes sociais na Internet, site de redes sociais, para então chegarmos ao fenômeno dos weblogs e microblogs; este último, objeto de especial interesse deste trabalho.

Nesse capítulo, ressaltam-se as características das dinâmicas sociais das redes digitais, principalmente com base em Recuero (2009). Delineiam-se os seus modelos de estudo e apresenta-se um breve histórico dos sites de redes sociais (ELLISON *et al.*, 2006), ressaltando as suas características (BOYD e ELLISON, 2007). Discute-se, também, o conceito de weblogs, com base, principalmente em Amaral *et al.* (2009) e Primo e Smaniotto (2003); e dos microblogs, a partir de autores como Zago (2009); Michaud (2007) e Java *et al.* (2007).

Assim, o problema da presente pesquisa pode ser sistematizado pela seguinte questão: “como se dão as formas de apropriação ativista no Twitter?”. Para respondê-la, sob um viés qualitativo, optou-se pela perspectiva cartográfica, proposta por Deleuze e Guattari (1995). A intenção, em um segundo momento da construção desse trabalho, foi apresentar o princípio de um desenho cartográfico sobre as apropriações do site de rede sociais (BOYD e ELLISON, 2006) para o ativismo, tratando, assim, de movimentos como #wikileaks, #ira-nelection, #occupy, #forasarney, entre outros.

A partir do método cartográfico, a intenção é retratar uma paisagem em movimento, em constante fluxo e mutação. Entende-se que qualquer outra perspectiva metodológica que se propusesse a retratar a realidade social de forma rígida, estável, não seria condizente com as particularidades dos fenômenos aos quais este trabalho se propõe a “desenhar”. Admitindo a fluidez e a despretensão do método, assume-se a necessária “fragilidade” do olhar aqui lançado sobre uma realidade em constante reinvenção – que não deve, portanto, ser “congelada”, categorizada.

No terceiro capítulo, “O Princípio de um Desenho”, trabalha-se inicialmente com as orientações acerca do trabalho cartográfico, com base em Rolnik (2008), Kastrup (2007), Amador e Fonseca (2009) e Sperotto (2002). Em seguida, ensaia-se um desenho sobre as mobilizações no Twitter registradas a partir do segundo semestre 2009, momento do início da construção deste trabalho enquanto projeto de dissertação para o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Seguindo as orientações da perspectiva cartográfica, as ações ativistas que compõem o desenho foram selecionadas conforme a realidade social se coloca ao olhar do pesquisador (e não o oposto).

O recorte sobre o fenômeno dos microblogs, especificamente sobre o Twitter, deu-se pela emergência da utilização de tal serviço no contexto atual, de forma que este trabalho pudesse contribuir à compreensão de como se dão as formas de participação política no contexto contemporâneo. Também contri-

bui à escolha o caráter limitador que o meio impõe às interações sociais, pelo favorecimento na identificação das características dessas apropriações.

Por fim, a presente dissertação pretende aportar para a compreensão das formas de atuação política no contexto contemporâneo. Entender como “sites de redes sociais”, dentro de uma tendência de politização de “outros espaços” antes alheios à política (cf. PRUDÊNCIO, 2006), são apropriados para o ativismo, significa compreender, pelo menos em parte, como as sociedades contemporâneas se articulam politicamente.

2 O Ativismo na Internet

2.1 Sobre o Conceito de Ativismo

O termo “ativismo” tem sido rótulo constante na paisagem midiática. Na contemporaneidade, as possibilidades de agir politicamente são remediadas numa velocidade ascendente. Tal fenômeno, por estar sempre num processo de constante reinvenção, passa a chamar atenção dos meios noticiosos. A cada momento, um novo olhar sobre as práticas políticas em rede é lançado em consequência das apropriações ativistas das ferramentas digitais. Os recentes levantes na África e no Oriente Médio, os protestos em todo mundo coordenados via redes sociais na Internet, conferem vigor exponencial ao tema, tornando-o questão de certa recorrência no agendamento midiático contemporâneo.

Na busca pelo termo “ativista”, o site de notícias G1 www.g1.globo.com, o mais acessado do gênero no Brasil segundo o indexador Alexa¹, apresenta, desde outubro de 2000 a setembro de 2011, o registro de 5.032 mil entradas informativas. O contraste: em 2001, contabilizaram-se 10 registros, ao passo que em 2011, até setembro de 2011, já se tinha o registro de 1217 entradas contendo o termo “ativista”. Os dados mostram que, no caso concreto, a incidência de uso do termo, hoje, é mais de 120% superior.

A maior frequência no agendamento midiático poderia significar, conforme nos coloca a hipótese da Agenda-Setting (McCOMBS, 2009), o acréscimo da presença desse tema na agenda pública. Também no meio acadêmico brasileiro, vários trabalhos começam a abordar preliminarmente o tema. Amadeu (2009, 2010, 2011), Zago e Batista (2010, 2011), Schieck (2009 e 2010), Prudêncio (2006), Assis (2006), Antoun (2004, 2006) são alguns dos exemplos.

Mas o que seria propriamente o ativismo? O conceito comumente se refere à ideia de ações coletivas politicamente orientadas, principalmente as

¹<http://www.alexa.com>

que envolvem formas de protesto. Ao longo deste capítulo, tentar-se-á apresentar uma breve abordagem conceitual acerca do tema.

Embora seja um fenômeno social presente no discurso da mídia de referência e na produção acadêmica especializada, essas práticas, conforme se argumentará na sequência, carecem de formulações teóricas mais elaboradas. O ativismo, como significado (e não como significante), é uma prática social historicamente presente. Mas nem por isso conquistou um *status* teórico amplo ou lhe foi oferecido maiores problematizações conceituais. O tema tem sido, muitas vezes, diluído pela ótica da teoria da ação coletiva e pela perspectiva dos movimentos sociais.

No contexto contemporâneo, a relação entre ativismo e mídia dificultaria ainda mais um alcance conceitual. A interface entre os meios de comunicação e as práticas ativistas começa a complexificar não só a formulação de um conceito operacional, mas também a compreensão do fenômeno como um todo. Pela multiplicidade de ferramentas atualmente disponíveis à coordenação social e pelas amplas possibilidades de apropriação política, o ativismo, como diversos aspectos da sociabilidade humana, transita por um processo de transformação.

As ações coletivas, agora inseridas no ambiente da comunicação mediada por computador, readaptam as suas estruturas de poder e de coordenação de ações. Diversas características naturais à Internet, como a possibilidade de comunicação síncrona e assíncrona, oferecem uma profunda transformação às dinâmicas. Conforme nos mostram diversos autores (como LEVY, 1999; CASTELLS, 2005; LEMOS, 2002; RECUERO, 2009; UGARTE, 2006), até recentemente, o poder estava (mais) centrado nas instituições: determinam as pautas, estabelecem o que é de interesse público. Hoje, em contra partida, o poder está (mais) diluído em rede. O indivíduo é capaz de melhor estabelecer as suas conexões, selecionar conteúdos, produzir as suas mensagens e transmiti-las a um grande público. Sem para isso arcar com custos operacionais significativos.

Os efeitos desse panorama são notáveis em termos de mobilização social. As constantes transformações das dinâmicas das ações coletivas no contexto contemporâneo estão associadas, assim, aos recursos comunicacionais disponíveis de suporte à reverberação política. Do panfleto dos séculos XVI e XVII à apropriação da tipografia para formas de manifestações políticas no século XVIII; da articulação dos movimentos sociais por meio do telégrafo, no século XIX, ao surgimento da Internet na década de 1960, ao longo da história, os meios de comunicação, direta ou indiretamente, ampararam a “evolução” das articulações políticas das sociedades. Por serem naturalmente comunicacionais (cf. FLANAGIN *et al*, 2006), com o passar do tempo, as ações coletivas demandam transformações de suas dinâmicas, de forma a estarem alinhadas à realidade comunicacional de seu tempo.

É nesse ambiente virtual (blogs e sites que se multiplicam rapidamente na Internet) que se desfraldam hoje bandeiras diversas em confronto direto e mortal. Recordo o espírito anárquico e mágico de panfletagem de antigamente. (...) Exemplo de panfleto foi a publicação de *La satyre Ménippé de la vertu du Catholicon d'Espagne*, publicado em Tours em 1594. Trata-se de uma crítica política contra a Liga Católica e as pretensões da Espanha na França neste período da Guerra das Religiões. Defendia a ideia de uma França independente, mas Católica. (...) Depois, no século XVIII, autores como Voltaire e Abbé Sieyès e vários outros no período revolucionário francês e napoleônico fizeram amplo uso da tipografia para divulgar em panfletos impressos suas idéias. (WAINBERG, 2011, p.56-57)

Buscaremos, na sequência, apresentar um breve panorama de como o conceito de ativismo tem sido desenhado pelos esforços acadêmicos. O recorte bibliográfico, neste momento, está baseado principalmente nas discussões sobre o conceito de ativismo presente nas obras de SILVEIRA (2009), ASSIS (2006), JORDAN (2006), OLIVER E MARWELL (1989), PRUDÊNCIO (2006), ANTOUN (2004), NEGRELLY (2010) e JORDAN e TAYLOR (2004).

Após a avaliação da literatura especializada, podem-se citar, em um primeiro momento, duas características sobre a apropriação do termo ativismo.

O primeiro aspecto: percebe-se uma tendência a subclassificações associadas à temática da causa na qual o ativismo se aplica. Para citar dois exemplos: protestos e ações coletivas em defesa do meio ambiente: ativismo ambiental ou ambientalismo. Manifestações por maior acesso à cultura ou contra a lógica da cultura midiaticizada (*culture jamming*): ativismo cultural. Nesses casos, a noção de ativismo assume denotações particulares, caracterizando perspectivas ideológicas específicas.

O segundo aspecto percebido é a adaptação conceitual referente ao meio utilizado para difundir as suas mensagens políticas. A(r)tivismo, ciberativismo, gameativismo. As possibilidades de manifestação em cada meio são agora as determinantes na precisão do conceito. Com o passar do tempo, diversas são as nomenclaturas sobre as formas das ações coletivas nas especificidades de suas temáticas e de seus meios de reverberação política.

Em algumas esferas do conhecimento, o termo assume denotações ainda mais delimitadas, de forma a afastar-se consideravelmente de sua “noção original”. No caso das Ciências Jurídicas, por exemplo, “ativismo judicial” remete a uma prática específica: a conduta do magistrado sobre a interpretação ampla do texto jurídico.

O ativismo judicial ocorre quando o julgamento não se limita à risca ao que se expressa no texto legal. Sendo a lei uma construção artificial sobre uma realidade imaginada, a norma seria passível de se afastar, com o passar do tempo, da realidade que visa reger. O Ativismo Judicial seria, conforme coloca Negrelly (2010), uma legitimação da autonomia do judiciário em expandir os limites da interpretação do texto legal.

O ativismo judicial representa o rompimento com a postura positivista fortemente arraigada no Poder Judiciário, designando uma postura proativa do magistrado na interpretação da norma, em especial da Constituição, de forma a expandir o seu sentido e alcance, participando o juiz, portanto, no processo de criação da norma jurídica. (NEGRELly, 2010, p.1419).

Dentro da tendência de subclassificações, outras aplicações ainda são

encontradas em contextos de ação ainda mais restritos, como por exemplo, no caso da Internet. Pela multiplicidade de ferramentas presentes no universo da comunicação mediada por computador, o ciberativismo, ativismo digital ou ativismo on-line, entre tantas outras nomenclaturas, tem apresentado uma diversidade de delimitações teóricas. São exemplos as práticas dos já citados gameativismo (cf. SILVEIRA, 2010) e o hacktivismo (cf. JORDAN e TAYLOR, 2004). Em ambos os casos, o que caracteriza é o instrumento de transmissão da retórica ativista. O primeiro remete à utilização dos jogos eletrônicos, em rede, para propósitos políticos: a apropriação social do lúdico para propagação de temas de relevância à sociedade. São caracterizados como hacktivismo, por sua vez, os casos em que se utiliza de dispositivos eletrônicos como forma de subversão em sistemas informatizados: divulgação de mensagens em sites de organizações internacionais, “derrubada” de servidores, entre outros.

Essas mutações do termo “ativismo” expressam as tentativas de acompanhar as mudanças pelas quais as ações políticas estão passando quando seus sujeitos encontram novas possibilidades de comunicação e organização. Sem dúvida, as novas tecnologias de processamento, armazenamento e distribuição de informações, ao permitirem a alteração da comunicação, também abrem um novo espaço para o ativismo. Isso não quer dizer que as tecnologias criam as mobilizações. Isso indica que grupos sociais e até indivíduos têm condições mais favoráveis para construir redes de mobilização, o que não era possível em uma esfera pública dominada pelos *mass media*. (SILVEIRA, 2010, p.132)

No meio acadêmico, o termo ativismo é usado amplamente a partir de subclassificações (como em SILVEIRA, 2010) e mesmo sem uma formulação conceitual acerca. No segundo caso, evidenciam-se, normalmente, as amplas possibilidades de coordenação social por meio das novas tecnologias de comunicação, mas não se apresenta uma preocupação de ordem conceitual. Pela imprecisão do plano teórico, ativismo se confunde, assim, com ação coletiva, movimento social, sindicalismo, militância partidária, com qualquer mobilização individual ou de um grupo de pessoas. Na maioria das aplicações, há mesmo uma limitação da significação ideológica dessas ações. Ativismo

político, da forma como é apropriado esse conceito, traduz, muitas vezes, qualquer movimentação à esquerda do espectro político. As palavras-chave nesses casos são justiça global, desobediência civil, anti-capitalismo (cf. PRUDÊNCIO, 2006; ANTOUN, 2008).

Em meio a esse panorama, em que o ativismo a tudo se associa e a tudo se aplica – do jornalismo comunitário às correntes de solidariedade por e-mail: o que seria propriamente o ativismo? O dicionário Aurélio sugere como conceito de “ativista” a acepção “militante político”. Já por “ativismo”, as definições sugeridas são mais amplas:

(1) “doutrina que admite algum tipo de oposição entre a ação e dos domínios diversos do conhecimento, e que dá primazia à ação, primazia que comporta diferentes graus e definições”; (2) “estilo impressionista em que se empregam os gêneros literários para propaganda de ideias políticas”; (3) “militância política”.

As definições apresentadas não restringem, de todo, o conceito. No primeiro caso (“propaganda de ideias políticas”), a definição proposta não vai muito além da própria noção de propaganda em sua diferenciação à publicidade (segundo as definições introduzidas por GOMES, 2002). Uma propaganda de ideias políticas poderia classificar, por exemplo, o marketing eleitoral. Tal associação estaria distante de se caracterizar como ativismo, de acordo com as definições operacionais que serão aqui apresentadas.

No segundo caso, a dificuldade conceitual é ainda mais ampla: “militância política” poderia se restringir a questões partidárias/eleitorais e não necessariamente a uma transformação da realidade social. No terceiro, avança-se com a ideia de oposição ao estado das coisas, mas se privilegia a “doutrina” em detrimento da ação em si: “doutrina que promove a ação”, e não a “ação” que manifestaria – possivelmente – uma doutrina.

Conforme nos coloca Ilari e Geraldi (2006, p.50), existe “um fundamento real em semelhanças de significação das palavras ou das construções gramaticais, mas essas semelhanças não suas completas, revelam-se bastante

precárias a uma análise mais acurada”. Assim, “doutrina” e “ação”, nos dois casos em tela, intercambiam a posição de núcleo do predicativo do sujeito, produzindo efeitos distintos de sentido. Na terceira acepção, ainda mais, não se esclarece o ativismo como prática coletiva: deixa-se de caracterizar a prática como atuação individual ou conjunta, apenas como uma “ação” ideologicamente fechada (pela noção de “doutrina”).

Embora as definições não sejam precisas, por outro lado são relevantes para evidenciar a relação essencial entre ativismo e política. Conforme discute Jordan (2002, p.11), o termo política é um conceito atualmente incerto. Abrange desde a esfera individual à coletiva, envolvendo até mesmo as campanhas eleitorais. “Existem diferentes dimensões do político, incorporando uma ampla gama das ações humanas, sentimentos e relações sociais. Para complicar ainda mais a questão, a familiar distinção de esquerda, centro e direita também é atualmente problemática”². Entende-se como política, neste caso, independentemente das diversas concepções agregadas com o passar do tempo, o sentido da busca do bem comum no espaço público.

O bem é o fim de toda ciência ou arte; o maior bem é o fim da política, que supera todos os outros. O bem político é a justiça, da qual é inseparável o interesse comum, e muitos concordam em considerar a justiça, como dissemos em nossa Ética, como uma espécie de igualdade. (ARISTÓTELES, 1252a, p.111)

No caso das associações de política à ideia de ativismo, ou seja, a noção de “ativismo político”, em grande parcela dos casos, restringe-se a ações orientadas ideologicamente à esquerda (compreende-se por ideologia o sentido etimológico, geral, resgatado por Edgar Morin, conforme explicitado em RAMOS, 2005). Uma grande parcela da literatura refere-se às ações coletivas e aos movimentos sociais alinhados à esquerda (como em PICKERILL, 2003; ANTOUN, 2004; VIDAL, 2005; PRUDÊNCIO, 2006; COSTA JÚNIOR, 2007; GONÇALVES *et al.*, 2008, entre outros). As considerações centram-se no argumento de que a individualização promovida pela lógica do sistema

² Versão do autor para “There are different dimensions of the political, incorporating a wide range of human actions, feelings and social relations. To complicate matters even further, the familiar distinction of left, centre and right is also now problematic” (JORDAN, 2002, p.11)

capitalista desintegraria a atuação cidadã e que hoje, nos termos de Prudêncio (2006), haveria uma reversão dos processos históricos de conflito referentes à relação público-privado. As ações coletivas (políticas) seriam (em grande parcela) uma das formas de antagonismo anti-hegemônico.

Se antes cabia aos cidadãos a defesa da esfera privada contra a invasão das tropas da esfera pública e do Estado opressor, hoje se trata de defender o domínio público. Esse papel é desempenhado pela ação coletiva, que se direciona para a articulação em redes, como um tipo de resposta aos problemas gerados pela globalização. (PRUDÊNCIO, 2006, p.41)

Ainda assim, percebe-se que as inclinações políticas e os matizes ideológicos das manifestações ativistas não são restritos à ideia do alinhamento à esquerda (mesmo porque há um panorama de ambiguidade na divisão sumária entre esquerda e direita). Diferentemente do que sugere parte significativa da bibliografia consultada, o ativismo transcenderia uma concepção ideológica determinada: atualmente, evidencia-se uma perspectiva em detrimento de outra pelo momento sócio-econômico presente, mas isso não restringe a análise ou confere uma característica político-ideológica por excelência aos movimentos ativistas. Notadamente, uma parcela expressiva desses movimentos estaria vinculada a uma visão à esquerda: como a mobilização em Seattle, em 1999, contra o modelo econômico consagrado pelo Fórum Econômico Mundial ou a insurgência em Chiapas, no México da década de 90, também contra a lógica do sistema capitalista, mas, nem por isso, a prática ativista definir-se-ia por uma só perspectiva.

Para citar um exemplo divergente, note-se a rede de *webloggers* em Cuba, opositora ao regime castrista. Mais conhecido pelo papel desempenhado pela ativista Yoani Sanchez no *weblog* *Generación Y* (<http://www.desdecuba.com/generaciony/>), o grupo estaria mais caracterizado como um ativismo alinhado à direita. Amparada por uma rede de apoio internacional, a ativista, desde 2007, publica críticas contundentes ao regime comunista cubano em seu *weblog*. A repercussão, comenta a autora, foi tanta a ponto de possibilitar a publicação de diversos livros e de conquistar vários

prêmios internacionais. Yoani define a sua prática como “exercício de covardia” que a possibilita “dizer o que lhe é impedido no seu acionar cívico”³. Atualmente, a bitácora *Generación Y* está traduzida para mais de 15 línguas a partir do esforço de uma rede de solidariedade internacional.

Além de Jordan (2002), outra definição encontrada na literatura, que corrobora os argumentos apresentados, registra-se em Hernandez (2010). O autor dá ênfase à diversidade de perspectivas ideológicas em sua apresentação do conceito de “ativismo político”. Compreende, assim, ativismo (político) como uma ação baseada no processo discursivo de confrontação, mas não necessariamente associada à perspectiva anti-capitalista, ao contrário, a partir de diferentes “coloridos ideológicos”.

O ativismo assim empreendido é a expressão coletiva de um movimento de forças entre segmentos sociais com diferentes coloridos ideológicos e intencionalidades. O político assim entendido é poder e poder, nesse sentido, é aquela parcela de sanidade social que desacomoda a lógica individualista” (HERNANDEZ, 2010, p.93)

Assim, entende-se que a associação em tela (ativismo político) privilegiaria a redundância de significação. O ativismo, por definição, é essencialmente político. Além de estigmatizar o conceito, a noção corrente de “ativismo político” preconizaria, pela sua comum denotação à esquerda, a dicotomização (bastante criticada no contexto contemporâneo, como prevê Belchior, 2003) entre capitalismo e socialismo; esquerda e direita; planificação e liberalismo. Assim, no presente trabalho se adotará o ativismo sem a associação ao termo “política”, dentro do entendimento da impossibilidade de dissociação entre os dois significados.

A dicotomização das ideias políticas dos séculos XIX e XX que opunha liberalismo a marxismo, capitalismo a socialismo, democracia a autoritarismo, esquerda a direita, tende a encontrar nos últimos anos dificuldades de expressão. O debate sobre a crise ideológica assenta mais diretamente na supressão da dis-

³ Versão do autor para “decir lo que le está vedado en su accionar cívico”

tinção entre direita e esquerda, em vigor desde a Revolução Francesa (BELCHIOR, 2003)

Conforme se percebe até aqui, embora o ativismo seja um fenômeno cada vez mais presente na paisagem midiática contemporânea, o conceito ainda carece de formulações mais elaboradas que dêem conta da diversidade de aplicações e meios, sem limitar, propriamente, as diferentes formas das manifestações coletivas. Um dos trabalhos em que se tem uma preocupação quanto à delimitação conceitual é a revisão bibliográfica de Assis (2006), na dissertação de mestrado “Táticas lúdico-midiáticas do ativismo contemporâneo”. O autor situa-se, principalmente, em Jordan (2002) para tecer as suas considerações.

De acordo com a definição sugerida, o ativismo é uma ação política indireta não-institucionalizada. Por “não-institucionalizada”, interpreta-se aqui, dentro da perspectiva dos novos movimentos sociais, as ações políticas não coordenadas pelas organizações tradicionalmente presentes nas dinâmicas da ação coletiva, como os sindicatos e os partidos políticos. Uma ação política direta seria entendida pelos processos políticos formais de participação popular, como o ato de votar, ao passo que a indireta se definiria pelas manifestações, pelas formas de protesto como greve, subversão, boicote etc., ou seja, por “(...) qualquer ação positiva (fazer algo) que tenha implicações concretas, e geralmente imediatas, sobre seus alvos” (ASSIS, 2006, p. 14).

O autor ressalta, no entanto, as práticas ativistas que referenciam às ações diretas não-violentas. Ainda que as práticas ativistas não excluam necessariamente o uso da violência, haveria uma divisão substancial entre ativismo e terrorismo.

Por terrorismo, com base em MAZUOLLI (2008), entendem-se as práticas políticas, individuais ou coletivas, balizadas pela violência e geradoras de terror. O termo provém do latim *terreur*, que traduz medo ou ansiedade extrema perante ameaça. Embora na França do final do século XVIII o vocábulo tenha sido apropriado para designar a violência revolucionária

mobilizadora de sentimento nacional, a denotação contemporânea caracteriza ações criminosas contra inocentes e alvos simbólicos. “Por terrorismo se entendem os atos violentos (...) voltados à demonstração de insatisfação com os poderes constituídos, a fim de modificar ou substituir por outro o regime político existente. Trata-se de uma forma extrema de ação política, normalmente ligada a conflitos regionais” (MAZUOLLI, 2008, p. 963).

Haveria nesse ponto, explica o autor, uma distinção clara entre “terrorismo” e a ideia de “guerra”. Enquanto que na guerra haveria uma declaração formal de hostilidades entre países e a provável isenção de inocentes e alvos não-militares nos conflitos bélicos, no terrorismo os inocentes e os alvos não-militares seriam as principais características das formas de ação.

Amparado em Gilbert Guillaume, Mazuolli (2008) apresenta três critérios para considerar uma atividade criminosa como terrorista. Primeiramente, a ação terrorista provoca a morte de indivíduos ou graves danos físicos. Em segundo lugar, é aplicada por um coletivo de pessoas. Por fim, tem como objetivo causar terror (medo, ansiedade e insegurança) a um determinado grupo de pessoas ou à sociedade em geral. O exemplo mais marcante de terrorismo é consensual na bibliografia consultada: os ataques em 11 de setembro de 2001. Os alvos foram pessoas inocentes (sociedade civil) e os poderes simbólicos da sociedade estadunidense: o poder econômico, o poder militar e o poder político.

As práticas terroristas e as formas de ações coletivas políticas (não extremistas) encontraram um separador de águas pelo termo “ativismo”. O primeiro carrega a ideia de extremismo, radicalismo, crime, assassinato, enquanto que, cada vez mais, o ativismo passa a ideia de “protesto criativo”, “consciência social”, “solidariedade”. Dentro de uma possível dissociação entre “ações radicais” e “ações solidárias”, Assis (2006) sugere que a popularização do termo ativismo teria se dado, provavelmente, como uma estratégia de desvinculação dos atores sociais engajados politicamente em relação aos estereótipos de ‘revolucionário’ e ‘radical’. Em defesa de uma concepção que veja as ações coletivas políticas como “socialmente ativas” e “responsáveis”, a

ideia de ativismo traria a passagem do indivíduo comum ao entendimento de cidadão (cf. PRUDÊNCIO, 2006).

Embora tanto terrorismo quanto ativismo busque uma transformação da realidade social e viabilize maneiras de manifestar e exigir mudanças, a noção de ativismo se afastaria nas formas concretas das ações coletivas. O protesto criativo contemporâneo, pode-se argumentar, traria cada vez mais elementos do lúdico (cf. PERANI, 2007) para a transmissão de seus enquadramentos políticos à sociedade. O termo ativismo se afastaria, assim, da imagem relacionada às ações extremistas, violentas e armamentistas que buscam tomar o poder através da força (no caso do 'revolucionário').

Uma semelhança, no entanto, é visível. Terrorismo e ativismo utilizam-se da lógica midiática como característica essencial. Sádaba (2007) argumenta que, no caso do terrorismo, perder-se-ia, inclusive, a carga de significação que motiva esses movimentos. As ações terroristas são pensadas em função da ideia de audiências globais possibilitadas pelos meios de comunicação: sem a noção desse alcance, não haveria significação, por exemplo, nos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 aos símbolos do poder da sociedade estadunidense. "O terrorismo é um fenômeno essencialmente midiático, de todas as expressões da violência, somente a gênese e a dinâmica dos atos terroristas carecem de compreensão se não se tem em conta o papel dos meios de comunicação (SÁDABA, 2007, p.20). No caso do ativismo, entende-se que os movimentos sociais teriam os meios de comunicação como principal plataforma de transmissão, mobilização e de recrutamento de adeptos às causas coletivas. Os meios de comunicação não seriam os únicos elementos para o ativismo, mas, sem dúvida, o principal fomentador para a legitimação de novos enquadramentos à sociedade.

A partir dos meios, ajuda-se a difundir as demandas e estratégias, a criar novas controvérsias, com as quais se aumentam as oportunidades de formar outros movimentos e se reforça a possibilidade atrair novos integrantes. Os meios desenvolvem um papel importante tanto na origem do movimento como em sua consolidação. Concebem-se os meios como arenas ou praças públicas, como lugares tão

importantes como os assuntos que se publicam são os argumentos com os quais se definem as realidades sociais (...) (SÁDABA, 2007, p.41-42)⁴

Sobre esse panorama, Assis (2006) situa o ativista como “mais que um militante” e “menos que um revolucionário”. O ativista atuaria em grupo e defenderia os seus ideais, mas as suas ações não apresentariam um caráter impositivo – muito embora se proponha a transformação de uma determinada realidade social. “O ativista é um agente engajado, movido por sua ideologia a práticas concretas – de força física ou criativa – que visam desafiar mentalidades e práticas do sistema sócio-político-econômico, construindo uma revolução a passos pequenos” (ASSIS, 2006, p. 14). O ‘ativista’ também mobilizaria um sentido político mais relevante do que o vocábulo ‘militante’ (ASSIS, 2006): aquele ator social normalmente vinculado a um partido político que se posiciona sobre determinados temas, mas que lhe falta justamente a ideia de “atividade” e de posições e ações “ativas”.

Nessa linha de pensamento, uma perspectiva operacional sobre o ativismo extrai-se do trabalho de Tim Jordan (2002), *Activism! - Direct Action, Hacktivism and The Future of the Society*. O autor defende como “ativismo político” as ações coletivas que demandam transgressão e solidariedade. Por ‘transgressão’ se entende a prática de oposição a certa condição social, com vistas a sua transformação. “A Transgressão é essencial ao ativismo porque a ação coletiva exige mudanças”⁵ (JORDAN, 2002, p. 11). Por ‘solidariedade’, afirma-se o sentido coletivo de suporte mútuo em busca dessa transgressão. Os dois aspectos formariam o pressuposto essencial ao ativismo: o caráter coletivo – e solidário – guiado à mudança social. O autor esclarece que nem

⁴ Versão do autor para “Desde los medios, se les ayuda a difundir sus demandas y estrategias, a crear nuevas controversias con las que se aumentan las oportunidades de formar otros movimientos y se refuerza si posibilidad de atraer nuvos integrantes. Los medios desarrolan un importante papel tanto em la genesis el movimiento como em su consolidación. (...) Se conciben los medios como arenas o plazas públicas, como lugares donde tan importantes como los asuntos que se publican son son los argumentos com los que se definen las realdiades sociles, a trabvés de movimientos sino la plataforma em la que se concretan las cuestiones públicas (SÁDABA, 2008, p.41-42)

⁵ Versão do autor para “Transgression is essential to activism because collective action lacks a political aspect unless change is demanded” (p.11)”

toda ação realizada em conjunto seria entendida como ativista, como ir ao cinema (para citar o exemplo do autor). Para uma ação coletiva ser assim caracterizada, deverá estar associada a uma relação de transgressão ao estado das coisas.

Ativismo é essencialmente algo feito conjuntamente por muitas pessoas, mas deve-se ter cuidado com o senso de grupo ou de coletivo que se é empregado aqui. (...) Deve existir um sentimento de identidade compartilhada, a qual pode ser melhor compreendida pelo reconhecimento da raiva, medo, esperança e outras emoções sentidas no processo de transgressão social. Solidariedade e transgressão, coletividade e ação, são os gêmeos do ativismo. O que separa o ativismo de multidões saindo do cinema, ou grupos reunidos, é que os ativistas reconhecem uns nos outros o desejo de transformar a maneira pela qual suas vidas são vividas (JORDAN, 2002, p.12)⁶

De forma semelhante, Postmes e Brunsting (2002) estabelecem que o ativismo consiste “em ações tomadas por indivíduos ou grupos para um propósito coletivo, como a defesa de uma ideia ou ideologia particular, ou a luta política com outro grupo” (2002, p.290-291). Nos mesmos moldes, são defendidas as ideias de atuação coletiva (solidariedade), oposição (transgressão), propósitos coletivos (busca pela mudança da realidade social).

Mais do que propor um conceito, um dos poucos trabalhos que se dedica a analisar as dinâmicas ativistas na estrutura da ação coletiva é de autoria de Oliver e Marwell (1989). Os autores retratam o “ativista” como uma identidade, um perfil de ator social, estabelecido conforme um contexto e de acordo com a causa. Na argumentação dos autores, alguém engajado em causas ambientalistas não necessariamente apresentará o mesmo empenho pela temática de gênero, por exemplo. Assim, o ativista seria não só uma

⁶ Versão do autor para: “Activism is essentially something done together by many people, but we must be careful with the sense of group or collective that is employed here. (...) There has to be a sense of shared identity, which can best understood at this stage as people recognizing in one another the anger, fear, hope or other emotions they feel about a transgression” (...) Solidarity and transgression, collective and action, are the twins of activism. What separates activism from a crowd leaving a cinema, or groups gathered around listening to buskers, is that activists recognize in each other the desire to alter the usual ways their lives are lived (JORDAN, 2002, p.12)

identidade, mas também uma relação identidade-causa.

Dentro da estrutura da ação coletiva, segundo Oliver e Marwell (1992), haveria ativistas e não-ativistas. Os segundos, de certa forma, seriam tão importantes quanto os primeiros. Para refletir sobre essas questões, apresenta-se, nas seções a seguir, um breve panorama sobre a teoria da ação coletiva e a perspectiva dos movimentos sociais. A intenção, assim, é pensar o papel desse indivíduo, o ativista, na estrutura da ação coletiva e refletir sobre as transformações do ativismo no ambiente de ubiquidade das tecnologias de comunicação e informação.

2.2 Os *frames* das dinâmicas da ação coletiva

Entende-se como ação coletiva a comunhão de esforços entre indivíduos para o alcance de objetivos em comum. A definição parece simples, mas por trás da articulação de atores que visam o mesmo bem comum está incluída uma série de elementos que, postos em juízo, viabilizarão ou não os empreendimentos coletivos. O comprometimento do indivíduo com o grupo em que está inserido, ainda que ele seja beneficiado em cooperar, passa por crivos motivacionais, interesses pessoais, incentivos, capital social, entre tantos fatores subjetivos que guiam a racionalidade do comportamento humano.

O entendimento das dinâmicas do comportamento coletivo orientou as noções acadêmicas sobre os movimentos sociais, as concepções de Estado, mercado e sociedade, entre tantos outros temas contemplados por diversas áreas interessadas nas relações comportamentais do indivíduo junto aos grupos sociais. Associados ao início dos estudos sociológicos nos Estados Unidos (cf. GOHN 1997, 2007), as ações coletivas foram entendidas a partir de diferentes perspectivas.

Em um primeiro momento, no que se chama de paradigma clássico, as ações coletivas foram enquadradas por meio da caracterização sócio-psicológica. Na busca pela compreensão dos comportamentos coletivos,

analisavam-se os movimentos sociais em ciclos evolutivos (surgimento, desenvolvimento e propagação) por meio dos processos de comunicação (rumores, contatos, reações circulares e difusão de ideias) (GOHN, 1997, 2007). Nessa abordagem, os movimentos eram entendidos como consequências explosivas e espontâneas das tensões sociais. Eram considerados respostas “às frustrações e aos medos” em face ao processo de industrialização. Nessa fase, que se estendeu até a década de 1960, as ações coletivas não-institucionalizadas eram valorizadas negativamente pelos olhares acadêmicos: os movimentos eram vistos como respostas irracionais e como uma afronta à democracia.

As insatisfações que geravam as reivindicações eram vistas como respostas às rápidas mudanças sociais e à desorganização social subsequente. A adesão aos movimentos seriam respostas cegas e irracionais de indivíduos desorientados pelo processo de mudança que a sociedade industrial gerava. (...) Toda ação coletiva extra institucional, motivada por fortes crenças ideológicas, parecia ser antidemocrática e ameaçadora para o consenso que deveria existir na sociedade civil (GOHN, 1997, p.23-24)

Após esse período, surgiu uma nova corrente interpretativa. Abstraiu-se a perspectiva psicológica e se passou a considerar os movimentos sociais como grupos de interesses. O contexto sócio-político dos Estados Unidos das décadas de 1950 e 1960 superou os moldes impostos pela abordagem clássica. A emergência dos movimentos feministas, pelos direitos civis, contra a guerra do Vietnã, os da contracultura etc., conquistou um novo olhar e uma nova valorização social: a Teoria da Mobilização dos Recursos (MR). Em razão de toda essa transformação política, também por envolver atores das classes sociais mais privilegiadas, a nova corrente rejeitou a noção de irracionalidade das ações coletivas.

Deixou-se de ter a visão da sociedade civil como um pesadelo, o espaço da sociedade das massas irracionais que a abordagem tradicional descrevia. Os novos grupos e movimentos, por serem dotados de racionalidade instrumental, eram compatíveis com o jogo democrático e o reforçavam. Não representariam um perigo para a democracia, ao contrário, eram um sinal de sua vitalidade (GOHN, 1997, p.55)

Na perspectiva da MR, as ações coletivas eram vistas sob a perspectiva de uma organização formal. Não há distinção, aqui, como havia na teoria clássica, entre as dinâmicas da ação coletivas e a estrutura de uma organização burocrática, como partidos políticos e sindicatos. Ambas são consideradas fundamentais para a democracia. A partir de conceitos extraídos da economia, as categorias de estudo dos movimentos sociais são os recursos humanos, financeiros e de infraestrutura. Um movimento surgiria, assim, quando se constatasse um conjunto de condições favoráveis à sua emergência (GOHN, 1997).

Para se entender MR, um postulado é fundamento para a análise: a obra do economista Mancur Olson (1965): A lógica da ação coletiva (*The logic of Collective Action*). O autor possibilitou uma transição de uma aceção considerada acrítica sobre o agir coletivo para então se pensar o comportamento humano em grupos sociais a partir de suas relações utilitaristas com o coletivo. Por retratar justamente os recursos estruturais das dinâmicas da ação coletivas, as considerações serão recuperadas para pensar as ações coletivas ativistas no contexto contemporâneo.

Pensada em um contexto pré-Internet, a teoria de Olson é considerada um dos grandes *insights* da teoria social no século XX (cf. LUPIA e SIN, 2003). Em função também de sua multidisciplinaridade, 'A lógica da ação coletiva' se apresenta como uma das três obras responsáveis por conceder novos vigos à teoria social no contexto sócio-econômico seguinte à Segunda Guerra Mundial – em que a ciência política se questiona sobre a viabilidade de suas bases teóricas mais essenciais (GUISARRI, 2004).

(...) o tema da ação coletiva roça, implícita ou explicitamente, o conceito de poder ou forma de organizar as decisões políticas ou de consenso. O conceito de poder é, naturalmente, um conceito central para a ciência política, mas que não o foi para a ciência econômica. É talvez esse tema o que mais frustrações provocou em ambas disciplinas, na teoria política por não tê-lo analisado satisfatoriamente, e na teoria da política econômica por tê-lo suposto satisfatoriamente analisado. É justamente Olson quem mais frontalmente confronta esses dois temas fundamentais ao desenvolvimento das ciências sociais,

o da ação coletiva e o do poder (GUISARRI, 2004, p.4)

A abordagem rompe com paradigmas: uma nova visão das dinâmicas da ação coletiva é estruturada pelo viés da microeconomia. Até a década de 60, os pressupostos tradicionais sobre a atuação coletiva estavam marcados, tanto pelo meio acadêmico quanto pelo senso comum, pela ideia de que indivíduos e grupo atuariam a partir da mesma lógica de comportamento. “Espera-se que os grupos atuem em favor de seus interesses comuns da mesma forma que se espera que os indivíduos atuem em nome de seus interesses pessoais”⁷ (OLSON, 1965, p.11). Essa noção, argumenta o autor, implícita ou explicitamente, marcou o fundamento de muitas obras da Economia e da Ciência Política, incluindo os postulados de Karl Marx e Adam Smith. A metáfora da mão invisível, em Olson (1965), não privilegiaria os interesses coletivos na lógica da oferta de bens e serviços pela iniciativa privada em relações em que se visa lucro. Da mesma forma, a tomada de “consciência” que prevê Marx não necessariamente presumiria a sincronia do coletivo (ação de classe) em direção a um bem comum. Se ao ator social se permite aceder aos bens coletivos (aos resultados da ação coletiva) sem contribuir para isso, por uma lógica de custo-benefício, a escolha utilitária seria não cooperar.

Para Olson, a premissa de que indivíduos atuariam em interesse próprio da mesma forma que o grupo se mobilizaria em benefício coletivo não se valida. O compromisso de um ator social com a conquista de um objetivo não seria o mesmo quando está inserido na coletividade ou quando age individualmente, mesmo que os benefícios virtuais sejam os mesmos ou ainda maiores quando se coopera com o grupo.

Se os membros de algum grupo possuem um interesse ou objetivo em comum, e se se pensa que, logicamente, os membros desse grupo, se são racionais e egoístas, atuarão com o fim de alcançar esse objetivo. Mas, de fato, não é verdade que a ideia de que os grupos atuariam por seu próprio interesse se deriva logicamente da pesquisa do

⁷ Versão do autor para : “Se espera que grupos actúen em favor de sus intereses comunes, así como se espera que los individuos actúen en nombre de sus intereses personales” (OLSON, 1965, p.11).

comportamentomracional e egoísta (OLSON, 1965, p.12)⁸

A problematização das condutas dos atores sociais utilitaristas (que visam maximizar o benefício próprio no âmbito coletivo) é central em seu pensamento. O comportamento racional e egoísta do indivíduo nas relações econômicas (maximizador de lucros/benefícios), ao contrário do que se poderia supor, não representaria o mesmo empenho social de quando se agisse individualmente em benefício próprio. O comprometimento de um ator social no âmbito de grupos sociais seria marcado por diferentes características.

Para explicar essas considerações, Olson (1965) estabelece três critérios para a eficiência de uma ação coletiva. A preconização, em seu pensamento, recai sobre as dimensões dos grupos sociais. Para o autor, se a consecução de uma ação coletiva não for coordenada por grupos pequenos, a não ser que se constatem instrumentos de coerção em um grupo ou haja incentivos seletivos aos contribuintes, a lógica da ação individual se distinguiria plenamente da dinâmica da ação coletiva. Em grandes linhas, a assertiva orienta-se em crítica à suposição de que os atores sociais atuariam no âmbito coletivo em defesa de seus interesses (compartilhados pelo grupo), em um contexto em que todos que o compõem (o grupo) ganhassem, caso o objetivo coletivo fosse alcançado (situação definida pela literatura como 'no excludable good').

A menos que o número de indivíduos em um grupo seja pequeno, ou que haja coerção ou outro recurso especial para fazer com que os indivíduos atuem em seu interesse comum, indivíduos racionais orientados pelo interesse individual, não vão atuar para alcançar os seus interesses comuns ou os interesses do grupo (OLSON, 1965, p.2)⁹

⁸ Versão do autor para "Si los miembros de algún grupo tienen un interés u objetivo común, y si se piensa que, lógicamente, los miembros de esse grupo, si son racionales y egoístas, actuarán con el fin de alcanzar esse objetivo. Pero, de hecho, *no (grifo original)* es cierto que la idea de que los grupos actuarán por su propio interés se deriva lógicamente de la premisa del comportamiento racional e egoísta" (OLSON, 1965, p12)

⁹ Versão do autor para "Unless the number of individuals in a group is quite small, or unless there is coercion or some other special device to make individuals act in their

A argumentação de Olson (1965) centra-se na dificuldade dos grupos maiores em termos de organização, de estabelecer internamente um consenso entre os membros e de que as ações individuais sejam notadas/percebidas (caráter de noticiabilidade) pelos demais integrantes. Em grupos maiores, segundo Olson (1965), seria impossível para os membros se reconhecerem em sua totalidade, o que não caracterizaria a vinculação entre os integrantes por laços de amizade (laços fortes, segundo definição de GRANOVETTER, 1973). Dessa forma, quando não há o reconhecimento do empenho ou da omissão de um dos integrantes, o indivíduo não receberia sanções sociais se não fizesse sacrifícios em vistas aos objetivos do grupo, nem lhe seria atribuído mérito pelo esforço depreendido.

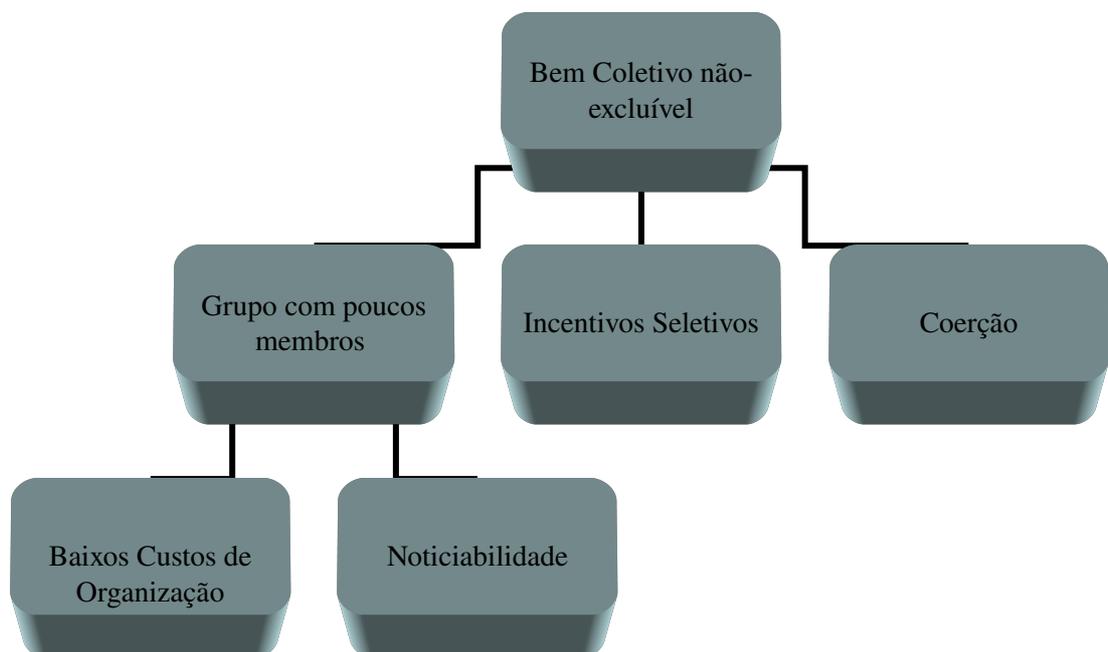


Ilustração 1 – Sistematização da obra de Olson (1965), adaptada da obra de Lupia e Sin (2003)

common interest, rational, self-interested individuals will not act to achieve their common or group interests” (OLSON, 1965, p.2)

Mais detalhadamente, a respeito das dificuldades de organização social, Olson (1965) indica três elementos de desvantagem dos grupos maiores para a viabilidade de uma ação coletiva. Os dois primeiros são atribuídos à lógica matemática: (a) a distribuição dos ganhos ao se alcançar o objetivo comum é inversamente proporcional ao número de integrantes: quanto mais atores compartilharem os ganhos, menos cada um irá receber. O benefício, assim, quando expressivamente reduzido pela segmentação dos ganhos pelos participantes, seria um elemento limitador da atuação coletiva; (b) o mesmo quociente entre a disponibilidade de recursos e o número de dividendos também afetaria a eficiência dos incentivos à participação: a proporção dos estímulos recebidos por cada ator seria também inversa às dimensões do coletivo. O terceiro fator (c), por sua vez, consiste nos custos de organização. Quanto maior o grupo, mais difícil de situá-lo e organizá-lo, mesmo que quanto mais membros, maiores seriam as possibilidades de negociação (LUIA e SIN, 2003, p.320).

Dessa forma, quanto menor a percepção coletiva às ações de cada indivíduo, mais frequentemente incidiria a ocorrência de estratégias de alcançar o bem coletivo sem contribuir para isso, mesmo que exista um interesse quanto ao ganho individual (prática denominada pela literatura como 'free-riding'). Mesmo que todos os membros de um grupo pretendam o mesmo objetivo, se o nível de percepção entre os integrantes quanto às ações e ao comprometimento às causas do grupo seja baixo (o que ocorreria nos grupos grandes), a racionalidade individual divergiria da racionalidade coletiva: a sinergia das ações seria limitada pela estratégia de melhores ganhos em relação ao menor esforço depreendido.

Além das potencialidades dos grupos pequenos, segundo Olson (1965), ações coletivas seriam viáveis na presença de incentivos (positivos) ou instrumentos de coerção/pressões sociais (incentivos negativos). Esses incentivos não são necessariamente econômicos, podem atingir o campo do simbólico (capital social). "Os incentivos econômicos não são, seguramente,

os únicos incentivos; as pessoas são algumas vezes também motivadas por um desejo de ganhar prestígio, respeito, amizade, e outros objetivos sociais e psicológicos” (OLSON, 1965, p.60).

Para elucidar as vantagens dos grupos menores no âmbito das ações coletivas e sistematizar as suas contribuições teóricas, Olson (1965) constrói outra tríplice-conceitual, agora sob o olhar nas qualidades do grupo em relação às suas dimensões. De acordo com o autor, os grupos poderiam ser divididos quanto à sua funcionalidade em conduzir ações coletivas em (1) Privilegiados ('Privileged'), (2) Intermediários ('Intermediate') e (3) Latentes ('Latent').

Os primeiros assim se caracterizariam quando ao menos um membro arcasse com os custos de organização social. Os seus ganhos fracionados são tão relevantes a ponto de esse ator arcar com a totalidade dos custos da ação coletiva. Isso o incentivaria a alcançar o bem comum, mesmo que individualmente. Essa premissa parte do princípio de que outros atores seriam influenciados à participação, em função da facilitação representada pelo esforço desse(s) membro(s)-chave.

No grupo intermediário, diferentemente, nenhum membro receberia incentivos suficientes para que individualmente o ator social se dedique a prover os custos de organização, locação, negociação e mobilização para que se alcance o bem coletivo. Em compensação, em função da dimensão reduzida do grupo, os membros conheceriam o nível de engajamento de cada ator social – se outros membros estariam ou não colaborando à promoção do bem coletivo – e receberiam, dessa forma, suficientes pressões sociais que os condicionariam à participação.

Por fim, o grupo latente seria aquele cujas ações de seus membros, ou a ausência destas, não afetariam os demais integrantes. Não haveria meios para a atuação coletiva, embora se constate o interesse guiado ao alcance do objetivo do grupo: nesse caso, não existiria uma estrutura organizacional e comunicacional eficiente para esses fins. “Grupos grandes ou latentes não possuem incentivos para atuar para obter o bem coletivo” (OLSON, 1965,

p.50). Como não haveria percepção quanto às atuações dos membros e o efeito disso à busca do bem coletivo, por uma questão utilitária, a contribuição na relação ganhos/custos tornaria racional a não participação. “Desde que ninguém no grupo irá reagir se um membro não contribua para o esforço coletivo, ele não terá incentivos para contribuir” (MARGETTS *et al.*, 2009, p.5)

As considerações do autor, dentro da perspectiva da MR, foram recuperadas recentemente por uma série de teóricos (como BIMBER *et al.*, 2005, FLANAGIN *et al.*, 2007 e MARGETTS *et al.*, 2009) para revisão dos conceitos de *A lógica da ação coletiva* no contexto midiático contemporâneo. Pela existência de novas possibilidades de interação e organização social, principalmente pela emergência da *World Wide Web* na década 1990, a ideia do privilégio dos grupos pequenos na consecução das ações coletivas começou a ser revista pelos esforços recentes. Grandes multidões, as multidões inteligentes (RHEINGOLD, 2002), possuem hoje um novo aparato comunicacional à sua disposição, o que permitiria uma revisão da noção dos custos de organização social, dos incentivos seletivos e dos critérios de “noticiabilidade” em face à comunicação mediada por computador.

As transformações dos recursos comunicacionais na sociedade contemporânea têm chamado, dessa forma, a atenção de uma série de pesquisadores no sentido de revisar os conceitos de Olson e reconfigurá-los ao contexto das novas tecnologias de comunicação e informação. Conforme se expressa nesses trabalhos, os três aspectos base da teoria da ação coletiva como condicionantes à viabilidade da ação – (1) grupo de proporções pequenas ou (2) incentivos seletivos ou (3) coerção – devem ser reavaliados e reconstituídos sob a perspectiva das possibilidades de interação por meio da Internet. Assim, haveria uma maior necessidade de ser específico sobre a função da comunicação nas teorias das ações coletivas: “Sem tal especificidade, torna-se difícil compreender se e como os avanços tecnológicos que transformam os incentivos seletivos e oportunidades alteram quem interage com quem”¹⁰ (LUPIA e SIN, 2003, p.330).

¹⁰ Versão do autor para: “Without such specificity, it is difficult to understand whether and how technological advances that change communicative incentives and opportuni-

Os seguintes aspectos são apontados pelas revisões teóricas sobre os modelos de ação coletiva à luz das novas tecnológicas de comunicação e informação: (a) a passagem da relevância da dimensão dos grupos sociais para fins de mobilização às potencialidades comunicacionais entre os membros de um grupo, independentemente de sua dimensão; (b) o papel da comunicação mediada por computador – em especial da comunicação instantânea/síncrona – como propulsora de ações coletivas; e (c) a transformação da lógica de ‘free-riding’ no meio digital e a emancipação emergente e auto-organizativa dos grupos sociais (não mais necessariamente atrelados às organizações formais).

No primeiro aspecto, há uma passagem de valorização das dimensões dos grupos sociais para as capacidades comunicativas. Sobre o pressuposto de que os grupos pequenos são “mais eficientes e viáveis” (OLSON, 1965, p.2) do que os engajamentos coletivos de proporções maiores (quando não há incentivos seletivos e instrumentos de coerção), Lupia e Sin (2003) contra-argumentam no sentido de que a dimensão do grupo social perderia a relevância no contexto da comunicação mediada por computador. Segundo defendem, as novas tecnologias diluem as formas de poder e reduzem as dificuldades de mobilização. Dessa forma, em função da facilidade de comunicação entre os atores sociais, as proporções do grupo não seriam mais determinantes para a viabilidade de uma ação coletiva, mas sim a capacidade comunicativa disposta pelos grupos sociais.

Os custos de organização de um grupo, como também defendem Rheingold (2002), Antoun (2004) e Hara (2008), seriam amplamente reduzidos com a emergência de ferramentas de comunicação instantânea e demais instrumentos potenciais de mobilização – em razão das apropriações sociais para esses fins. Ao contrário do que antes era impeditivo, situar um grupo disperso geograficamente e organizar sua atuação, a partir dessas novas ferramentas de organização social, é possível organizar encontros simultâneos em lugares distintos e incentivar entusiastas em potencial (cf. LUPIA e SIN,

ties alter who joins with whom” (LUPIA e SIN, 2003, p.330)

2003).

Em relação às transformações das formas de negociação entre os atores sociais, o que se tornaria inviável em grupos maiores para Olson (1965), de acordo com Lupia e Sin (2003) as tecnologias de comunicação e informação facilitam as trocas sociais sem as tradicionais restrições comunicativas, ainda que quanto menores as barreiras de comunicação, mais difícil se tornaria alcançar um consenso entre os membros de um grupo (em função da facilidade de encaminhar as demandas). A partir dessas considerações, defende-se que o acesso às novas tecnologias pode ser mais “importante” do que a dimensão dos grupos sociais para a emergência de ações coletivas.

Para sustentar a argumentação, Lupia e Sin (2003) comparam, seguindo a lógica de Olson (1965), um grupo pequeno com pouca capacidade comunicativa a um grupo maior conectado em rede. O primeiro grupo não superaria o critério de Olson de noticiabilidade, ao passo que ao grupo maior as novas tecnologias permitiriam “a transmissão eletrônica de símbolos que substituiriam as vantagens em facilitar a provisão coletiva que Olson atribui aos grupos pequenos”¹¹ (p.322). Ademais, ainda que não elimine a prática do ‘free-riding’, quem-sabe-o-que-sobre-quem passaria a ser um fator essencial nesse contexto.

Com essas observações, os autores sugerem que por meio da expansão das demandas em uma dada comunidade, as novas tecnologias de comunicação são capazes de fazer convergir interesses comuns e proporcionar a emergência de ações coletivas. Pela expressão dos interesses em espaços público-privados ambivalentes, tornar-se-ia potencial o conhecimento do outro, suas afinidades e demandas, de modo a fazer da ação coletiva uma natural consequência. Nesse contexto, a possível maior dimensão de um grupo não seria empecilho em termos de mobilização social.

Tecnologias que reduzam o custo do envio a longas distâncias

¹¹Versão do autor para “electronically transmitted symbols to substitute for advantages in facilitating collective provision that Olson attributes to small numbers” (LUPIA e SIN, 2003, p.322)

de informação (ou a muitas pessoas) podem reduzir o custo, aumentar a "noticiabilidade" e tornar eficazes redes de comunicação ineficazes. Se os interesses dos membros do grupo são suficientemente equivalentes, ou se esses membros interagem em um contexto em que há a indução ao compartilhamento de informações, estas tecnologias podem também fazer dos incentivos seletivos uma estratégia de recrutamento mais viável. As novas tecnologias, como resultado, alteram quais grupos podem e não podem atuar coletivamente, em uma perspectiva que rechaça muitas crenças generalizadas sobre a lógica da ação coletiva. Em particular, as novas tecnologias podem apagar as desvantagens de ser grande, - o que mudaria a máxima empregada por muitos para distinguir grupos latentes de outros tipos (LUPIA e SIN, 2003, p. 321)¹²

No contexto da comunicação mediada por computador, o conceito de noticiabilidade (das ações do indivíduo perante o grupo) também sofreria mudanças de paradigma. A possibilidade de os membros de um grupo perceberem amplamente a atuação dos demais integrantes concede novos contornos à dinâmica das ações coletivas que recebem o respaldo das novas tecnologias de comunicação e informação.

Com o aumento da noticiabilidade e o decréscimo dos custos de organização, haveria a potencial passagem "de parceiros inviáveis de ação para viáveis"¹³ (LUPIA e SIN, 2003, p. 328). Nessa perspectiva, Margetts *et al.* (2009) tratam de como uma das características da Internet, a retroalimentação instantânea (comunicação síncrona), no âmbito das ações políticas, pode contribuir para a consecução das pressões sociais que condicionariam o indivíduo a cooperar com o grupo social no qual está inserido. De encontro ao que previa Olson (1965), as pressões sociais não seriam apenas relevantes em

¹² Versão do autor para "Technologies that reduce the cost of sending information long distances (or to many people) can reduce the cost, increase noticeability, and make ineffective communicative networks effective. If group members' interests are sufficiently common, or if they interact in the context that induce them to share information, these technologies can also make selective incentives a more viable recruitment strategy. Evolving technologies, as a result, change which groups can and cannot act collectively; doing so in a way that undermines many widely held beliefs about the logic of collective action. In particular, evolving technologies can erase de disadvantages of being large, - which should change the rule of thumb many people use to distinguish latent groups from other kinds" (LUPIA e SIN, 2003, p.321)

¹³ Versão do autor para "formaly unattractive partners into attractive ones" (LUPIA e SIN, 2003, p. 328)

grupos de pequenas proporções: os autores demonstram a partir de dois experimentos empíricos que, devido às possibilidades de *feedback* em tempo real, os agentes envolvidos saberiam das ações dos demais e isso os condicionaria à participação.

Contrastando os resultados, os experimentos demonstraram basicamente que a percepção dos indivíduos à alta participação em petições de cunho social os influenciava a participar das mobilizações manifestadas por grupos grandes, da mesma forma que a baixa propensão dos grupos médios limitava as doações. Concluiu-se, portanto, que a contribuição da Internet às ações coletivas poderia também ser considerada por facilitar a percepção coletiva, o que também serviria de incentivo às articulações políticas. A dimensão dos grupos maiores, ao contrário das proposições de Olson (1965), no contexto da comunicação mediada por computador, não seria limitador, mas sim um elemento propositivo: um convite ao engajamento.

Mais além da questão da comunicação instantânea (síncrona), o estudo não revela, no entanto, a contribuição potencial da comunicação assíncrona no âmbito das ações coletivas. A comunicação assíncrona (e-mails, participação em fóruns, por exemplo) torna possível a interação mesmo sem se limitar ao elemento tempo. Os usuários não necessitariam interagir na ideia de tempo real para coordenar as suas ações, o que daria novas possibilidades de expressão e organização aos grupos sociais. Da mesma forma que as ferramentas de comunicação instantânea são importantes por conferir velocidade à comunicação, a comunicação assíncrona concederia visibilidade às demandas e ampliaria as formas e os lugares de interação no tempo e no espaço. Em seu potencial transformador das dinâmicas das ações coletivas, a criação (e apropriação) de espaços de interação (pelas possibilidades da comunicação assíncrona), nesse sentido, estaria associada à passagem do espaço privado ao público.

As apropriações sociais na Internet também transformariam as questões relativas às articulações coletivas e impulsionariam, em contraste, a atuação individual de forma mais independente da atuação de outros atores. Nos

termos de Bimber *et al.* (2005, p.371), “communality” se refere aos bens coletivos que são consequência da coleta, armazenamento e compartilhamento de informação entre membros de um mesmo grupo – o que implica em participações intencionais, em grande escala, custos em participar e esforços estritamente coordenados principalmente nos primeiros estágios¹⁴, sem que um único indivíduo ou uma pequena parcela possa prover toda a informação por si só. Nesse contexto, “free-riding” é visto como uma ameaça ao coletivo; e a participação, uma decisão binária (em colaborar ou não).

Sob a lógica das tecnologias de comunicação e informação, uma série desses pressupostos seria reduzida para a constituição de uma “communality” de segunda ordem. Segundo Bimber *et al.* (2005), os atores sociais seriam passíveis de contribuir com informações sem o conhecimento acerca da contribuição de outros, ou ainda sem ter o claro entendimento de colaborar com “informações comunitárias com propriedades de bem coletivo” (p.372)¹⁵. Essas formas de contribuição aos “repositórios coletivos”, conforme definem os autores, consistem em ações contemporaneamente triviais na Internet: como publicar informações em um site ou em um *weblog*, participar em discussões em fóruns, expor a rede de contatos e interesses comuns em sites de redes sociais, repassar e-mails, entre outros.

A premissa de colaborar coletivamente, intencionalmente ou não, centra-se na possibilidade de coletar informação útil na Internet, a partir, por exemplo, das ferramentas de pesquisa. A manutenção desse meio colaborativo espontâneo reestruturaria as fronteiras públicas dos grupos sociais (BIMBER *et al.*, 2005) e distinguir-se-ia, a partir da emergência de ações não coordenadas passíveis de ser apropriadas ao objetivo do grupo, da “communality” de

¹⁴ Os incentivos para se cooperar no início do processo de mobilização são pequenos em um primeiro momento – são necessários grandes investimentos para pouco retorno. “O bem coletivo não é alcançado a não ser que exista um interesse especial de participantes com altos recursos, dispostos a pagar os custos substanciais de início sem receber benefícios correspondentes”. Versão do autor para “The public good is not created unless there are some specially interested and resource-rich participants who are willing to pay the substantial start-up costs without receiving corresponding benefits” (BIMBER *et al.*, 2005, p.368).

¹⁵ Versão do autor para “communal information with public goods properties” (BIMBER *et al.*, 372)

primeira ordem.

Para o bem coletivo ser alcançado, não se necessitaria alto interesse dos atores envolvidos e recursos expressivos. Todas essas transformações no fazer coletivo, segundo Bimber *et al.* (2005), estão relacionadas à passagem do domínio privado ao público – em razão de sua difícil identificação no contexto contemporâneo (cf. PRUDÊNCIO, 2006). “As informações privadas tornam-se públicas a partir do uso das ferramentas contemporâneas” (BIMBER *et al.*, 2005, p.328)¹⁶.

Em um contexto em que as tecnologias de comunicação e informação permitem a descentralização da informação e a organização de ações em “um nível de coordenação raramente alcançado pelas organizações formais mesmo quando possuem consideráveis recursos em mãos”¹⁷ (BIMBER *et al.*, 2005, 377), o papel das organizações tradicionais em termos de mobilização social perderia a relevância ou ao menos a exclusividade como propulsor coletivo. Características como estruturas hierárquicas formais, linha de comando, base de tomada de decisões, valor institucional, eram elementos fundamentais na teoria da ação coletiva desde Olson (1965) para situar, organizar, motivar e coordenar. Esses aspectos cederiam espaço a um ambiente em que o controle da informação se mantém descentralizado e em que o acesso a ferramentas de mobilização social está acessível a usuários comuns, “anônimos” e dispersos geograficamente (BIMBER *et al.*, 2005).

Dessa forma, os três critérios básicos para a emergência de uma ação coletiva – (1) identificação de grupos de interesse, (2) meios de comunicação entre os participantes e (3) meio de coordenação, integração e sincronização das contribuições individuais – seriam facilitados em vários sentidos pelas tecnologias de comunicação e informação:

Com a ascensão da micromídia (por exemplo, e-mail, chat rooms e telefones celulares) e das “mídias médias” (como

¹⁶ Versão do autor para “Private information becomes public with the use of contemporary tools”.(BIMBER *et al.*, 2005, p. 328)

¹⁷ Versão do autor para “a level of coordination rarely achievable by formal organizations even if they have considerable resources at hand” (Bimber *et al.*, 2005, 377)

websites, webzines e campanhas de comunicação na internet), organizações formais, organizações flexíveis e descentralizadas, redes, e até mesmo indivíduos agora têm o potencial para se comunicar e se organizar com outros de uma maneira que até recentemente eram viáveis quase exclusivamente às organizações formais. (...) A necessidade de eliminar as fronteiras e rigorosamente identificar os papéis internos e as estruturas de liderança para executar tarefas relacionadas a informação, comunicação e coordenação também é expressivamente reduzida na medida em que o ambiente de comunicação e informação se torna mais rico. Por todas estas razões, várias estruturas organizacionais são capazes de assumir as três tarefas básicas necessárias para a ação coletiva (BIMBER *et al.*, 2005, p.375)¹⁸.

Os usos das novas tecnologias significam, assim, a interconexão entre as características dos movimentos sociais e as organizações formais/tradicionais. Se por um lado as organizações tradicionais adquirem a flexibilidade e a espontaneidade dos movimentos sociais, por outro estes são capazes de assumir as funções das segundas. E ainda mais: as estruturas organizacionais espontâneas, híbridas ou redes sociais, não apenas assumem as potencialidades das organizações tradicionais em plenamente informar, comunicar e coordenar, pois, em alguns casos, chegariam a suplantam essas funções. Lista de e-mails, *smart mobs*¹⁹, organizações instantâneas que visam objetivos coletivos, entre outros, são exemplos de “recursos informacionais das ações coletivas alheios aos tipos de organizações tradicionalmente postos como centrais nos esforços coletivos”²⁰ (BIMBER *et al.*, 2005, p.377).

Em face ao novo paradigma, em uma proposta de revisão conceitual, as

¹⁸ Versão do autor para “With the rise of micromedia (e.g., e-mail, chat rooms, and cell phones) and “middle” media (e.g., websites, webzines, and Internet-based communication campaigns), formal organizations, flexible decentralized organizations, networks, and even individuals now have the potential to communicate and coordinate with others in ways that until recently were feasible almost exclusively for formal organization. (...) The need for clear external boundaries and tightly identified internal roles and leadership structures to accomplish information, communication, and coordination tasks is also greatly diminished as the environment for communication and information becomes richer. For all these reasons, various organizational structures are capable of the three basic tasks requisite to collective action (BIMBER *et al.*, 2005, p.375).

¹⁹ Ver Rheingold (2003)

²⁰ Versão do autor para “are an information resource for collective action that is largely unfamiliar to the kinds of formal organizations traditionally posited as central to collective action efforts” (BIMBER *et al.*, 2005, p.377).

ações coletivas (de todos os tipos) seriam entendidas como a transição “entre o domínio privado de interesse e de ação para o domínio público” (BIMBER *et al.*, 2005, p.377)²¹. Ou seja, quando essa fronteira é cruzada por duas ou mais pessoas com vistas a um bem coletivo se estaria diante de uma ação coletiva. Segundo avaliam os autores, a racionalidade de participar ou não de uma ação coletiva também se poderia discernir das dinâmicas tradicionais. No novo contexto, haveria a passagem da tomada de decisão binária em relação ao custo-benefício em integrar a ação conjunta (decisão se deve participar ou não) ao compromisso dos atores sociais de ascender do domínio privado ao público. Não há sequer uma identificação precisa da constituição de cada uma dessas esferas.

O amplo enfoque da MR sobre questões de mobilização de interesse passou por diversas rupturas no pensamento da teoria da ação coletiva. Conforme nos coloca Sádaba (2007, p.38), “ainda que essa teoria possa explicar a tendência à ruptura quanto à participação, ela não esclarece porque existem, ainda assim, os que participam”²². Em crítica à exclusão da teoria da Mobilização de Recursos em relação a “valores, normas, ideologias, projeto, cultura e identidade dos grupos sociais” (GOHN, 1997, p.56), a visão dita “burocrática” dessa teoria passou, nos anos 70, a reavaliar a Psicologia Social e a “redescobrir” a cultura. A então Teoria da Mobilização Política (MP) marcaria o interesse pela “linguagem, os símbolos, as ideologias, as práticas de resistência cultural” que caracterizavam “os veículos de significados sociais que configuram as ações coletivas” (GOHN, 1997, p.70).

A segunda etapa destacou o desenvolvimento do processo político, o campo da cultura foi reativado e a interpretação das ações coletivas foi enfocada como processo. Passou-se a enfatizar a estrutura das oportunidades políticas, o grau de organização dos grupos mandatários, e a se aplicar a análise cultural na interpretação dos discursos dos atores do movimentos (GOHN, 1997, p.69)

²¹ Versão do autor para “(..)transitions between private domain of interest and action to a public one” BIMBER *et al.*, 2005, p.377)

²² Versão do autor para “aunque esa teoria puede explicar la tendencia a rehuir la participación, no cuenta por qué hay quienes participan” (SÁDABA, 2007, p.38)

No contexto europeu, a perspectiva dos “novos movimentos sociais”, inspirada nos grupos alemães de atuação cívica da década de 1970, ganha espaço em oposição à visão restrita da racionalidade dos grupos sociais presente nas abordagens anteriores. A escolha racional, segundo se defende, não é limitada ao interesse individual. Para os teóricos dos novos movimentos sociais, a teoria da mobilização de recursos não considera o caráter ideológico e identitário necessário à emergência de movimentos sociais, considerado, ao contrário, como a sua característica fundamental (SÁDABA, 2007).

As redes, enquanto potenciais “mobilizadoras”, passam a atrair o olhar acadêmico, em uma linha convergente, a partir da década de 1970 na perspectiva das Teorias dos Novos Movimentos Sociais e das Teorias da Mobilização dos Recursos (SCHERER-WARREN, 2006). Diversas teorias acerca das ações coletivas ganharam espaço em decorrência da visibilidade que os movimentos sociais adquiriram, na medida em que a sociedade civil, através dos processos globalizantes contemporâneos (principalmente pelo advento da Internet), passou a assumir características (controle social, limitações das fronteiras nacionais) antes exclusivas à atuação do Estado (GOHN, 1997).

Jordan e Taylor (2004) sugerem que a origem das formas contemporâneas de ações coletivas políticas – populares, ou seja, não institucionalizadas – se deu a partir da década de 60 contra o rápido avanço do liberalismo. A mudança na sociedade – das relações comerciais locais ao fluxo global – gerou transformações sociais expressivas. Como consequência, oportunizaram-se novas formas de participação política. Entre essas transformações, os autores citam a passagem do Estado-providência (o estado organizador da economia e o protetor do interesse público) ao Estado mínimo e privatista; do imperialismo ao pós-colonialismo; do analógico ao digital (das cartas aos e-mails, por exemplo), das ações de classe aos novos movimentos sociais.

A Abordagem marxista de classe social, em decorrência de certa saturação e imprecisão conceitual do tema, cedeu espaço, gradativamente, até

finais da década de 70, ao estudo das ações coletivas sob a perspectiva dos movimentos sociais. Conforme referem Goss e Prudêncio (2004), por pressupor fácil compreensão, a categoria classe social por si só não era discutida, mas sim as suas implicações sócio-históricas. A abordagem compreendia o posicionamento de um ator político coletivo na estrutura do sistema capitalista como um dos principais aspectos do entendimento da sociedade como um todo (GOSS e PRUDÊNCIO, 2004). Em um segundo momento, a tríade classe, partido e Estado, passou a ceder a atenção aos movimentos populares: independentemente de classe, a posição do indivíduo no processo de produção perde a relevância no momento em que se passa a englobar distintos segmentos na mesma luta social. Um dos exemplos desse contraste é o movimento feminista, conforme destaca Prá (2010)

O feminismo enquanto um movimento de caráter sociopolítico procura defender e alcançar os direitos humanos das mulheres, questionando situações de exploração, discriminação e violência. Rejeita a ideia das diferenças biológicas determinarem a inferioridade das mulheres na hierarquia social. (...) O movimento concentra esforços para desnaturalizar e superar as relações hierárquicas entre mulheres e homens na luta pela equidade social, política, cultural e econômica entre pessoas de sexos diferentes, com o compromisso de enfrentar o autoritarismo e a estrutura patriarcal de poder (PRÁ, 2010, p.111)

Assim, os novos movimentos sociais, ao contrário das organizações sociais tradicionais (sindicatos, partidos políticos etc.), não seriam mais necessariamente caracterizados pelas construções identitárias arraigadas à estrutura social (proletariado, camponeses, burguesia). A posição dos atores sociais no sistema não determina a emergência desses movimentos: ao contrário, o engajamento tende a ser de caráter universal (em defesa dos direitos humanos, por exemplo) e socialmente diversificado (não centrado necessariamente em aspectos sócio-econômicos). O conflito social condutor dos movimentos não se refere mais a um paradigma evolucionário do sistema econômico (lutas guiadas pelo socialismo) e, finalmente, a restrição institucional do espaço político tampouco se apresenta centralizada/unificada, mas com a tendência de politização de espaços comuns à vida social (ver

PRUDÊNCIO, 2006).

O novo pano de fundo teórico introduz condições norteadoras mais favoráveis ao entendimento do ativismo na estrutura da ação coletiva. No lugar da lógica econômica, cultura, sociedade, identidade, ideologia e política são elementos que assumem o protagonismo da nova perspectiva. Oliver e Marwell (1989), sob essa ótica, sugerem que o ativismo envolve principalmente questões de identidade. Mais além da ideia de benefício próprio da teoria econômica, os atores sociais (ativistas) agem em benefícios de objetivos coletivos como se fossem estritamente pessoais.

Dentro da hipótese de que os atores ativistas não possuam os recursos necessários para desencadear uma ação coletiva e que estes necessitem da colaboração de não-ativistas, o papel (central) desempenhado seria o de “influenciadores”. Já a atuação dos não-ativistas se configura a partir de diferente lógica: apenas aderem à ação necessariamente sob estímulo dos primeiros (ativistas). Suas contribuições tenderiam a ser reduzidas e quase não percebidas pelo grupo. A ausência dessa percepção coletiva passa a ser elemento complicador na tomada de decisão dos atores não-ativistas, ainda que o custo seja incomparável ao possível benefício adquirido. “As contribuições dos não-ativistas não são fortemente determinadas por princípios consistentes, mas são altamente sujeitos ao impacto de uma grande variedade de fatores idiossincráticos” (OLIVER e MARWELL, 1992, p.4).

Outra dificuldade se refere à recorrência de solicitações de colaboração aos ‘não-ativistas’. Mesmo um potencial contribuinte não teria condições de arcar com todos os custos sem incidir em sacrifícios intoleráveis. Conforme explicam os autores, “os não-ativistas não estão dispostos em ceder todos os seus recursos” (OLIVER e MARWELL, 1992, p.4). . A questão da probabilidade da tomada de decisão por parte dos não-ativistas é delineada pelos autores na seguinte taxonomia: (1) zero, (2) baixa e (3) alta probabilidade.

A primeira categoria sugere perfis que apresentem ou indiferença ao bem comum ou se oponham a ele. Não há possibilidade de participação. Os de

baixa probabilidade não apresentam expressivas relações identitárias com a causa, mas a apóiam. Classicamente são vistos como “free-riders” (aqueles que pretendem aceder ao bem coletivo sem contribuir para isso). Em compensação, os terceiros (os de alta probabilidade) atribuem um valor significativo à causa e tendem a contribuir, mesmo que pouco, ao objetivo da ação coletiva. A sua motivação à participação é conduzida pelo sentimento de reafirmação de identidade e de engajamento a temas relevantes.

(...) o incentivo de se sentir como o tipo de pessoa que contribui para o bem coletivo. Fazer essas contribuições muitas vezes reafirma uma auto-identidade central, tais como radicais, conservadoras, feministas, ou humanistas com consciência social. Para uma única contribuição tomada a cada vez, o forte sentimento positivo que acarreta em contribuir facilmente excede seu custo” (OLIVER e MARWELL, 1989, p.5)²³

Com um panorama de perfis sociais tão incertos, as dificuldades para a emergência de uma ação coletiva tornam-se expressivas. Da mesma forma que os ativistas devem encontrar potenciais engajados em um universo com diferentes perfis (zero, baixo e alta probabilidade), as respostas aos esforços dos ativistas jamais poderão ser plenamente pré-calculadas, mesmo que se trate de um universo definido com alta probabilidade à participação. Como consequência, invariavelmente o empenho acarretaria em desperdício de tempo e capital (OLIVER e MARWELL, 1989).

2.3 Quando a Internet entra em cena

Por muitos anos, ao longo da história, as formas de comunicação dos

²³ Versão do autor para “(...)the incentive of feeling like the right kind of person who contributes to the right collective goods. Making these contributions often reaffirms a central self-identity such as radical, conservative, feminist, or socially-conscious humanist. For any single contribution taken one at a time, the strong positive feeling they have about making the contribution easily exceeds its cost.”(OLIVER e MARWELL, 1989, p.5)

movimentos sociais estiveram consideravelmente restritas à noção de presencialidade. A comunicação interna (planificação e coordenação de ações) dos movimentos sociais e as formas de difusão de uma determinada temática social (comunicação externa) eram limitadas pelas interações diretas (não mediadas) entre indivíduos (DONK *et al.*, 2004). À medida que os meios de comunicação evoluíram, novas perspectivas surgiram em benefício da comunicação gerencial dos movimentos e da ampliação das estratégias de persuasão. Tanto pela ampliação das audiências quanto pela criação de novas formas de atuar coletivamente, a apropriação de ativistas sobre os recursos comunicacionais caracterizou-se como uma tendência natural de potencialização das ações de protesto.

Inovações tecnológicas no setor de comunicação e de informação, como o telefone, o rádio, o telégrafo e a fotocópia, foram abraçadas como facilitadoras das formas internas de comunicação dos movimentos e grupos sociais e como ampliadores da abrangência das mensagens políticas por eles expressas. Conforme referenciam Donk *et al.* (2004), as práticas de *lobby*, a criação de coalizões e campanhas, em razão dos avanços tecnológicos, alcançaram um novo nível de mobilização.

Por pelo menos 200 anos, a ação direta tem sido complementada por vários meios para alcançar um alto número de pessoas dentro e fora do movimento. Mais ainda, jornais e, mais tarde, o rádio e a televisão cobriram grande parte das atividades dos movimentos. No final dos anos 1960, provavelmente pela primeira vez na história, alguns movimentos conduziram ações de protesto no conhecimento que, literalmente, o mundo inteiro estava assistindo (...) (DONK *et al.* p.1)²⁴

Para entender a Internet como meio para as práticas ativistas contemporâneas, é necessário retratar, em um primeiro momento, a

²⁴ Versão do autor para “for at least two hundred years, direct interaction has been complemented by various media such as leaflets, brochures and newsletters to reach large numbers of people both within and outside the movements. Moreover, newspapers and, in later periods, radio and television covered major movement activities. By the late 1960s, probably for the first time in history, some movements conducted protests actions in the knowledge that, literally, ‘The Whole World is Watching’

centralidade do conceito de rede para as ações coletivas. Mais considerações sobre as redes digitais, as suas características, dinâmicas e modelos explicativos serão delineadas no Capítulo II. Por ora, estabelecemos um conceito a priori: a ideia de rede, como metáfora representativa de sistemas complexos, define-se pela conciliação entre unidades (os nodos ou nós) e a suas conexões (a relação entre as partes). Indivíduos (os nodos) e suas relações de amizade (as conexões de amizade) poderiam ser representados em rede, da mesma forma que cidades (os nodos) e as suas vias de acesso entre elas (as conexões) (cf. RECUERO, 2009; CASTELLS, 2009).

Ao longo da história, as redes protagonizaram diversas mudanças nas estruturas de poder: a partir dos avanços tecnológicos, as implicações delineadas pelas redes de comunicação foram atuantes no processo evolutivo das sociedades e condicionaram as suas configurações sócio-políticas. Sobre o tema, Ugarte (2006), em um percurso histórico sobre a contribuição das redes, aponta o importante aporte das tecnologias, em especial as comunicacionais, às mudanças nas estruturas políticas. Da primeira rede internacional de cabos de cobre ao advento da comunicação mediada por computador, um elemento em comum emergiu nessas transformações e trouxe consequências que romperam com as visões de mundo em seus respectivos momentos históricos. O mapa geopolítico das sociedades invariavelmente teve (e mantém) em seu desenho a determinação desse conceito.

No século VI antes da era comum, a velocidade de acesso à informação não só foi relevante como determinou a relação de domínio e a expansão cultural dos povos à época. Os assírios destacavam-se pelo pioneirismo no que se refere à construção de estradas, o que permitia que uma mensagem viajasse a partir de qualquer ponto ao centro do império e obtivesse a resposta em um prazo máximo de uma semana. A disposição estratégica privilegiada das cidades (os nodos) em relação às suas estradas (as conexões) facilitava o processo de troca de informações e, conseqüentemente, conferia rapidez às conquistas. Os desdobramentos dessa organização em rede (centralizada) resultaram no desenvolvimento do comércio, na expansão cultural (o alfabeto,

a escrita, técnicas agrícolas) e no estabelecimento de relação de poder/domínio aos demais povos (BRIGGS e BURKE, 2002). Da mesma forma e lógica, o desenvolvimento do transporte permitiu que o imperialismo Europeu dominasse 2/3 do globo no século XIX (UGARTE, 2006).

Conforme prevêem BRIGGS e BURKE (2002, p.6), “o uso de um meio de comunicação transforma inevitavelmente a visão de mundo”. A endossar essa assertiva, a primeira revolução nas formas de comunicação em rede (o surgimento do telégrafo) apresentou-se politicamente fundamental para as transformações que seguiriam: a mudança de perspectiva local à global (e vice-versa). A visão de mundo passou da esfera centralizada à internacional, do movimento local à unidade nacional. A emergência de novas conexões tecnológicas uniu em um sentido comum atores que até então agiam isoladamente, favorecendo a coordenação de suas ações.

Passamos dos estamentos locais às classes nacionais, da guerra entre estados, à guerra entre blocos e alianças, da colônia ao imperialismo, dos partidos-clube aos partidos de massas. E tudo isso foi possível graças à primeira grande revolução das telecomunicações. (UGARTE, 2006, p.33)²⁵

Como consequência, na década de 1850 o telégrafo conjugou as três maiores economias à época (França, Estados Unidos e Inglaterra) e impulsionou o nascimento das agências de notícias (reafirmando a nova relação global/local). “O telégrafo foi a chave da ascensão de novos sujeitos com novos valores. Foi o marco que permitiu sonhar com ações sindicais coordenadas entre França e Inglaterra” (UGARTE, 2006, p.31)²⁶. Dessa forma,

²⁵ Versão do autor para “Pasamos de los estamentos locales a las clases nacionales, de la guerra entre estados, a la guerra entre bloques y alianzas, de la colonia al imperialismo, de los partidos-club a los partidos de masas. Y todo ello fue posible gracias a la primera gran revolución de las telecomunicaciones” (UGARTE, 2006, p.33)

²⁶ Versão do autor para “El telégrafo también fue la clave del ascenso de nuevos sujetos con nuevos valores. Fue la clave que permitió soñar con acciones sindicales coordinadas entre Francia e Inglaterra” (UGARTE, 2006, p.31)

os efeitos políticos da nova realidade comunicacional significaram a coordenação dos movimentos sociais em nível nacional e internacional: o levante dos interesses dos trabalhadores aos olhos da política e da sociedade.

Mais além do encontro dos interesses econômicos internacionais e do impulso à globalização, o autor aponta que mesmo o modelo original da socialdemocracia é a força resultante da visão descentralizada de mundo (inclusive a concepção de Estado) propiciada por esses novos processos.

Hoje nos parece natural, por assim estabelecida, a concepção descentralizada de poder, a articulação das organizações humanas (Estados, empresas, associações, etc.) em níveis hierárquicos correspondentes a espaços territoriais. Parece-nos natural a estrutura de representação social política que daí deriva e nos parece natural que produza mediante sucessivas fases progressivas de centralização (local, regional, nacional, internacional, global, etc.) as decisões que se produzem em cada nível em um mesmo universo de temas. Não era assim antes do telégrafo, nem sequer as organizações políticas mais 'avanzadas' surgidas a partir da Revolução Francesa. (UGARTE, 2006, p. 31-32)²⁷

A primeira revolução das redes configurou o mundo como conhecemos hoje. A partir do telégrafo, permitiu-se a passagem de uma visão centralizada a uma descentralizada, consolidada até o final da Segunda Guerra Mundial com o desenvolvimento de novas ferramentas de comunicação. Uma nova revolução, no entanto, surgiria após a década de 1940: a transformação das dinâmicas descentralizadas às em rede distribuída. Os protagonistas: o surgimento do computador e da Internet. O poder uma vez absoluto de um

²⁷ Versão do autor para "Hoy nos parece natural, por establecida, la concepción descentralizada del poder, la articulación de las organizaciones humanas (Estados, empresas, asociaciones, etc.) em niveles jerárquicos correspondientes a espacios territoriales. Nos parece natural la estructura de representación social y política que de ahí deriva y nos parece natural que se produzca mediante progresivas fases de centralización (local, regional, nacional, internacional, global, etc.) de decisiones que en cada nivel se producen sobre un universo igual de temas. Esto no era así antes del telégrafo, ni siquiera en las organizaciones políticas más «avanzadas» surgidas de la Revolución francesa" (UGARTE, 2006, p. 31-32)

nodo em uma rede (centralizada), parcialmente diluído em uma rede descentralizada – em que mais atores passaram a controlar os fluxos de informação – chega enfim a uma configuração por definição democrática. Cada nodo passa a ser igual perante a rede.

Uma rede descentralizada inicialmente nada mais é do que o encontro de várias centralizadas. Uma autoridade central, absoluta, é conjugada a outras, que por sua vez, conectam outros atores. As relações de poder são parcialmente segmentadas, de uma só autoridade passa-se a ter vários nodos-chaves. Ainda que apresente uma evolução em termos de conectividade, o modelo pressupõe, portanto, hierarquia. Quanto mais abaixo se está, por mais filtros e controles de informação se passará. Mais se dependerá da concessão de outros atores para aceder à informação e haverá menos possibilidade de gerar/transmitir uma informação. A segunda revolução muda esse paradigma: os nodos em uma rede distribuída (ainda que alguns nodos possuam mais conexões que outros) definem-se pela igualdade.

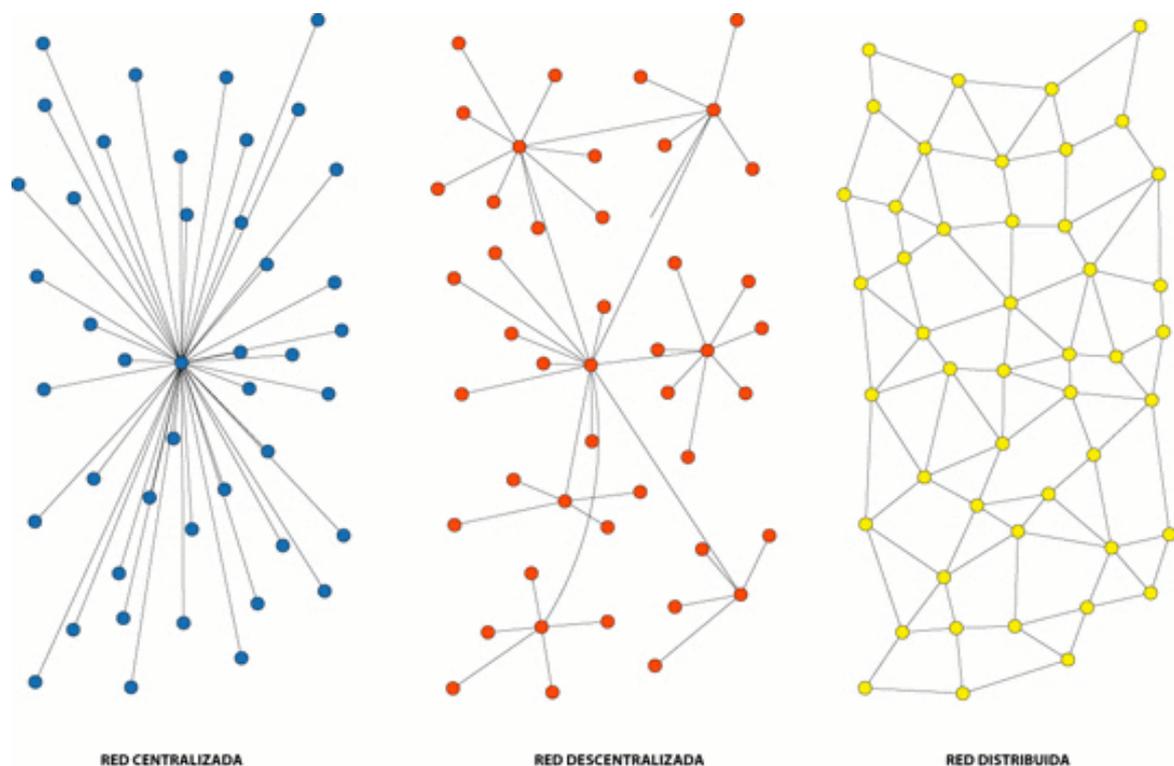


Figura 2 – Representação da evolução das redes, extraída de Ugarte (2006)

(...) A estrutura da informação que irá pressupor a Internet abrirá as portas para uma nova distribuição do poder. Com a internet conectando milhões de pequenos computadores hierarquicamente iguais nasce a era das redes distribuídas, que abre a possibilidade de passar de um mundo de poder descentralizado a outro de poder distribuído. O mundo que estamos construindo.²⁸ (UGARTE, 2006, p. 40)

O passo seguinte: em 1944 nasce a informática com o surgimento do primeiro computador, desenvolvido no centro criptográfico britânico Blechley Park. Ainda que com uma proposta centralizada, de acesso a poucos, nas décadas seguintes, com a corrida espacial, impulsionou-se, aos poucos, o desenvolvimento de computadores com maiores capacidades (potência,

²⁸ Versão do auto para "(...) la estructura de la información que supondrá Internet abrirá la puerta a una nueva distribución del poder. Con Internet conectando millones de pequeños ordenadores jerárquicamente iguales nace la era de las redes distribuidas, que abre la posibilidad de pasar de un mundo de poder descentralizado a otro de poder distribuido. El mundo que estamos construyendo".(UGARTE, 2006, p. 40)

armazenamento, velocidade e interconexão), o que resultou em seguida em sua popularização (os computadores pessoais foram lançados em 1981 pela IBM) e, entre outros aspectos, na emergência de um novo perfil de usuário: o hacker, que representava, sobretudo, uma nova visão de mundo, sustentado na nova configuração de rede (distribuída) (UGARTE, 2006).

O movimento do software livre, uma das consequências desse novo perfil, trouxe à cena os conceitos colaboração, compartilhamento e difusão de conhecimento em sentido antagônico à noção restritiva de propriedade intelectual.

A capacidade de transmitir é a capacidade de unir vontades, de convocar, de agir. A capacidade de transmitir é uma condição prévia para a ação política. Em toda a estrutura descentralizada, tal capacidade está concentrada, na verdade, em uns poucos nodos. Em redes distribuídas, por definição, ninguém depende de ninguém, exclusivamente, para poder levar a qualquer outro a sua mensagem. Não há filtros únicos. Em ambos os tipos de redes 'tudo se conecta a tudo', mas nas distribuídas a diferença reside em que um emissor qualquer não tem de passar necessariamente e sempre pelos mesmos nodos para poder chegar a outros (UGARTE, 2006, p.41).²⁹

Em 2 de setembro de 1969, pela primeira vez um intercâmbio de informações a longa-distância entre dois computadores foi realizado com sucesso nos Estados Unidos. À época não se imaginaria que a troca de informações sem sentido entre dois computadores significaria 20 anos mais tarde uma revolução das comunicações comparável à invenção da escrita ou ainda à abstração da matemática (LOGAN, 2002). O físico Tim Berners-Lee, em 1989, no centro de pesquisas CERN (European Organization for Nuclear Research), tornou possível a emergência de um sistema de comunicação capaz de mesclar os conceitos-chaves de um emissor e um receptor em uma

²⁹ Versão do autor para "La capacidad para transmitir es la capacidad para unir voluntades, para convocar, para actuar. La capacidad para transmitir es una condición previa a la acción política. Y en toda estructura descentralizada, dicha capacidad se concentra, en realidad, en unos pocos nodos. En las redes distribuidas, por definición, nadie depende de nadie en exclusiva para poder llevar a cualquier otro su mensaje. No hay filtros únicos. En ambos tipos de red «todo conecta con todo», pero en las distribuidas la diferencia radica en que un emisor cualquiera no tiene que pasar necesariamente y siempre por los mismos nodos para poder llegar a otros" (UGARTE, 2006, p.41)

perspectiva horizontal de comunicação. Surgiria formalmente a rede mundial de computadores.

Na mesma perspectiva, como muitas das grandes revoluções tecnológicas, a Internet teve seus primeiros passos condicionados pela tensão de um conflito internacional. Neste caso, a ARPAnet, uma ferramenta de defesa originada pela *Advanced Research Projects Administration* do Departamento de Defesa dos Estados Unidos – um órgão criado em resposta ao programa espacial soviético, o Sputnik (BRIGGS e BRUKE, 2002) –, foi a ferramenta que tornou possível, por exemplo, acessar informações sobre acontecimento do outro lado do mundo, compartilhar dados ou ter acesso a bens culturais sem expressivas restrições econômicas.

No contexto sócio-político da Guerra Fria, a revolução teve início com a estratégia de dividir a informação em pacotes e enviá-los por uma rede de computadores. A arquitetura do sistema permitiu aos computadores o envio de informações codificadas (em pacotes de informação) enquanto outros computadores conectados à rede eram capazes de receber, decodificar e reconstruir a informação integralmente em uma estrutura descentralizada de intercâmbio de informações. A proposta chave do programa era manter a integridade da informação em uma rede de computadores mesmo que sua estrutura fosse destruída por um ataque nuclear (BRIGGS e BURKE, 2002).

Em um primeiro momento, a Arpanet definiu-se por uma rede restrita, mas, aos poucos, as universidades assumiram importante papel para levar a rede à sua atual configuração. Em 1975, existiam 2 mil usuários conectados em instituições de alta tecnologia: à época, o e-mail já era o principal uso da rede e nem de perto a Arpanet era tão somente relacionada a questões de defesa nacional. Enquanto o Pentágono estava focado nesses temas, as universidades, em compensação, estavam interessadas na possibilidade de livre acesso (BRIGGS e BURKE, 2002).

Em 1979 surgiria o primeiro provedor comercial a permitir o acesso à rede. Enquanto esse caráter de orientação comercial se expandia, em 1989

Berners-Lee tornou real a possibilidade de uma rede aberta e livre em que toda a informação poderia ser compartilhada e tudo poderia estar conectado pela criação da *World Wide Web*, a versão gráfica da Internet, agora acessível a partir de qualquer navegador (BRIGGS e BURKE, 2002). Por meio da lógica do hipertexto, tornou-se possível saltar de um corpo de informação a outro. Esse processo transformaria o paradigma dos modelos de comunicação que se conhecia até então.

Na atual configuração da Internet, muitos se comunicam com muitos, o que pressupõe uma potencial emancipação do usuário comum, a partir da liberação do pólo emissor (LEMOS, 2002). Na comunicação mediada por computador, as relações de poder, controle de informação e de transmissão de informação, passam por uma reconfiguração. Da oralidade (modelo um-um) à comunicação de massa (um-muitos), a Internet (muitos-muitos) daria autonomia à participação dos atores sociais, por permitir a livre circulação de conhecimento (LEMOS, 2002; LÉVY, 1999). “De uma fase dominada pelos conglomerados de mídia, pela comunicação vertical e pela censura governamental, emerge a era da comunicação livre, horizontal, global e democrática” (SILVEIRA, 2009, p.4).

Em sua relação com as dinâmicas das ações coletivas na comunicação mediada por computador, essas características poderiam ser definidas como Fatores Estruturais, assim entendidos em Silva (2006). Os Fatores Estruturais seriam os elementos fundamentais que sustentam o acesso à participação política: as condições técnicas, físicas e lógicas, sem as quais não haveria o surgimento de ações coletivas, ainda que a constatação de sua existência não garanta as articulações entre os atores sociais. Além dos Fatores Estruturais, o autor prevê elementos Motivacionais, Conjunturais e Legais.

Por romper com os paradigmas comunicacionais, a Internet tem sido um ambiente favorável para a manifestação de ações coletivas, em suas mais diversas instâncias, mesmo no reconhecimento de tensões sociais ou na coordenação de movimentos. As características que lhe são naturais, como a velocidade do acesso à informação, garantem a redução dos custos de comunicação entre ativistas, da mesma forma que o investimento de capital e

de tempo para a difusão de ideias em rede se reduzem significativamente.

A identificação do potencial da internet para o ativismo tornou-se marcante mesmo na década de 90. O exército Zapatista de liberação nacional foi uma das primeiras insurgências a se apropriar da Internet para fins de propagação de seus propósitos políticos (cf. ANTOUN, 2004; VIDAL, 2005). Ainda que se qualifique por um movimento armado, os ativistas de Chiapas distanciaram-se das ações revolucionárias dos séculos XIX e XX (como o movimento Tupamaro, no Uruguai, e a Coluna Prestes, no Brasil). Segundo a bibliografia consultada (ANTOUN, 2004; ASSIS, 2006, entre outros), a diferença se deu pela não condução do movimento por uma ideologia característica e por não pretender a consecução de um golpe de Estado, mas sim pela difusão de um problema local em sua relação de causa-consequência com o global (liberalismo econômico). O nome Zapatista se refere a Emílio Zapata, líder da revolução mexicana.

A estratégia inicial estabelecia comunicação por correio eletrônico como forma de manutenção/envio de informações aos membros envolvidos, expressão crítica ao capitalismo e finalmente em impulso à criação de uma “zona autônoma temporária” de administração. Por meio das tecnologias de comunicação e informação, o movimento passou por um processo de ‘glocalização’ de Chiapas (México). Ou seja, em uma perspectiva global, agiu-se localmente: pela Internet os Zapatistas conseguiram expor internacionalmente o problema de exclusão de direitos dos indígenas mexicanos de Chiapas, o que causou grande repercussão ao elevar as demandas do grupo aos olhares do mundo.

O movimento chamou a atenção principalmente por sua macro-visão e pelo emprego das novas tecnologias de comunicação a seu favor. A proclamação do levante deu-se no contexto de implantação do NAFTA (Acordo Norte-Americano de Livre Comércio). Pelo chamado “Consenso de Washington”, a América Latina do final de século XX viu-se absorvida por políticas de abertura dos mercados: reformas econômicas com o objetivo de aceleração do desenvolvimento. “O benefício das populações mais pobres, o

fim da miséria e do desemprego foram argumentos utilizados para justificar as políticas de privatização e a abertura de mercado de países da América Latina” (AMORETTI, 2010, p.54).

Além do caso de Chiapas, conforme ressalta AMORETTI (2010), vários levantes foram sentidos por toda a América Latina. Nenhum deles, no entanto, teve tanta visibilidade como o exemplo mexicano. Na Bolívia, movimentos de origem indígena-campesina contra a privatização da água potável e da erradicação da coca geraram “gigantescas rebeliões” (p.57). Em janeiro de 2000, revoltas populares no Equador, contrárias à privatização dos serviços públicos, provocaram a queda do poder instituído. No início do século XXI, a Argentina sentiu uma onda de desemprego e o fechamento de diversas indústrias.

Nas ruas de Buenos Aires por toda a parte explodem conflitos, em repúdio à política econômica, instala piquetes em frente ao Ministério do Desenvolvimento Social. (...) Trabalhadores estatais e privados realizam marcha junto com os trabalhadores desempregados. Em 2001 o 'panelaço' levou cidadãos da classe média às ruas, que da noite para o dia tornaram-se os pobres do país. Os saques a supermercados ficaram recorrentes. Um elevado número de mortos e feridos é o resultado trágico das batalhas nas ruas (AMORETTI, 2010, p.59)

No caso de Chipas, embora o movimento estimulasse a participação pacífica de civis, os manifestantes, armados, tomaram duas cidades e cinco povoados da região. Para os insurgentes, as ações não foram coordenadas na intenção de reclamar o poder, mas em defender diretrizes de um governo mais democrático. Como consequência, a ação provou uma ofensiva do exército nacional. Resultado: mais de 145 ativistas morreram no confronto. Como desdobramento, a utilização da Internet passa a ser utilizada como uma perspectiva essencial de sustentação ao levante: “o grupo dependeu das novas tecnologias de comunicação e informação para sobreviver” (ASSIS, 2006, p.31).

Dentro do que Scherer-Warren (2006) entende como “redes de

movimentos sociais”, o movimento Zapatista se incorporou como uma convergência reacionária e ideológica das organizações em rede, levando à cena atores de diversas partes do mundo inicialmente desconectados à causa dos indígenas de Chiapas. Mas que também, em uma situação semelhante, consideraram-se vitimados pelo paradigma global e ainda outros que, embora vivenciassem outras condições ou lutassem por outras causas, expressaram solidariedade ao movimento.

O movimento Zapatista emerge como um exemplo da ultrapassagem da segmentaridade das organizações em rede, exprimida através da integração ideológica de suas doutrinas (etnonacionalismos, fundamentalismos, proteção do meio ambiente, proteção das mulheres, proteção dos indígenas, etc.), na direção de um movimento de ampla (...). O processo de construção da aliança ultrapassou os limites da região de Chiapas, pois, além de criar uma nova organização, conectou várias espécies de lutas, através da América do Norte, que estavam anteriormente desconectadas e separadas, e gerou uma rede de trabalho voluntário ativista, coordenada através da Internet de forma descentralizada (...). Essa rede de trabalho voluntário e flutuante forma hoje uma das maiores e mais eficientes empresas de relações públicas do mundo, conseguindo traduzir e difundir os comunicados do subcomandante Marcos para inúmeras línguas diferentes em 24 horas, proeza que mesmo a poderosa empresa Microsoft não consegue igualar com seu trabalho profissional assalariado e seu imenso capital (ANTOUN, 2004, p.64-65).

Com inspiração no sucesso da internacionalização da conferência zapatista em 1996 – convocada pela Internet –, no 1º Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, diversos movimentos passaram a surgir em esfera internacional, os chamados “Dias de Ação Global”, cuja maior visibilidade se deu em Seattle frente à reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC). Em 1996, os zapatistas conseguiram reunir, através de uma convocatória difundida pela Internet, ativistas de todo o mundo para deliberar sobre estratégias e objetivos para fortalecer a experiência do movimento no México, na intenção de transcender fronteiras e formar redes globais de resistência (ASSIS, 2006).

Uma nova edição do encontro ocorreu na Espanha no ano seguinte, na intenção de ampliar as redes de ação coletiva e reafirmar o estímulo às manifestações por todo o mundo. O entendimento de redes como estratégia de ação coletiva (SCHERER-WARREN, 1999) passa a ser um elemento promotor fundamental à expressão dos movimentos sociais. A nova perspectiva resultou na formação de uma coalizão de movimentos: com uma composição diversificada, desde a atuação nas áreas dos direitos humanos aos movimentos rurais, de estudantes a centrais sindicais, a conjugação de lutas sociais passou a emergir e a convergir sobre uma relação de conflito em comum.

As convergências deste novo ator sociopolítico de caráter mundial surgem quando as diversas organizações percebem que seus temas e reivindicações estão relacionados. Assim, elas identificam elos comuns de lutas. Forma-se então uma rede de resistência que se expressa ora através de desobediência civil, ora por propostas alternativas a um modelo de globalização, considerado a principal causa da exclusão social existente no mundo (PRUDÊNCIO, 2006, p. 65).

Com base nesse novo entendimento, as primeiras manifestações (convocadas pela coalizão Ação Global dos Povos, AGP) ocorreram em resposta às reuniões do G8 em Birmingham e da Conferência Ministerial da OMC em Genebra, em maio de 1998, especificamente em oposição ao acordo Multilateral de Investimentos. Ainda que com uma localização específica, manifestações pelo mundo foram coordenadas em mais de 70 cidades, formando uma rede de resistência (PRUDÊNCIO, 2006).

As mobilizações atingiram o seu ponto máximo no ano seguinte. Os protestos durante a reunião da Organização Mundial do Comércio, em Seattle, em novembro de 1999, simbolizam a revitalização dos engajamentos políticos pelo mundo (POSTMES e BURNSTING, 2002). A convergência de movimentos ali coadunada, um dos emblemas de uma nova forma de fazer política, revelou a importância do papel desempenhado na Internet como suporte em direção à retomada do ativismo.

Postmes e Burnsting (2002) argumentam que o avanço do liberalismo, especificamente a lógica individualista celebrada por esse modelo, tem provocado uma estagnação das formas de participação política. A popularização da Internet (a partir da década de 90), por outro lado, segundo esses autores, contribuiu para a quebra desse paradigma: permitiu que sujeitos retomassem a ideia do coletivo a partir da noção de rede.

Considerada pela imprensa como um movimento “anti-globalização”, quando na verdade, segundo PRUDÊNCIO (2006), a intenção era tecer críticas diretamente às políticas internacionais de promoção das desigualdades sociais, uma coalizão de movimentos e ativistas de várias partes do mundo atuou em conjunto para que a reunião da 3ª Conferência Ministerial da OMC não ocorresse. A “Batalha de Seattle”, como ficou conhecida, foi marcada pelo confronto com a polícia e pela intensa cobertura jornalística. Entre os manifestantes, na proporção dos milhares e oriundos de mais de 40 países, constavam feministas, ambientalistas, ativistas de direitos humanos, estudantes, camponeses, entre outros. Como resultado da ação de diversas esferas ativistas, a reunião da “Rodada do Milênio” foi cancelada e o movimento considerou-se triunfante. Seattle tornou-se o emblema da resistência à chamada globalização neoliberal (PRUDÊNCIO, 2006).

Ainda que a ação concreta tenha se dado presencialmente em Seattle, a organização e coordenação do movimento só foram alcançadas pela apropriação da Internet, especificamente por uma corrente intitulada “Say NO to WTO” (diga não à Organização Mundial do Comércio), que impulsionou a criação de uma esfera de deliberação sobre o tema e a adesão às manifestações. A ação chegou a superar a marca de 50 mil integrantes (PRUDÊNCIO, 2006).

(...) a marca distintiva dessa rede é a organização da informação dos protestos pela internet. (...) O evento trouxe novo fôlego às manifestações de resistência, bem como uma característica também inaugurada pelos zapatistas: ações públicas adequadas aos critérios de noticiabilidade (PRUDÊNCIO, 2006)

Atuações semelhantes seguiram-se durante a reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), em abril de 2000, nos Estados Unidos; protestos em Londres no 1º de maio de 2001; em Praga, em abril de 2001; no Québec, na 3ª Cúpula das Américas em oposição à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA); e em Gênova, em julho do mesmo ano, em protesto ao G-8. Em todos esses movimentos, a apropriação das potencialidades da comunicação mediada por computador para fins ativistas se apresenta em um caráter de protagonismo.

Se não é a causa, as TICs facilitaram muito a emergência, da forma como se deu, dos movimentos por justiça global. Se não substituí formas “antigas” de mobilização, a internet agiliza os contatos e torna possível a formação de alianças as quais, sem ela, levariam mais tempo para acontecer e, talvez, as manifestações não ocorressem com tanta precisão nos dias e locais marcados, nem assumiriam esse caráter transnacional que têm (PRUDÊNCIO, 2006, p.9-10)

Em termos de visibilidade, essas manifestações foram consideradas efetivas. No entanto, em relação ao conteúdo das mensagens, foram avaliadas como “frustrantes”, muito embora grande parcela da mídia tenha sido simpática às ações dos ativistas. Para amenizar essa questão, os ativistas, após a ação em Seattle, em 1999, utilizaram-se da Internet para criar um espaço de difusão, cujas mensagens estivessem de acordo com os propósitos do movimento. Dessa forma, além da visibilidade adquirida pelos olhares da mídia tradicional, os grupos não se restringiram: apropriaram-se da Internet para criar o website independente “Independent Media Center” (IMC), www.indymedia.org, que tornou-se, em caráter internacional, a convocatória de manifestações e o repositório informações sobre os temas de lutas globais. “Para fazer frente ‘à mídia burguesa’ (...) instalou-se, então, uma guerra pela informação que passou a ser uma das principais prerrogativas da ação coletiva contemporânea (PRUDÊNCIO, 2006, p. 65).

Essas “novas” formas de fazer política, registradas desde a insurgência em Chiapas, não possuem, no entanto, uma denominação específica. Ativismo digital, ciberativismo ou ainda ativismo midiático são alguns dos termos

recorrentes a classificar os fenômenos contemporâneos de mobilização social. A maioria das abordagens acadêmicas não apresenta uma terminologia restrita para definir as formas contemporâneas de engajamento político que se utilizam das novas tecnologias.

Empregadas indistintamente, as classificações normalmente são entendidas como uma estratégia de resistência à lógica capitalista, muito embora a aplicação não restrinja a análise. Ainda incipientes e sob distintos rótulos, os estudos têm retratado as formas de ativismo na dimensão do lúdico (SILVEIRA, 2009; PERANI, 2007; ASSIS, 2006), dos microblogs (SCHIECK, 2009), petições on-line (SCHIECK, 2008), dos weblogs (ZAGO e BATISTA, 2008 e 2009), das manifestações artísticas (GONÇALVES, 2007), da ação dos hackers, o “hacktivism” (ANTOUN, 2006), dos sites de redes sociais, como o Facebook (BATISTA e ZAGO, 2010; NEUMAYER e RAFFL, 2008) e do jornalismo – também entendido como “jornativismo” e “newsactivism” (GILLMOR, 2006; PRUDÊNCIO, 2006).

Para alguns autores (como GONÇALVES *et al.*, 2008 e COSTA JÚNIOR, 2007) que associam o ativismo necessariamente a uma dimensão à esquerda, o uso das novas tecnologias para fins políticos se define pela atribuição de ambiguidade às ferramentas digitais: a utilização do meio como instrumento de resistência à sua própria lógica econômica. Em um contexto que não é possível pensar os movimentos sem a dimensão on-line (PRUDÊNCIO, 2006), as formas contemporâneas vinculadas aos meios de comunicação não estariam necessariamente associadas à negação das estruturas de poder, mas à apropriação, politização e democratização destas.

Em vez de romper as estruturas de poder, eles [os ativistas] jogam com essas estruturas para instigar e redefinir nossos valores e percepções da realidade; (...) Eles seguem adiante produzindo investimentos nos fluxos de poder na intenção de revelar a sua lógica. Eles parecem estar mais preocupados em criar resistência, mais do que a revolução (GONÇALVES *et al.*, 2008. p. 5)³⁰

³⁰ Versão do autor para “Instead of breaking power structures they play with such structures to instigate and redefine our values and perceptions of reality, as their goal is

Com base em Ugarte (2006), pode-se definir, portanto, o ciberativismo como uma difusão de um discurso político em ferramentas digitais – as quais conferem poder e visibilidade ao indivíduo-comum, sem mais a necessária mediação das instituições.

Fazemos ciberativismo quando publicamos na rede – em um blog ou em um foro – procurando os que lêem avisem a outros – traçando links em seus próprios blogs ou recomendando a leitura por outros meios – ou quando enviamos um e-mail ou um SMS a outras pessoas com a esperança de que o reenviem às suas listas de contatos. Por isso todos estamos todos destinados ao ciberativismo (UGARTE, 2006, p.85)³¹

Dessa forma, o ciberativismo é entendido como toda a estratégia que visa a uma transgressão social – uma transformação na agenda pública – pela difusão de conteúdos por meio da ampliação exponencial das capacidades comunicativas dos atores sociais na Internet. O novo panorama em relação aos engajamentos políticos contemporâneos, em razão das facilidades comunicativas proporcionadas pelo meio, indica a politização do meio e das práticas coletivas na rede.

not radical, direct social change. So they forward producing temporary inversions of power flows in order to expose its logics. They seem to be more concerned in creating resistance more than revolution” (GONÇALVES *et al.*, 2008, p.5)

³¹ Versão do autor para “Hacemos ciberactivismo cuando publicamos en la red –en un blog o en un foro– buscando que los que lo lee avisen a otros –enlazando en sus propios blogs o recomendándoles la lectura por otros medios– o cuando enviamos un e-mail o un SMS a otras personas con la esperanza de que lo reenvíen a su lista de contactos Por eso todos estamos abocados al ciberactivismo” (UGARTE, 2006, p.85)

3 As Redes Sociais na Internet

“Tras toda arquitectura informacional se esconde una estructura de poder”³²

3.1 Sobre o conceito de rede

Redes são representações. O entendimento da noção de rede desenvolve-se nas Ciências Exatas a partir de 1736. Criado pelo matemático Leonhard Euler, o conceito nasceu da Teoria dos Grafos, mas não se restringiu à sua área de aplicação original. Como abordagem teórica ou metodológica, a metáfora das redes tem sido utilizada por diversas áreas do conhecimento. Passa pelas redes técnicas, territoriais e produtivas da Geografia, pelas dinâmicas organizacionais da Administração; pela noção de tecidos sociais na Biologia e pela ideia de redes de informação nas Ciências da Computação (SCHERER-WARREN, 1999). Dentre as suas diversas apropriações, o conceito foi utilizado pelas Ciências Sociais desde a década de 40.

A primeira sistematização científica que se utilizou da noção de rede remonta à contribuição de Euler sobre o enigma das pontes de Königsberg. A cidade prussiana, localizada em meio a ilhas no centro de um rio, era dividida em quatro partes e possuía sete pontes responsáveis por estabelecer as vias de acesso a cada segmento da cidade. Euler se interessou por responder a folclórica questão: “Existe alguma forma de atravessar as setes pontes sem repetir um mesmo trajeto?” (NEWMAN *et al.*, 2006). Conta-se que a população de Königsberg tentava infrutiferamente decifrar o enigma quando Euler se utilizou de uma representação gráfica para provar a impossibilidade de resolver o problema.

³² Eslogan Cyberpunk Espanhol, datado de 1990. Extraído de Ugarte (2006)

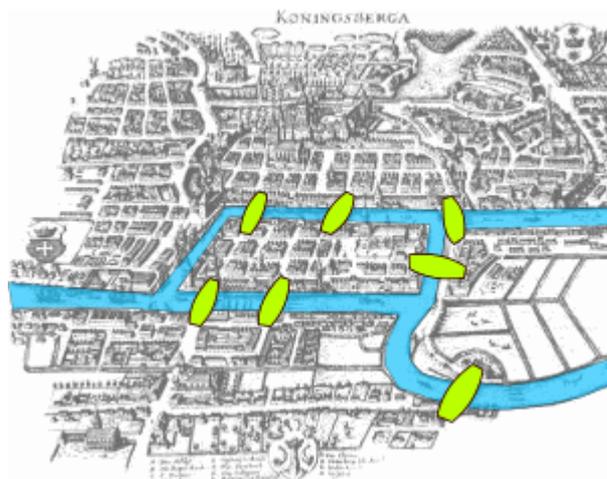


Figura 2 – Representação das Pontes de Königsberg³³

O grafo construído por Euler – um objeto matemático, que como metáfora, define a conciliação dos pontos, nodos, nós ou vértices a suas conexões ou arestas – demonstrou a impossibilidade de cruzar as sete pontes sem repetir um único caminho. Euler conectou as quatro subdivisões de Königsberg (os nodos) com as sete pontes (as arestas) e criou o primeiro teorema da teoria dos grafos.

Os resultados do estudo foram revolucionários à época. No caso concreto, esclareceram que para acessar uma determinada parte da cidade, sem cruzar mais de uma vez pela mesma ponte, seria necessária a existência de pelo menos duas pontes (com a exceção do início e do fim do percurso). Outras maneiras de solucionar o problema indicavam a necessidade de não haver nodos com números de conexões ímpares, o denominado “circuito euleriano”, ou a existência de um percurso que passasse por todas as pontes sem um ponto de partida e chegada, caso o grafo apresentasse apenas dois nodos com um grau ímpar de conexões (especificamente o início e o fim), a chamada “trilha euleriana” (RECUERO, 2006)

³³ Fonte: Recuero (2006)

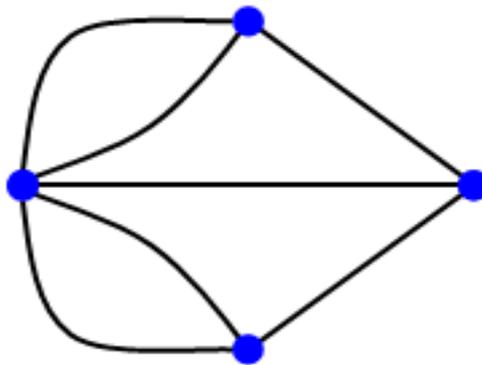


FIGURA 3 - Representação de Königsberg³⁴

Chega-se, assim, a uma definição operacional: uma rede constitui-se por nodos e suas conexões. Essa forma de representação tem sido utilizada em diferentes perspectivas e abordagens: é passível de expressar tanto pessoas (os nodos) e as suas relações de amizade (as conexões), quanto cidades e suas vias de comunicação; elementos químicos e suas reações, computadores interligados, artigos acadêmicos e suas citações etc.. “O imaginário das redes permeia a cultura moderna, pode ser quase qualquer coisa”³⁵ (NEWMAN *et al.*, 2006, p. 2-4).

Uma das perspectivas a apropriar-se dessa abordagem se deu no campo das ciências sociais: como representação metafórica da relação dos indivíduos com seus pares. Seu grande trunfo reside na abstração de detalhes em suas representações, sendo capaz de retratar estruturas complexas com uma nitidez que, de outra forma, seria de impossível alcance (NEWMAN *et al.*, 2006).

Como conceito transversal, múltiplas abordagens têm sido aplicadas ao entendimento de redes, em diversos campos do conhecimento. Por essa razão, segundo Scherer-Warren (1999), na busca por sistematizar a aplicação desse

³⁴ Fonte: Recuero (2006)

³⁵ Versão do autor para “The imagery of the networks pervades modern culture (p.2), (...) can be almost anything (p.4)” (Newman et al, 2006, p. 2-4)

conceito, a noção de redes poderia ser definida como (1) Metodologia de Análise Científica, como recurso de organização de dados para análise; (2) Teoria Substantiva, como abordagem teórica para explicar a realidade, (3) Rede Técnica, como operação e instrumentalização organizacional (por exemplo, uma rede de computadores); e (4) Estratégia de ação coletiva, como elemento encadeador de movimentos sociais e ações coletivas.

O uso do conceito de redes em sua forma propositiva contém significados ideológicos e simbólicos e comporta resultados sociais e políticos e simbólicos que merecem ser analisados pelas Ciências Sociais, e só recentemente tem sido transformado em objeto de estudo (SCHERER-WARREN, 1999, p.24)

Aplicado ao universo deste trabalho, interessam-nos principalmente as abordagens sociológicas e antropológicas das redes. Na abordagem das redes sociais, a teoria dos grafos foi aplicada dentro do que se chamou Análise Estrutural de Redes. Essa perspectiva metodológica busca entender os indivíduos conectados entre si como uma rede: os atores sociais – individuais ou coletivos – (os nodos) e os laços e interações sociais entre eles (conexões). A partir de teoremas matemáticos, propõe-se compreender as propriedades estruturais e fornecer subsídios para a análise da observação empírica. A metáfora das redes permite estudar em termos sociológicos, por exemplo, a criação de estruturas sociais, as suas dinâmicas e funções, a manutenção de capital social, a emergência de estratégias de cooperação e competição, entre outros (RECUERO, 2006).

Inicialmente proposto por Jacob Levy Moreno, o estudo das redes sociais foca principalmente nas propriedades dinâmicas das redes como modificadoras da sociabilidade humana. A abordagem sugere o entendimento do indivíduo a partir de suas dinâmicas de sociabilidade. Por rede social se entende, portanto, os atores sociais como pessoas, organizações, grupos sociais e instituições e as suas conexões como interações e laços sociais. No universo das relações mediadas por computador, a metáfora das redes sociais propõe avaliar o modo como as estruturas sociais surgem, os tipos, as

composições, o modo como a interação por meio da comunicação mediada por computador é capaz de gerar fluxos de informações e trocas sociais (RECUERO, 2006 e 2009).

O paradigma de estudo da chamada “Ciência das Redes” centra-se em três modelos teóricos. (1) O modelo de redes igualitárias, associado à ideia de homogeneidade da distribuição de conexões entre os nodos e ao seu caráter randômico; (2) o modelo de mundos pequenos, sobre a proximidade geodésica entre os atores de uma rede; e (3) O modelo de rede sem escalas, que defende, sobretudo, a desproporcionalidade na distribuição das conexões (NEWMAN *et al.*, 2006; RECUERO, 2006).

Referenciado principalmente ao estudo de Erdős e Rényi (RECUERO, 2006), o modelo de redes igualitárias presume que a disposição de conexões em uma rede responde a critérios de proporcionalidade entre os nodos. Com base na premissa de que os indivíduos são agregados aleatoriamente em rede, os autores chegam à conclusão de que cada nodo ostenta semelhante número de conexões e a mesma probabilidade de receber novas conexões. Conceitua-se, portanto, a rede como harmônica: no modelo de redes igualitárias não há agrupamentos com números expressivos de conexões, os chamados *clusters*.

A segunda perspectiva, o modelo de mundos pequenos, traduz teoricamente o repertório popular sobre as dinâmicas de conectividade das redes. A expressão popular “que mundo pequeno!” recebe sustentação nessa teoria. Na ideia de que todos de alguma forma estabelecem relações, essa teoria propõe que as coincidências nas interações sociais poderiam ser explicadas pelos caminhos de conexão, em que cada pessoa do globo pode ser encontrada se seguisse um percurso de conexões a partir de qualquer outro ponto da rede. O ator ‘X’ conhece ‘Y’, que por sua vez conhece ‘Z’. As possibilidades de ‘X’ vir a conhecer ‘Z’ são significativas, tendo em vista que há apenas dois graus de separação entre eles. Assim, defende-se, sendo o homem naturalmente social, cada ator estaria vinculado à totalidade de alguma forma.

Para testar a hipótese de interdependência das redes, em 1956 o sociólogo Stanley Milgram realizou o primeiro estudo sobre conectividade em redes sociais. O experimento consistiu em uma série de cartas enviadas a destinatários aleatórios com a solicitação de que remetessem o conteúdo a um ponto específico. Caso não conhecessem o destinatário-objetivo, os destinatários-pontes eram convidados a reenviar a carta a outras pessoas supostamente mais próximas. Os resultados apontam que as cartas que chegaram com sucesso ao local de destino foram intermediadas por poucos, o que sustentaria a tese de que são estabelecidos graus mínimos de separação entre as pessoas. Conforme o experimento, haveria, definitivamente, um mundo pequeno. Estudo posterior³⁶ de Milgram, partindo de lógica semelhante, aponta a existência de seis graus de separação entre quaisquer indivíduos no contexto geográfico do autor (Estados Unidos), mais tarde generalizado em escala global (RECUERO, 2006).

Nas dinâmicas de conectividade das redes sociais, entra em relevo o papel dos laços fracos. O sociólogo Mark Granovetter (1973), em seu trabalho sobre a estruturação das redes sociais, revelou a relevância dos laços fracos em termos de manutenção de uma rede social. A superficialidade e o caráter esporádico dos laços fracos (relação com conhecidos, por exemplo) suplantariam os laços fortes (relações de intimidade, com amigos, por exemplo), perspectiva até então inversa na teoria social.

Os laços fracos permitiriam/facilitariam o intercâmbio entre diferentes círculos sociais, altamente conectados e permeados por laços fortes. Sem os primeiros, os grupos sociais seriam potencialmente isolados e não ostentariam a configuração de rede. Ao contrário do que estabelecia o modelo de redes igualitárias, haveria uma lógica na organização das redes: é comprovado que a sua formação não seria configurada aleatória e espontaneamente (RECUERO, 2006).

Passo importante para a emancipação do modelo seguinte (modelo de

³⁶ O estudo produzido em parceria com o cientista Jeffrey Travers consistiu no envio de pacotes com um destinatário em comum (RECUERO, 2006)

redes sem escalas), a partir dessas questões, estudo assinado por Duncan Watts e Steven Strogatz prevê a incidência em rede de padrões altamente conectados. Bastaria, portanto, conexões entre *clusters* para transformar a rede em um mundo pequeno ou em um grande *cluster* global. Outro trabalho, de Derek de Solla Price, abordou a formação da “power-law” (lei de potência), em que se torna nítido o papel dos *hubs* ou *conectores* na manutenção da conectividade em rede. Segundo o postulado, quando mais conexões um nodo possui, maiores são as chances de emergirem novas/mais conexões. A contribuição dos conectores é fundamental para a redução da distância entre os demais vértices da rede (RECUERO, 2006).

Por fim, o terceiro modelo, o de Redes sem Escala, concentra-se na desproporcionalidade de conexões como propriedade geral das redes. Barabási utilizou-se de um *crawler*³⁷ e constatou grande contraste entre o número de conexões da maioria dos nodos de uma rede. A diferença do número de conexões entre os mais conectados e os menos conectados alcançou a proporção de 80/20 (BARABÁSI e ALBERT, 1999). Isto é, 20% nodos assumem para si 80% das conexões.

Conhecido como a teoria dos “ricos que ficam mais ricos”, o estudo de Barabási rechaçou os repertórios anteriores de Watts e Strogatz (modelo dos mundos pequenos), que por sua vez reproduziam a abordagem inicial de Erdős e Rényi (modelo de redes igualitárias), no sentido de que há uma ordem na dinâmica da estruturação das redes e em seu desenvolvimento. Quanto mais conexões um nodo possuir, portanto, mais chances ele terá de receber novas conexões. Esses nodos altamente conectados, chamados de *hubs* ou *conectores*, receberiam muito mais conexões do que os nodos-médios, e, como consequência, diminuiriam a distância média (geodésica) em rede.

Sobre os três modelos, registra-se que não há a definitiva suplantação de uma abordagem sobre as demais. Construídos a partir de testes em caráter teórico, as redes no mundo real não necessariamente apresentariam uma

³⁷ Software de coleta de dados, utilizado normalmente em grandes escalas, facilitando o trabalho do pesquisador

característica única limitada a um modelo, mas sim em um grau de variação independente (RECUERO, 2006). Como metáforas, formas de representação, as redes são uma das maneiras de estudar os fenômenos. A seguir, apresentamos um panorama de como esses conceitos podem ser transpostos e entendidos na comunicação mediada por computador.

3.2 Os sites e as Redes sociais na Internet

A partir da década de 90, o estudo das redes sociais reinventa-se a partir da contribuição da Internet. Como um meio que permite a sociabilização em rede, a comunicação mediada por computador tem concedido novas perspectivas ao estudo das dinâmicas sociais. Por tornar visível essas interações, abre-se espaço para a possibilidade de retratar, com uma nitidez sem precedentes, os caminhos traçados pelos usuários em suas interações on-line.

Uma das formas de expressão das redes sociais na Internet – e onde elas se tornam mais visíveis – são os sites de redes sociais. De acordo com boyd e Ellison (2007), sites de redes sociais são serviços on-line em que os atores sociais podem manter um perfil público (ou semi-público, conforme ressalvam), estabelecer uma lista de contatos e visualizar essas conexões.

Quanto às suas configurações, os sites de redes sociais justificam-se pela manutenção de redes sociais pré-existentes ou ainda pela emergência de agrupamentos baseados em interesses compartilhados, visões políticas ou atividades em comum em sentido geral ou específico. Como exemplo do segundo caso, encontram-se as redes que respaldam a coletividade em apenas um aspecto, relacionado ao caráter linguístico, racial, religioso, sexual e/ou nacional das diferentes identidades de seus potenciais usuários.

Mais além dos recursos técnicos e dos meios de interatividade em rede, os sites de redes sociais caracterizam-se principalmente por permitir a organização de perfis em rede. Assim, não só impulsionam o início de relações soci-

ais no meio digital, mas, sobretudo, tornam possível a visibilidade e a articulação das redes sociais já existentes (BOYD e ELLISON, 2007).

Com esses padrões, o primeiro site de redes sociais foi lançado em 1997: o [sixdegrees.com](http://www.sixdegrees.com)³⁸. Nesse serviço, os usuários eram habilitados a criar perfis, construir listas de seus amigos e explorar a lista de outros usuários. Embora nenhum desses recursos tenha sido isoladamente inédito, o pioneirismo encontrou-se nos serviços enquanto conjunto. Por meio do comunicador ICQ, por exemplo, já era possível construir listas de contatos, mas não se permitia o acesso à rede social de outro usuário. O SixDegrees.com foi o primeiro a permitir em um só serviço a construção de perfil, listas e habilitar a navegação na rede de outros usuários (BOYD e ELLISON, 2007).

Em seguida, os sites de redes sociais multiplicaram-se rapidamente. O grande impulso dos sites de redes sociais deu-se com a criação do Friendster³⁹, o primeiro a focar não no encontro de desconhecidos com interesses comuns, mas na possível relação entre amigos-de-amigos. Depois de uma queda da popularidade do site, como resultado da política que rechaçava construções ditas “fakes”⁴⁰ no sistema, diversos outros serviços surgiram na tentativa de retomar a popularidade do site de redes sociais. Registrou-se o lançamento em cadeia, por exemplo, de redes como o LinkedIn⁴¹, Myspace⁴², Last.fm⁴³, HI5⁴⁴, Orkut⁴⁵, Flickr⁴⁶, Facebook⁴⁷, Ning⁴⁸, Windows Live Spaces⁴⁹, Twitter⁵⁰ e recentemente o Plurk⁵¹ e o Google Plus. Pouco antes já havia sido criado o Fotolog.com, em 2002.

³⁸ <http://www.sixdegrees.com>

³⁹ <http://www.friendster.com>

⁴⁰ Termo utilizado para designar construções “falsas” nos perfis em sites de redes sociais, como, por exemplo, assumir a identidade de uma celebridade, emulando-a.

⁴¹ <http://www.linkedin.com>

⁴² <http://www.myspace.com>

⁴³ <http://www.lastfm.com>

⁴⁴ <http://www.hi5.com>

⁴⁵ <http://www.orkut.com>

⁴⁶ <http://www.flickr.com>

⁴⁷ <http://www.facebook.com>

⁴⁸ <http://www.ning.com>

⁴⁹ <http://spaces.live.com>

⁵⁰ <http://www.twitter.com>

⁵¹ <http://www.plurk.com>

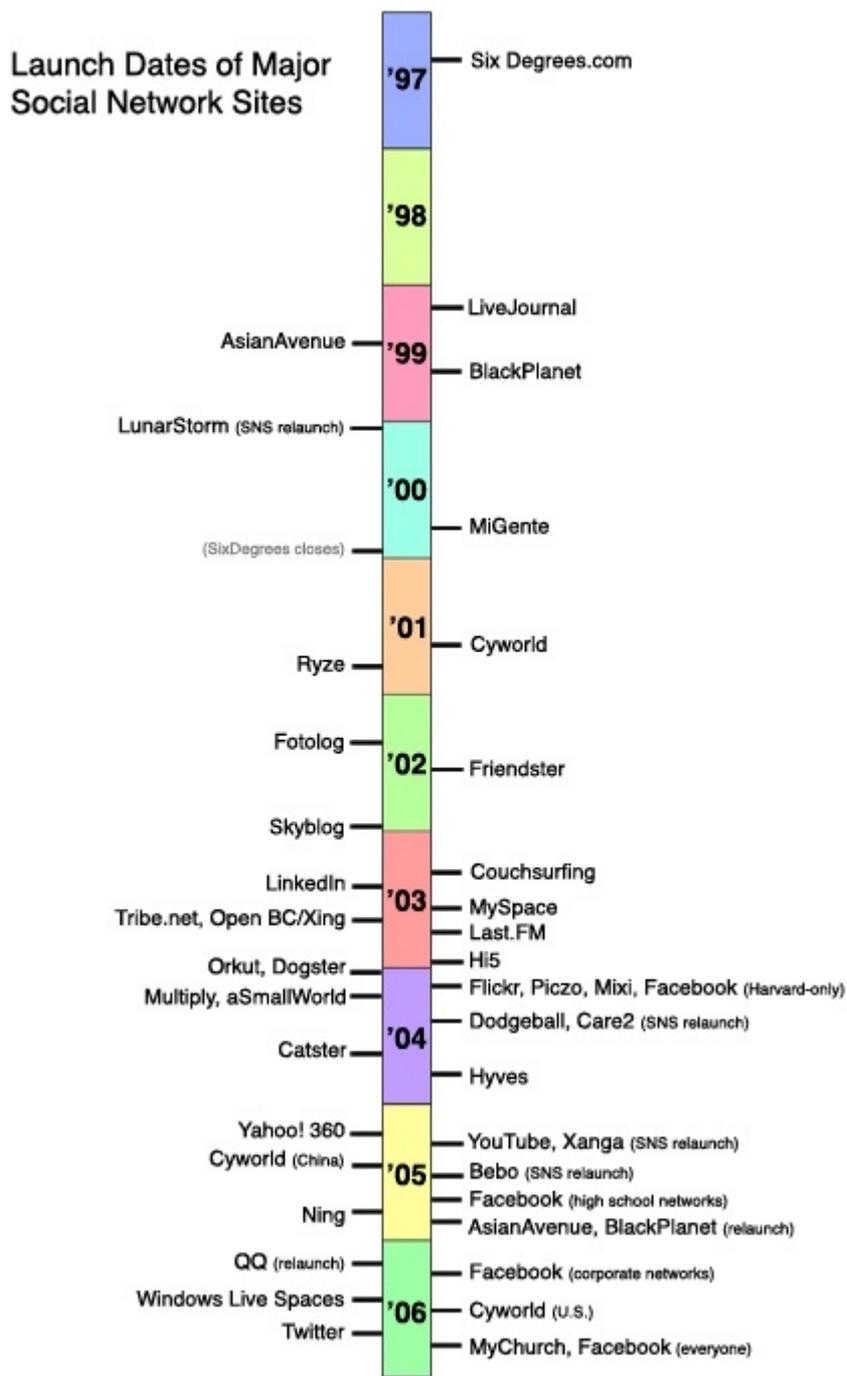


Figura 4 – Lançamento dos sites de redes sociais, extraído de Boyd e Ellison (2007)

Cada site de redes sociais apresenta as suas peculiaridades organizacionais, mas o determinante é a apropriação e as formas de aceitação social da ferramenta. Alguns sites propõem um enfoque específico sob critérios geográficos e/ou linguísticos, mas tal determinação não necessariamente condiciona as suas características (BOYD e ELLISON, 2007). No Brasil, o exemplo da apropriação/subversão a esses critérios pôde ser observado pela adoção nacional pelo Orkut⁵²: o serviço foi lançado em 2006 nos Estados Unidos apenas em língua inglesa e a partir de um sistema de “convites” – para acessar o serviço cada pessoa deveria ser convidada/indicada por outros que já fizessem parte do sistema. Para a surpresa dos idealizadores, em pouco tempo a língua portuguesa “invadiu” o sistema. Os brasileiros consolidaram-se – mesmo no princípio geodesicamente mais distantes – como usuários onipresentes na rede (FRAGOSO, 2006). Entende-se, assim, a apropriação como uma das características essenciais das redes sociais digitais. Como se detalhará em seguida, um dos usos/apropriações das redes sociais digitais centra-se sob o efeito de abrigar práticas ativistas e promover ações coletivas.

As redes sociais na Internet não se resumem aos sites de redes sociais. Uma das contribuições desses serviços é tornar as redes facilmente identificáveis, mas não restringem o conceito. Um nodo em uma rede social não necessariamente precisaria ser um perfil em um site de redes sociais. Haveria em uma rede social digital uma complexificação do entendimento de ator social (os nodos) e suas conexões. Segundo Recuero (2009, p.25), os atores sociais podem ser entendidos como representações ou como “construções identitárias no ciberespaço”. Essas representações, como sugere o termo, não seriam atores por si só: “são espaços de interação, lugares de fala, construídos pelos atores de forma a expressar elementos de sua personalidade ou individualidade” (RECUERO, 2009, p.25-26). Em decorrência da distância presumida entre os atores sociais⁵³, o conceito não é facilmente identificável: poderia englobar tanto a

⁵² <http://www.orkut.com>

⁵³ A identificação de atores em interações on-line seria de mais complexo reconhecimento do que na comunicação face a face, por exemplo. A distância dificultaria a identificação.

ideia de perfis em sites de redes sociais (Orkut, Facebook, Twitter), quanto weblogs, fotologs e sites pessoais.

Da mesma forma que um ator pode descentralizar-se, ou seja, ser representado em diversos meios, diferentes atores, em compensação, podem centralizar-se quando guiados por um sentido comum. Um grupo de pessoas que mantenha um perfil coletivo em um site de redes sociais ou em um weblog “comunitário” pode ser definido como um ator social. Ainda que diferentes representações existam ao mesmo tempo, a expressão de uma forma ou outra não é necessariamente dialogável com as demais representações – visto que cada sistema possui as suas regras e pressupõe determinados tipos de interação ou é apropriado por uma maneira específica (como prevê HERING, 1999).

Se o indivíduo é visto pela forma como atua em um grupo social, haverá naturalmente distintas representações do “eu” em cada sistema. Assim, em termos de estudo no universo Orkut.com, por exemplo, o ator social pode ser entendido como o perfil do usuário (individual ou coletivo) no sistema – considera-se dessa forma a parte pelo todo. “Todo o tipo de representação de pessoas pode ser tomado como um nó na rede social” (RECUERO, 2009, p.28).

Em termos de identificação das conexões, conforme Recuero (2009), de fundamental contribuição são os (hiper)links. Como é prática recorrente em rede, um usuário de weblogs normalmente expressa a sua rede de contatos naquele sistema por meio da representação de outros atores sociais (ou de si) no *blogroll* – lista com o caminho/direção a outras construções identitárias. No entanto, ainda que conceda visibilidade às conexões e auxilie na identificação dos atores sociais, a ausência destes não necessariamente presume uma não-relação.

Assim como o entendimento de ‘ator social’ nas redes sociais demanda uma revisão conceitual, também a exigem os demais elementos constituintes das redes. As conexões, o principal foco do estudo das redes sociais seriam entendidas, como visto, com base nos laços sociais. E estes estariam marcados pelas interações sociais, formadoras por sua vez das relações

sociais (RECUERO, 2009). O que mudaria no ambiente digital é a visibilidade dos rastros deixados pelos usuários (um comentário em um weblog, por exemplo) e as particularidades das mediações interacionais.

Na Internet não haveria um reconhecimento explícito dos atores sociais. Perde-se parte do contexto da interação e a identificação da linguagem não-verbal. Tudo passa a ser construído pelas ferramentas de interação: limitam-se algumas capacidades comunicacionais, mas reinventam-se outras. Um exemplo de uma dessas remediações é a possibilidade de desempenhar formas de comunicação assíncronas (em um e-mail, por exemplo).

Diferentemente da comunicação síncrona, proporcionada pelas ferramentas que constroem a ideia de tempo-real (imediatez), a comunicação assíncrona torna possível a interação desregrada pela questão temporal. Os usuários não necessitam permanecer simultaneamente *on-line* para interagir. Exemplos comuns dessa prática são a troca de e-mails, a atuação em fóruns, entre outros. As características do meio não condicionam as formas de interação, o que determina se a comunicação será síncrona ou assíncrona são justamente os usos sociais da ferramenta, de modo que a troca de mensagens por e-mail pode se dar no chamado tempo-real e a comunicação em mensageiros instantâneos é passível de apresentar um distanciamento temporal significativo.

Ainda sobre a interação, Primo (2007) estabelece uma dicotomia a respeito das formas de interação mediada por computador. No ambiente digital, existiriam as (1) interações mútuas e as (2) interações reativas. No primeiro caso, a interação dar-se-ia com base na cooperação, negociação e criação, ao passo que nas interações reativas se definiriam pelas respostas pré-estabelecidas, sem a possibilidade de interferir nos “caminhos” dispostos pela interação. Uma abrangente, outra limitada: o contraste centra-se, por exemplo, em um usuário em que em um determinado momento tem a possibilidade de acessar ou não uma notícia, daquele ator que é capaz de escolher editá-la, melhorá-la, ampliá-la e reconstruí-la.

Por sua capacidade de migração no ciberespaço (RECUERO, 2009), isto é, por não se restringir a determinados espaços digitais de interação, mas interconectá-los, as interações transformariam a lógica da constituição das relações sociais. Seriam configuradas a partir de interações em diferentes sistemas, que apresentam, por sua vez, códigos, apropriações e usos distintos. Como cada meio (e-mail, weblog, microblog, fotolog etc.) permitiria a expressão de uma faceta das identidades múltiplas dos atores sociais (TURKLE, 1996), as relações reuniriam, portanto, diferentes esferas da vida social e variadas expressões do “eu”. Também por pressupor distanciamento, o apagamento do contexto social e da linguagem não-verbal permitiria um ocultamento dos atores sociais e, como consequência, a reconstrução da expressão do “eu”. Não mais necessariamente restringiriam as relações sociais a critérios físicos, econômicos e sociais.

Esse distanciamento proporciona, por exemplo, anonimato sob muitas formas, já que a relação entre o corpo físico e a personalidade do ator já que não é imediatamente dada a conhecer. Logo, é mais fácil iniciar e terminar relações, pois muitas vezes, elas não envolvem o ‘eu’ físico do ator. Além do mais, barreiras como sexualidade, cor, limitações físicas e outras não são imediatamente dadas a conhecer, proporcionando uma maior liberdade aos atores envolvidos na interação, que podem reconstruir-se no ciberespaço (RECUERO, 2009, p.37-38).

Consequentemente, os laços sociais na comunicação mediada por computador – em razão das peculiaridades que conduzem essas interações sociais – também atraem um novo olhar em relação à sua compreensão. A Internet, da mesma forma que nas relações off-line, é também passível de abrigar laços fracos e laços fortes (RECUERO, 2009 sobre conceito de GRANOVETTER, 1973). O elemento de distinção seria a potencialização e emergência de laços multiplexos e a possibilidade de gerenciamento dos laços sociais à distância. A “desterritorialização dos laços é consequência direta da criação de novos espaços de interação” (RECUERO, 2009, p.44).

Em relação ao primeiro aspecto, com a diversidade de meios de interação e de diferentes formas de estabelecer trocas sociais em cada sistema

(bem como de apropriá-lo de maneiras específicas), os laços sociais apresentariam vários matizes (O ator A poderia estabelecer uma relação 'X' com B em um sistema, e ao mesmo tempo uma relação 'Y' em outro sistema), o que contribuiria para a densidade da rede (RECUERO, 2009) – medida que revela a relação entre o número de nodos em uma rede e a quantidade de conexões. Quanto maior o valor da densidade, possivelmente mais adesão existiria entre os usuários. Ou seja, quanto mais variação nas qualidades dos laços sociais (e maior a quantidade de relações estabelecidas em distintos sistemas), mais se contribuiria para a conectividade das redes.

Muito embora seja relevante o papel desempenhado pela comunicação mediada por computador na geração de capital social, poucos são os estudos que descrevem a sua aplicação (RECUERO, 2009). Tendo em conta a importância de um alto nível de capital social para uma saudável configuração comunitária, o uso da Internet nessa perspectiva apresenta contribuições a esse alcance, principalmente pela ausência da necessidade de incorrer em grandes esforços sociais para o estabelecimento e manutenção de relações sociais e laços sociais (ELLISON *et al.*, 2007).

Porque as relações on-line podem ser suportadas pelas tecnologias como listas de distribuição, arquivos de fotos, e capacidades de busca, é possível que novas formas de capital e novas formas de construir relações ocorram nos sites de redes sociais⁵⁴ (ELLISON *et al.*, 2007).

Em uma proposta de sistematização, os autores apresentam a seguinte tipologia das formas de capital social: *bridging*, *bonding* e *maintained*⁵⁵. O conceito de *bonding* estaria relacionado aos laços fortes de Granovetter (1973): explicaria os ganhos sociais nas relações de intimidade, de proximidade, intimidade e adesão (família, relações de amizade), ao passo que *bridging* se

⁵⁴ Versão do autor "Because on-line relationships may be supported by technologies like distribution lists, photo directories, and search capabilities, it is possible that new forms of social capital and relationship building will occur in on-line social network sites" (ELLISON *et al.*, 2007).

⁵⁵ Recuero (2009) apresentou uma versão dos conceitos em língua portuguesa, respectivamente, a saber: capital social conector, capital social fortalecedor e capital social de manutenção

relacionaria aos laços fracos: engloba os elos relacionalmente mais distantes.

A potencial contribuição da Internet é representada pelo *maintained*, que se definiria por uma forma de capital social que auxiliaria a manutenção dos laços sociais. Constituir valores sociais nas interações de modo que a distância física não seja impeditiva é a questão central desse conceito. Nas redes sociais digitais, os atores permanecem ligados uns aos outros mesmo quando off-line, ou ainda quando não acessam mais o serviço. Como nos sites de redes sociais os atores podem optar por se manter conectados e passíveis de interação, é potencialmente mais fácil incentivar a manutenção dos laços sociais. No entanto, ainda que convergentes, em grandes linhas, cada site de rede social, por suas peculiaridades e apropriações dos usuários, apresenta potencialmente diferentes formas de interação e diferentes tipos de capital social (RECUERO, 2009).

Dessa forma, avaliar os tipos de capital social emergentes das interações nas redes sociais digitais acarreta em entender as dinâmicas sociais que tornam possíveis, por exemplo, as formas de cooperação e coordenação de ações coletivas e práticas ativistas. Entender-se-ia, portanto, a configuração da rede em um sentido que vai mais além da conexão. Uma estrutura interconectada por si só não infere em conversação e interação, o que “importa” (RECUERO e ZAGO, 2009; HUBERMAN *et al.*, 2009) são as interações efetivas expressas pelos atores sociais (passíveis de serem avaliadas pela aplicação desse conceito).

É preciso estudar (...) não apenas a existência das conexões entre atores nas redes sociais mediadas (...), mas estudar o conteúdo dessas conexões, através do estudo de suas interações e conversações.(...) O capital social é também um elemento-chave para a compreensão dos padrões de conexão entre os atores sociais na Internet. Compreender a existência de valores nas conexões sociais e no papel da internet para auxiliar essas construções e suas mudanças nas percepções desses valores é fundamental para compreender também as redes sociais. Os tipos de capital social (...) atuam não apenas com motivadores para as conexões, mas também auxiliam a moldar os padrões que vão emergir da apropriações dos diversos sites de redes sociais (RECUERO, 2009, p. 54-55).

De um olhar sobre a compressão dos elementos e as suas implicações sociais, passa-se à sistematização das práticas sociais no ambiente digital. Segundo Recuero (2009), entre as possíveis dinâmicas nas redes sociais na Internet, poder-se-ia citar, entre outros, as estratégias de (1) cooperação/conflito e competição, as dinâmicas de (2) ruptura e agregação e (3) adaptação e auto-organização. Essas três dinâmicas seriam fundamentais para a compreensão das ações coletivas.

Kollock (PRIMO, 2007) afirma que é surpreendente que a descentralização da informação promovida pela Internet consiga abarcar níveis de cooperação entre os usuários ao invés de apenas estimular a competição. “O impressionante na Internet não é que tenha tanto ruído, mas que exista qualquer cooperação significativa” (KOLLOCK, 1999 apud PRIMO, 2007, p.198). Quanto ao papel dos meios de comunicação e a sua relação com a promoção de ações coletivas, de acordo com Antoun (2004, p.11), esse envolvimento se dá na medida em que os meios de comunicação passam a alterar os modos como as pessoas cooperam entre si, principalmente quando há a transformação da forma como percebem a si mesmas e aos outros.

Meios de comunicação também podem reduzir os custos de resolução dos dilemas da ação coletiva, possibilitando que mais pessoas possam gerar e compartilhar recursos de novos modos. Os dilemas da ação coletiva estão na base dos problemas que giram em torno da partilha do bem comum (*commons*) na medida em que se procure entender essa oscilação de cada um entre seu próprio interesse e o bem público (ANTOUN, 2004, p.11)

Por (2) ruptura e agregação, entende-se que os agentes sociais podem ser agregados, da mesma forma que são passíveis de serem excluídos. Mediante as trocas sociais na Internet, as ações de cooperação podem gerar agregação em torno de um objetivo comum (RECUERO, 2009). Esses processos são nítidos na comunicação mediada por computador pela utilização dos (hiper)links como moeda de troca na Internet (WALKER, 2002) e pela expressão dos interesses coletivos em perfis em sites de redes sociais ou em espaços específicos criados a esses propósitos, bem como a utilização de “indumentárias” nas representações pessoais que caracterizam esse tipo de filiação.

Muitos são os exemplos que ilustram essas práticas em ações coletivas ativistas: (1) a representação coletiva em torno de uma causa de interesse comum é estratégia recorrente na expressão do respaldo social pelos (hiper)links, a exemplo da mobilização em 2008 contrária à revista *Veja* (cf. ZAGO e BATISTA, 2009); (2) a criação de espaços específicos pode ser observada na petição on-line em oposição ao Projeto Lei substitutivo sobre a tipificação dos crimes cibernéticos (cf. SCHIECK, 2008), ou ainda na criação de perfis específicos às causas de protesto em sites de redes sociais, como o movimento “Fora Sarney” no Twitter (cf. BATISTA e ZAGO, 2010); e (3) a aplicação em construções pessoais (weblogs, perfis em redes sociais etc.) de elementos que caracterizem a vinculação, como por exemplo, o emprego de banners e demais recursos visuais característicos na blogagem coletiva em defesa dos direitos humanos, ocasião do sexagenário da Declaração Universal (cf. BATISTA, 2010).

Ressalta-se, nesse sentido, a importância dos conectores (BARABÁSI e ALBERT, 1999) nos processos de agregação na Internet articulados na forma de ação coletiva. A adesão de nodos altamente conectados e influentes na rede possui um papel central na difusão de informações e no consequente incentivo à participação.

Essas características aliadas às dinâmicas de (3) adaptação e auto-organização das redes gerariam uma transformação das dinâmicas da ação coletiva. A possibilidade de reinventar as formas de interação social a cada novo sistema e coordenar-se coletivamente perante o novo em um meio de comunicação, em constante transformação, em que se registram formas de cooperação e agregação, os atores sociais se posicionam naturalmente de uma forma acessível às questões de atuação coletiva.

As pessoas adaptaram-se aos novos tempos, utilizando a rede para formar novos padrões de interação e criando novas formas de sociabilidade e novas organizações sociais. (...) Novas estruturas sociais e grupos que não poderiam interagir livremente tendem a surgir (RECUERO, 2009, p. 89)

3.3 Dos Weblogs

La palabra blog (...) significa hacerse con la información, romper el monopolio de los medios oficiales sobre las noticias, dejar salir aquello que nos hemos callado por años mientras pasamos un curso acelerado de ciudadanía en el ciberespacio⁵⁶

Os ‘weblogs’⁵⁷ ou simplesmente ‘blogs’ podem ser entendidos como meios de comunicação on-line em que uma ou mais pessoas (no caso dos blogs colaborativos) publicam textos sobre assuntos normalmente característicos, em ordem cronológica inversa e em um período regular de tempo. Essas publicações normalmente são baseadas no princípio do micro-conteúdo: produções curtas e divididas em *posts*. Comumente associados à ideia de diários virtuais (muito embora os usos da ferramenta contestem essa assertiva), desde o seu surgimento (1999) os blogs pressupõem a ideia de websites “pessoais” ou “temáticos” (BLOOD, 2000): mais além do entendimento de virtualização de espaços íntimos, os blogs abarcam como conceito histórico a seleção e a divulgação de conteúdos.

A utilização do termo “weblog” (arquivo Web) remonta desde finais de 1997 quando Jorn Barger se referiu a uma “categoria” de sites que agrupavam e divulgavam (BLOOD, 2000) uma série de (hiper)links. Ainda que inicialmente o formato fosse pouco popular, em 1999, com o surgimento de ferramentas específicas que facilitaram ao usuário comum a publicação de conteúdos (o conhecimento da linguagem Html não era mais um pré-requisito para interagir na rede), passou-se a impulsionar a criação de “espaços” assim definidos. O Pitas foi a primeira ferramenta de gerenciamento para esses fins. Em seguida surgiria, no mesmo ano, a Pyra com o serviço ‘Blogger’ – em 2004 adquirido pela Google Inc. Pela facilidade de manejo decorrente das novas configurações das ferramentas, os weblogs tornaram-se populares rapidamente e passaram a abrigar diversos usos e apropriações (AMARAL *et al.*, 2008).

⁵⁶ Blogueira Yoani Sanchez em depoimento publicado em 10.09.09 em <http://www.des-decuba.com/generaciony/?p=2080>

⁵⁷ Blog é uma versão reduzida de “weblog”, também referenciado por “bitácora”

Embora a Internet pressuponha participação desde os seus primeiros passos, o surgimento de ferramentas que favoreceram a interação entre os usuários, entre elas os weblogs, foram tão relevantes a ponto de abrigar um novo conceito de “Web”. O’Reilly (2005) sugeriu o termo “Web 2.0”: ao contrário da primeira ideia de interatividade da rede (a então entendida “Web 1.0”), o “2.0” compreenderia uma rede mais dinâmica, participativa, colaborativa e dialogável com o usuário-comum.

No princípio, a Web centrava-se em conteúdos estáticos e esporadicamente atualizados. Aos poucos, transformou-se em um meio em que os usuários não apenas acessavam conteúdos, mas produziam e reproduziam sem a necessidade de um grande conhecimento técnico. Expressar-se, interagir e estabelecer trocas sociais passam a ser tarefas mais convidativas no meio. A facilidade de se expressar através da publicação de textos (e também recursos multimídia) por meio dos weblogs na Internet, portanto, aliada à criação principalmente da ferramenta de comentários – o que concedeu uma ampla dimensão interativa aos usuários e serviu suporte para trocas sociais diversas – fez com que os blogs se tornassem cada vez mais comuns na paisagem midiática contemporânea.

Em função da abrangência conceitual, Primo e Smaniotto (2006) definem “blog” em três perspectivas: blog/texto, blog/programa, blog/espaco. O último se refere ao ambiente virtual de interação; blog/programa consiste na ferramenta de publicação e blog/texto ao conteúdo das postagens.

Outras possibilidades de definição dos blogs dividem-se em duas perspectivas: blogs como formato e enquanto ferramenta (o segundo relaciona-se com a definição de blog/programa). Os blogs enquanto formato são entendidos como páginas que possuem atualizações regulares e ordem cronológica inversa, independentemente da maneira pela qual os conteúdos são publicados. Diferentemente, os autores que definem blog como ferramenta utilizam essa classificação com base nos meios específicos de suporte à

publicação (a exemplo do Wordpress⁵⁸ e do Blogger⁵⁹) (ZAGO, 2008).

Na mesma linha, Amaral *et al.* (2008), em um mapeamento acerca das perspectivas acadêmicas sobre o tema, apresentam três entendimentos de blogs: como (1) estrutura, (2) função e (3) artefato cultural. Por “estrutura”, entendem-se os blogs como um formato de publicação de conteúdos. Por “função”, o caráter comunicativo dessas “mídias sociais”, assim expresso pelas possibilidades de conversações entre os usuários.

Nessa segunda perspectiva, o blog seria “mais do que uma ferramenta de publicação caracterizada pelo seu formato”, mas uma ferramenta de comunicação “utilizada como forma de publicar informações para uma audiência” (AMARAL *et al.*, 2008, p.4). Já por “artefato cultural”, diferentemente das outras duas definições que se enquadrariam na compreensão de weblogs como ferramenta, enquadrar-se-iam os blogs por seu caráter antropológico, percebido como meio de sociabilidade nas redes sociais digitais, por se constituir de um “repositório vivo de significados compartilhados produzido por uma comunidade de ideias” (SHAH, 2005 apud AMARAL *et al.*, 2008, p.4).

Os weblogs, como meio de comunicação acessível a certas parcelas antes não presentes publicamente na agenda deliberativa, conferem aos usuários a possibilidade de se expressar sobre os mais diversos temas. Nesses espaços de sociabilidade, traçam-se redes, conduzem-se trocas sociais e reúnem-se audiências. A oportunidade de se expressar sem a mediação dos veículos de comunicação tradicionais tem proporcionado a constituição de uma esfera de discussão aos usuários capaz de – em uma perspectiva global – conferir relevância a certos temas de interesse público, chamar a atenção do poder institucional e ainda pautar as mídias jornalísticas.

O caráter político, um dos usos sociais emergentes do weblogs, passou a ganhar espaço como meio de informação após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001: além de evidenciar uma apropriação, colaborou

⁵⁸ www.wordpress.com

⁵⁹ www.blogger.com

significativamente à popularização da ferramenta. A queda nos serviços de várias agências de notícias, provocada pelo frenesi em busca de informações, revelou os weblogs como espaço (informacional e opinativo) privilegiado em transmitir informações “glocalizadas”. Como desdobramento, houve uma continuidade desse uso nos anos seguintes. Surgem em 2003 os “warblogs” (weblogs de cobertura de guerra) em face ao conflito armado no Iraque (RECUERO, 2003; MALINI, 2008), levando novas perspectiva (políticas) àquelas alinhadas pela mídia tradicional.

Diversos são os exemplos que evidenciam o caráter político do papel dos weblogs e a sua contribuição às questões ativistas. Na forma de Google Bombs, blogagens coletivas⁶⁰ – ocasião em que vários atores discutem um determinado tema em um período de tempo pré-estabelecido, dando uma visibilidade aos temas propostos (ZAGO e BATISTA, 2009) –, petições on-line, correntes de solidariedade ou ainda a mera possibilidade de expressar-se e ser recepcionado sem uma mediação restritiva conferem contornos substanciais à ferramenta, passíveis de ser apropriados por ações coletivas.

3.4 Os microblogs

Os serviços popularmente chamados de ‘microblogs’ (como o Twitter, o Plurk) têm se caracterizado como um fenômeno relativamente novo (JAVA *et al.*, 2007) e se tornado popularmente emergentes (RECUERO *et al.*, 2009; ZAGO, 2009). Essas ferramentas definem-se normalmente pela restrição às interações entre os usuários (percebidas na forma de conversações, compartilhamento de informações, atualizações sobre as atividades cotidianas, opiniões, *status* pessoal, etc.) ao limite de 140 caracteres.

Por cercar as interações quanto à extensão das mensagens, a plataforma concederia velocidade ao acesso e ao compartilhamento de

⁶⁰ Um dos exemplos de uma blogagem coletiva no Brasil ocorreu em 16 de dezembro de 2008, ocasião do sexagenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Um grupo de blogueiros articulou-se em rede e com sucesso fez com que pelo menos 170 usuários escrevem sobre o tema no dia do aniversário da declaração (BATISTA, 2009)

informações – e como consequência reduziria sobremaneira o investimento de tempo dos usuários (JAVA *et al.*, 2007). É possível, a partir dessa perspectiva, entender a contribuição dos microblogs (mais pela apropriação, do que pelo formato) como uma ferramenta que permite a seleção/filtragem da informação ao centralizar o acesso a diversos tipos de conteúdos e fontes, em um contexto em que as novas tecnologias proporcionam um vasto acesso à informação, mas não favorecem propriamente a seleção e a organização das informações.

Ao contrário dos weblogs, portanto, que presumiriam, em grandes linhas, a ideia de atualizações mais extensas e menos frequentes (JAVA *et al.*, 2007) dispostas em espaços mais individualizados, a lógica dos microblogs incentivaria publicações diárias (pela limitação de caracteres) e o acesso à informação gerada pelos contatos, na página pessoal do usuário em ordem cronológica inversa. Embora o termo “microblog” esteja comumente associado aos weblogs por essas questões estruturais, os usos das duas ferramentas sugerem apropriações distintas, de modo que a plataforma “microblog” demandaria uma complexificação conceitual mais além da vinculação à redução de “weblog” (RECUERO, 2009).

Uma ferramenta de microblogging é uma plataforma híbrida que associaria a comunicação por mensagens instantâneas à ideia de rede social (ORIHUELA, 2007) e à mobilidade (ZAGO, 2008). O limite de 140 caracteres é a mesma restrição ao tamanho das mensagens SMS (*Short Message Service*) da telefonia móvel. Dessa forma, é possível interagir nesse ‘espaço’ por uma multiplicidade de dispositivos e meios.

O mais popular entre os microblogs⁶¹, o Twitter, foi lançado em outubro de 2006 pela Obvious Corp. (ORIHUELA, 2007). A ideia inicial do serviço propunha interações que respondessem à pergunta (no limite de 140 caracteres) “O que você está fazendo?” (“What are you doing?”). No entanto, a apropriação do sistema aponta usos distintos: 58,5% das atualizações (chamadas de ‘Tweets’), segundo estudo de Mischaud (2007), não se detinham a responder a questão. Os usos centrais seriam a publicação de opiniões e

⁶¹ Segundo dados do Alexa (<http://www.alexa.com>).

pensamentos, compartilhamento de notícias e (hiper)links e o envio de mensagens para outras pessoas conhecidas pelo usuário (MISCHAUD, 2007).

Mais além da questão-propositiva, a apropriação da ferramenta tem indicado uma reestruturação dos usos do serviço. Em 2006, o site apresentava o enunciado “Uma comunidade de amigos e desconhecidos respondendo uma simples questão: o que você está fazendo?”⁶², em 2009 a introdução ao serviço passou a “compartilhe e descubra o que está acontecendo neste exato momento, em qualquer lugar do mundo”⁶³. De um uso inicialmente presumido pela expressão pessoal e do registro de atividades, o Twitter passou a ser visto como uma “central de notícias sobre o mundo” mantida em tempo real por seus próprios usuários.

Entre os usos da ferramenta que transcendem à proposta inicial, encontram-se, entre outros, a conversação, campanhas políticas, ações coletivas e usos jornalísticos. Respectivamente, a saber: (1) no Twitter as conversações públicas são percebidas pela utilização do “@” antes do nome do destinatário (como em: @destinatário *mensagem*), enquanto que as conversações privadas possuem uma organização à parte; (2) as chamadas mídias sociais, entre elas o Twitter, teve importante peso, por exemplo, na campanha à Casa Branca do então candidato Barack Obama (<http://twitter.com/BarackObama>), (3) a apropriação ativista (como nos movimentos #forasarney e #iranelection) pode ser percebida pela construção de perfis de protesto, organização e coordenação de ações por meio da ferramenta e como estratégia de visibilidade a um determinado tema nos ‘Trending Topic’ (assuntos em evidência dispostos à direita na página de todos os usuários – são expressões mais recorrentes na rede em um determinado período de tempo); (4) e por fim, a apropriação jornalística: Zago (2009), em análise a 566 contas de empresas de comunicação, identificou que as

⁶² Versão do autor para “A global community of friends and strangers answering one simple question: What are you doing?”. Informação obtida no Internet Archive: way back machine <<http://web.archive.org>>

⁶³

Versão do autor para “Share and discover what’s happening right now, anywhere in the world”.

organizações se utilizavam da ferramenta na intenção de proporcionar um *feed* das notícias publicadas em outro meio, alertar os usuários e fornecer coberturas jornalísticas em tempo real, entre outros usos.

Por suas características, o Twitter pode ser considerado um site de redes sociais (baseado em definição de boyd e Ellison, 2007). Os usuários são convidados a construir um perfil (os nodos) e a exibir a sua rede de contatos. As conexões no sistema são identificadas pela rede de *following* (seguidos) e *followers* (seguidores). Em ‘seguidos’, consta a lista de atores que o usuário recebe atualizações, e pela lista de ‘seguidores’ aqueles que recebem as atualizações emitidas pelo usuário.

Não necessariamente recíprocas (pode-se seguir alguém e não ser seguido por este), as conexões no Twitter trazem peculiaridades às redes sociais que podem ser percebidas na ferramenta (RECUERO e ZAGO, 2009). Haveria, assim, várias redes no Twitter (redes de filiação e redes emergentes, as últimas baseadas na conversação e nos contatos recíprocos).

Dentro da perspectiva de Barabási e Albert (1999), as formas de exercer poder no Twitter também não seriam homogêneas: as conexões não são distribuídas entre todos de forma igualitária. Usuários mais conectados do que outros são uma constante na ferramenta, há alguns considerados inclusive “celebridades” (PRIMO, 2009). Por esse potencial de influência, seriam atores-chaves na difusão de informações na rede social, tendo em vista que mais pessoas receberiam as atualizações desses usuários.

O grande papel social dos nodos-chaves (altamente conectados) seria o de filtrar as informações e repassá-las às suas redes de contatos, pautando muitas vezes os tópicos expressos pelos usuários. Uma das formas de perceber isso é a utilização dos “retweets” (apropriação que consiste em repassar uma informação emitida por outro usuário, normalmente precedida de um RT @usuario *mensagem*) e dos “replies” (pelas respostas ou comentários a outros “Tweets”). São notadas como condutoras dessas práticas, em especial nos “retweets”, mais além da questão do conteúdo da mensagem que pela

lógica justificaria a sua reverberação, as trocas sociais tácitas e estratégias de mobilização de capital social.

Por suas características naturalmente sociais, estruturais e comunicacionais, o Twitter tem sido apropriado para a consecução de ações coletivas, que não apresentam necessariamente cunho político (a exemplo do caráter lúdico da ação Twitter CartoonDay⁶⁴). A partir de uma tendência à politização dos espaços comuns à vida social (GOSS e PRUDUÊNCIO, 2004), a lógica da ferramenta também tem sido empregada por ações ativistas: movimentos recentes no Twitter ilustram como a possibilidade de aceder às ferramentas de comunicação, liberdade em emitir e receber e estar interconectado em rede, confere ao indivíduo a oportunidade de “se manifestar para o mundo” (SCHIECK, 2009, p.1) mesmo quando em um ambiente de opressão estatal.

⁶⁴ Ações coletivas lúdicas em que os usuários em uma data pré-determinada substituem o avatar por um personagem de desenho animado

4 O Princípio de um Desenho

4.1 Anotações sobre o método

Por lidar com interpretações das realidades sociais em detrimento de números e modelos estatísticos, o tipo de pesquisa pretendido neste trabalho é de caráter qualitativo. Na linha de Bauer *et al.* (2003, p.23), a pesquisa qualitativa possibilita uma olhar menos “dogmático” sobre a metodologia da pesquisa. Os autores expressam que “não há quantificação sem qualificação” e que “não há análise estatística sem interpretação” (BAUER *et al.*, 2003, p.24). Assim, para haver a mensuração de um determinado fenômeno deverá haver um olhar prévio: elementos serão distinguidos antes de qualquer processo de quantificação. Da mesma forma, os números de uma pesquisa não se expressam por si mesmos, demandam uma interpretação ou “experimentação”, como é o caso deste trabalho.

O que a discussão sobre a pesquisa qualitativa tem conseguido foi desmistificar a sofisticação estatística como o único caminho para se conseguir resultados significativos. (...) O que é necessário é uma visão mais holística do processo de pesquisa social, para que ele possa incluir a definição e a revisão de um problema, sua teorização, a coleta de dados, a análise de dados e a apresentação de resultados (BAUER *et al.*, 2003, p.24-25)

No presente trabalho, optou-se pela perspectiva da transdisciplinaridade como guia metodológico. Respeitando-se a complexidade dos fenômenos sociais a partir de um olhar acadêmico mais flexível, o método de estudo desenvolvido neste trabalho é o cartográfico. Proposto por Deleuze e Guattari (1995) como “caminho errante” de investigação, a abordagem, sem a pretensão de rigidez da tradição metodológica “mais dura”, propõe uma aproximação entre sujeito e objeto, um olhar mais amplo sobre a subjetividade. “A cartografia se oferece como trilha para acessar aquilo que força a pensar, dando-se ao pesquisador, como possibilidade de acompanhamento daquilo que não se curva à representação.” (AMADOR e FONSECA, 2009, *on-line*).

Dessa forma, a cartografia, em vez de representar os objetos, apresenta-se como um método interessado em acompanhar processos de produção. A premissa básica dessa abordagem, utilizada recorrentemente em pesquisas de campo sobre a subjetividade, é o seu distanciamento quanto à definição de um corpo fechado de regras para ser aplicado enquanto técnica de coleta de dados (KASTRUP, 2007).

A cartografia se apresenta como valiosa ferramenta de investigação, exatamente para abarcar a complexidade, zona de indeterminação que a acompanha, colocando problemas, investigando o coletivo de forças em cada situação, esforçando-se para não se curvar aos dogmas reducionistas. Contudo, mais do que procedimentos metodológicos delimitados, a cartografia é um modo de conceber a pesquisa e o encontro do pesquisador com seu campo. Entendemos que a cartografia pode ser compreendida como método, como outra possibilidade de conhecer, não como sinônimo de disciplina intelectual, de defesa da racionalidade ou de rigor sistemático para se dizer o que é ou não ciência, como propaga o paradigma moderno. (ROMAGNOLI, 2003, p. 170)

Enquanto método e enquanto negação de um método, a abordagem cartográfica surge como um procedimento de investigação que demanda posturas distantes do pesquisador. Não há aqui a postura de representação fidedigna da realidade social. Para Sperotto (2002, p.428), o trabalho cartográfico requer “um tipo de sensibilidade pra que possa perceber as co-existências entre as macro e micro-políticas, complementares e indissociáveis na produção da realidade social”.

A cartografia, assim, exige um olhar subjetivo sobre os fenômenos, pois, ao se tentar mapear um campo, móvel, dinâmico e problemático, requer-se do investigador aspectos cognitivos capazes de “inventar o mundo” (AMADOR e FONSECA, 2009). Na cartografia, conforme expressa Amador e Fonseca (2009), “a invenção” da pesquisa dá-se pela aproximação profícua entre pesquisador e o campo da pesquisa. O material de investigação não é apenas percebido e coletado, mas sim “produzido”, construído, inventado, pois este surge a partir de um interseção que demanda “um deslocamento do lugar de pesquisador como aquele que vê seu campo de pesquisa de um determinado modo e

lugar em que ele se vê compelido a pensar e a ver diferentemente”, quando, na realidade, é o “campo da pesquisa”, que passa a se oferecer ao olhar do pesquisador (AMADOR E FONSECA, 2009, on-line)

A escolha pela Cartografia enquanto método para este trabalho se deu pela natureza particular do campo de pesquisa escolhido. Margarites (2011), acerca das orientações de F. Guattari, considera que “a produção de subjetividade não pode ser investigada apenas através do contato do pesquisador com cada um dos sujeitos, mas também através da observação nos espaços de relação ‘entre’ estes sujeitos” (...) (MARGARITES, 2011, p.58). Dessa forma, a autora defende que o método cartográfico tem a vantagem de trabalhar com informações que permanecem à disposição do pesquisador, sem limitações absolutas do espaço-tempo, como é o caso da comunicação mediada por computador.

As dinâmicas sociais no Twitter, pelo constante fluxo de informações, demandariam, assim, um método de investigação que se propusesse a “experimentalizar” a realidade social a partir de um desenho dinâmico/móvel acerca uma paisagem igualmente instável/mutável.

Os sites de redes sociais na Internet podem constituir-se enquanto espaços privilegiados para as tentativas de cartografar os processos de produção de subjetividade, já que em tais instâncias os sujeitos são capazes de se apropriar das ferramentas disponíveis compondo um rizoma – um espaço onde conhecimentos, crenças e atitudes podem hibridar-se. (MARGARITES, 2011, p.40)

Por não pretender uma representação estática da realidade social que está em constante transformação/reinvenção, a abordagem metodológica aqui proposta é a Cartografia. A partir da observação das subjetividades em fluxo nos casos de mobilização social no Twitter, pretende-se, conforme orienta Sperotto (2002), adentrar nas “intensidades” do tempo presente, sempre com atenção às linguagens manifestas nos “espaços” deste estudo. Nesse sentido, segundo Sperotto (2002, p.149), amparada em Rolnik (1989), a cartografia “é um tipo de desenho que se faz em movimento”. O cartógrafo é um antropólogo,

dentro da perspectiva do manifesto modernista, de Oswald de Andrade. “Alimenta-se de informações de todas as origens, ele é uma espécie de antropólogo: está sempre em busca da fonte para traçar as suas cartografias” (SPEROTTO, 2002, p.246).

Para a realização deste pesquisa, seguiram-se as orientações de Kasstrup (2007) sobre as “pistas” fundamentais ao cartógrafo. As pesquisas que se detém à cartografia enquanto método se esforçam em acompanhar a inconsistência dos fenômenos, “um certo traçado insólito, um certo tempo que dura. Assim, a cartografia ocupa-se de um plano movente, interessando-lhe as metamorfoses e anamorfoses tomadas como processos de diferenciação” (AMADOR e FONSECA, 2009, on-line). Essas pistas, conforme os autores, servem para o pesquisador fugir das “forças da inteligência”, acostumadas a ordenar o inordenável, categorizar o incategorizável.

Configurando-se como um método cuja definição de passos *a priori* é posta sob suspeita, seu fazer se faz por des(fazimento), por uma espécie de disposição de (des)aprontar-se, de modo a sintonizar com os percursos processuais que se constituem em seu objeto (AMADOR e FONSECA, 2009, *on-line*)

Ao contrário da suposta irreverência a orientações de princípios metodológicos, a cartografia demandaria, também, uma série de atenções do investigador.

Ao invés de constituir-se em tarefa que assume ares de total independência de princípios, é preciso, em lugar disso, um atento respeito a determinados elementos que servem ao cartógrafo de “fugazes-sólidas pedras no caminho” por onde possa pisar de modo nômade” (AMADOR e FONSECA, 2009, *on-line*) .

Conforme delineado, a cartografia não sugere um caminho específico, linear, para o alcance de um determinado objetivo de pesquisa. No entanto, a sua “aplicação” não limita à busca pelo estalecimento de “pistas”, na intenção, também, de discutir a experiência do pesquisador-cartógrafo (KASSTRUP, 2007)

Essas pistas citadas por Kastrup (2007) centram-se no funcionamento da atenção durante o a experimentação de processos no trabalho de campo. Em referência a H. Bergson (conceito de reconhecimento atento) e S. Freud (conceito de atenção flutuante), a autora defende uma perspectiva de uso da atenção nos processos de construção do conhecimento em pesquisas cartográficas.

Não se trata de buscar uma teoria geral da atenção. A ideia é que, (...) através desses conceitos, bem como a referências extraídas do campo das ciências cognitivas contemporâneas, o objetivo é analisar a etapa inicial de uma pesquisa, tradicionalmente denominada "coleta de dados". Ocorre que, do ponto de vista dos recentes estudos acerca da cognição numa perspectiva construtivista, não há coleta de dados, mas, desde o início, uma produção dos dados da pesquisa. A formulação paradoxal de uma "produção dos dados" visa ressaltar que há uma real produção, mas do que, em alguma medida, já estava lá de modo virtual (KASTRUP, 2007, *on-line*)

A premissa defendida por Kastrup (2007) é de que no trabalho de campo a funcionalidade da atenção no investigação dos fenômenos não deve ser reduzida à seleção de informações, à coleta sistemática de dados. A atenção não se confunde ao enquadramento de informações com vistas à representação de objetos. Seu uso, em vez disso, demanda a percepção de "signos e forças circulantes, ou seja, pontas do processo em curso (KASTRUP, 2007, *on-line*). Assim, para a autora, o recolhimento do material de pesquisa exige uma "concentração sem focalização". Essas considerações são baseadas primordialmente nos postulados de S. Freud⁶⁵, no que se refere à atenção do analista nos processos de subjetivação. Para S. Freud, dentro da noção de atenção flutuante, o analista não deve focalizar em determinados aspectos do discurso do analisado, mas manter a atenção "desenquadrada", flutuante, "uniformemente suspensa" em releção ao que se está sendo expresso.

Freud argumenta que o grande perigo da escuta clínica é a seleção do material trazido pelo paciente, operada com base em expectativas e inclinações do analista, tanto de natureza pes-

⁶⁵ Ver "Recomendações aos médicos que exercem a Psicanálise", de S.Freud (1969), explicitado em Kastrup (2007)

soal quanto teórica. Através da seleção, fixa-se um ponto com clareza particular e negligencia-se outros. A indesejável seleção envolve uma atenção consciente e deliberadamente concentrada. Para Freud a atenção consciente, voluntária e concentrada, é o grande obstáculo à descoberta. Por outro lado, recomenda a utilização de uma atenção onde a seleção se encontra inicialmente suspensa, cuja definição é "prestar igual atenção a tudo". Esta atenção aberta, sem focalização específica, permite a captação não apenas dos elementos que formam um texto coerente e à disposição da consciência do analista, mas também do material "desconexo e em desordem caótica". (KASTRUP, 2007, *on-line*)

A noção de atenção flutuante contribui para a constituição do método cartográfico no que se refere à atenção do pesquisador, no sentido de que o investigador, ao recusar selecionar os dados julgados mais importantes em razão de sua bagagem acadêmica e de suas opções metodológicas, perceberá a experimentação da totalidade do fenômeno. Com pesquisas dessa natureza, elimina-se, assim, as expectativas quanto aos possíveis resultados esperados pela investigação, de modo a dificultar a "contaminação" dessas expectativas e conceitos definidos *a priori* sobre os fins alcançados. Assim, de acordo com Kastrup (2007) a percepção e a coleta acerca do material da pesquisa de cenas e discursos deverá se dar de forma "desconexa e fragmentada".

De acordo com Kastrup (2007), o trabalho de campo do cartógrafo o exporá a uma série de elementos que convocarão a sua atenção. Esse chamado à atenção nem sempre é sinônimo de relevância para a pesquisa; podem, muitas vezes, ser pontos de sua dispersão. Tudo, a complexidade do fenômeno, deve ser foco de atenção.

São as manifestações do inconsciente que despertam a atenção aberta do analista, suscitando o gesto de prestar atenção. A abertura da atenção do cartógrafo também não significa que ele deva prestar atenção a tudo o que lhe acomete. A chamada redireção é, neste sentido, uma resistência aos dispersores. (KASTRUP, 2007, *on-line*)

Quando em suspensão de atenção, espera-se que o analista abra mão de seus saberes acumulados e interesses pessoais para entrar em sincormia com o problema de pesquisa. A atenção, agora desfocalizada, passa a abrir-se

ao inusitado (KASTRUP, 2007). “As experiências vão então ocorrendo, muitas vezes fragmentadas e sem sentido imediato. Pontas de presente, movimentos emergentes, signos que indicam que algo acontece, que há uma processualidade em curso” (KASTRUP, 2007, *on-line*)

4.2 Um primeiro desenho

Em 2011, a Time magazine elegeu, como ocorre há oito décadas, a personalidade do ano (em inglês *The person of the year*). O escolhido foi uma figura genérica: *The protester*. Sob a ótica deste trabalho, a nomenclatura pode ser entendida como “O Ativista”. A partir da escolha da revista, leva-se a crer a imagem mais impactante do ano é o sujeito, anônimo, engajado politicamente e altamente conectado.

Na justificativa do periódico, diz-se que ninguém imaginaria que o ato de um nacional da Tunísia, cidadão “comum”, incitaria protestos capazes de derrubar ditadores por todo o continente e o Oriente Médio e levar ondas de mobilizações por todo o mundo. “Em 2011, os ativistas não apenas fizeram escutar as suas queixas, eles mudaram o mundo”, diz a Revista⁶⁶.

⁶⁶ “In 2011, protesters didn’t just voice their complaints; they changed the world” (Time Magazine)

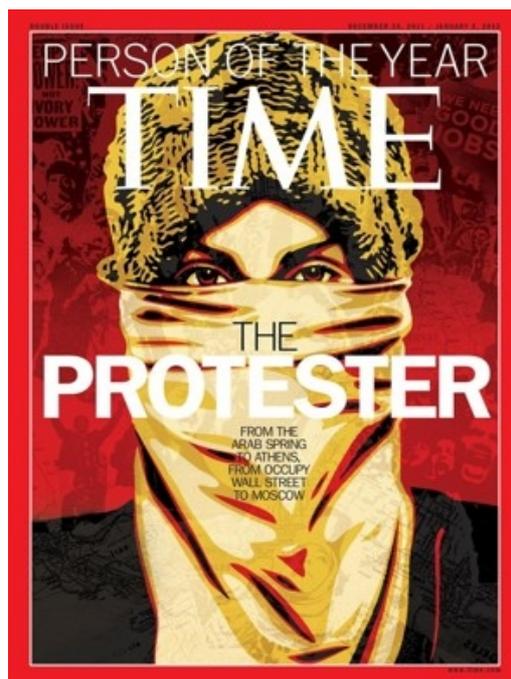


Figura 5 – Capa da revista Time, de dezembro de 2011

Em 2011, a partir do incidente na Tunísia, protestos foram registrados contra governos considerados anti-democráticos, no Egito, na Síria, na Líbia, no Iêmen, na Argélia, entre vários outros. Grécia, Espanha, Congo, Inglaterra e Rússia também estiveram no mapa das manifestações populares. Nos Estados Unidos, o movimento *Occupy Wall Street* apareceu em várias cidades daquele país. A forma de organização “occupy” gerou, inclusive, uma *hashtag* (etiqueta) recorrente no site de redes sociais Twitter. Sujeitos, por todo o mundo, organizaram protestos a partir desse emblema.

Inspirados na chamada Primavera Árabe, o movimento *Occupy Wall Street* é centrado na crítica à especulação financeira internacional, principalmente no contexto estadunidense. Os manifestantes protestam também contra os responsáveis pela crise econômica e contra às “consequências humanas”⁶⁷ do sistema capitalista, como a geração de desigualdade social, o desemprego e a “ganância” das grandes corporações e a influência destas sobre o poder público.

⁶⁷ Ver Bauman (1999)

O primeiro Occupy Wall Street (Ocupe Wall Street) foi coordenado pelo grupo ativista Adbusters⁶⁸, do Canadá, revista enfocada na crítica ao capitalismo, principalmente na sua manifestação pela publicidade. O primeiro protesto, chamado pelas redes sociais na Internet, ocorreu em 17 de setembro 2011 (outros estão ainda em continuidade), na *Liberty Square*, no distrito *financeiro de Manhattan*, envolvendo milhares de pessoas. Segundo o site do movimento, a mobilização estendeu-se para milhares de cidades em todo o mundo, convocando o que o grupo chama de “99% da população” para reclamar seus direitos sobre o “1%” que determina os fluxos da economia global.

#Occupy é um movimento popular que se espalhou por diversas ocupações em centenas de cidades nos Estados Unidos e em ações em milhares de cidades a nível mundial. #Occupy está dando o troco contra o poder corrosivo dos grandes bancos e corporações multinacionais têm sobre o processo democrático, e o papel de Wall Street na criação de um colapso econômico que causou a maior depressão em gerações. O movimento é inspirado por revoltas populares no Egito, Tunísia, Espanha, Grécia, Itália e Reino Unido, e tem como objetivo expor como o mais rico 1% está escrevendo as regras da economia global e as leis do país, impondo uma agenda do neoliberalismo e da desigualdade econômica que está encerrando em nosso futuro. (<http://occupywallst.org/>)⁶⁹

⁶⁸ <http://www.adbusters.org/campaigns/occupywallstreet>

⁶⁹ Versão do autor para “#Occupy is a people powered movement that has spread to sustained occupations in hundreds of cities in the United States and actions in thousands of cities globally. #Occupy is fighting back against the corrosive power major banks and multinational corporations have over the democratic process, and the role of Wall Street in creating an economic collapse that has caused the greatest depression in generations. The movement is inspired by popular uprisings in Egypt, Tunisia, Spain, Greece, Italy and the UK, and aims to expose how the richest 1% are writing the rules of the global economy and the laws of the land, imposing an agenda of neoliberalism and economic inequality that is foreclosing on our future.” <http://occupywallst.org/>

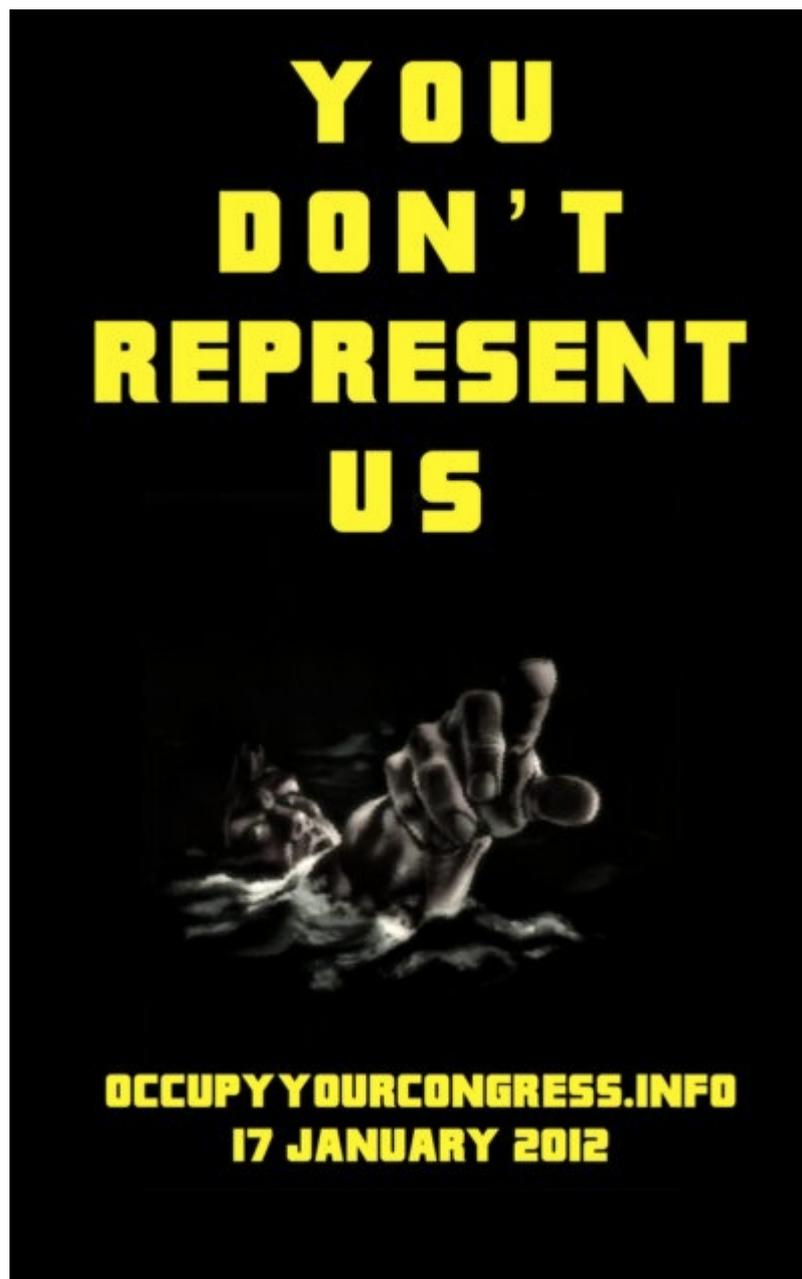


Figura 6 – Imagem de <http://occupywallst.org/>

Vários outros protestos nessa linha seguem em escala internacional, principalmente em cidades estadunidenses, como Boston e São Francisco, mas também na Europa e em outras partes do globo. A ideia de “Occupy” foi apropriada para os mais diversos fins. Os organizadores do primeiro #Occupy Wall Street atualmente incentivam o #Occupycongress, em protesto à corrupção, à “velha política” e à falta de uma efetiva representação política da população.

Para exemplificar a dimensão das apropriações do movimento “Occupy”, na cidade de Pelotas (RS), em 2009, um protesto local foi registrado no site de redes sociais, inspirado nesse modelo. Planteou-se, via Internet, a “ocupação” da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), em protesto contra o reajuste de 10% no valor da mensalidade da maioria dos cursos de graduação daquela instituição. O #OccupyUCPEL, via Twitter, foi uma das maneiras encontradas pelos estudantes para tornar pública a sua insatisfação, coordenando manifestações offline. A partir da apropriação do site de redes sociais para o incentivo de coordenação de ações presenciais, os estudantes conseguiram trazer mais atenção à questão, pautando os veículos de comunicação locais.

Movimentos de protesto, potencializados (ou oportunizados) via Internet, apresentam-se como uma constante na paisagem midiática contemporânea. Conforme delimitado no primeiro capítulo deste trabalho, a apropriação ativista foi uso presente desde os primeiros momentos do surgimento da Web, na ocasião da mobilização dos zapatistas, no México, incrementado pela mobilização em Seattle, em 1999, contra a reunião da OMC da “virada do milênio”. Hoje, com o aumento crescente do acesso à rede e em razão multiplicação de ferramentas que favorecem a comunicação entre os sujeitos, manifestações, em nível global, são capazes de vir à tona a partir de ações isoladas. O ato de um sujeito, na Tunísia, foi capaz de incentivar todo o movimento conhecido como “Primavera Árabe”.

Mohammed Bouazizi, um vendedor de frutas de origem humilde, ateou fogo em seu próprio corpo em dezembro de 2010. Por anos insatisfeito com os casos de corrupção no país e sentido-se humilhado pelos maus tratos da força policial, buscou justiça junto às autoridades. Destratado, propôs-se a mostrar ao mundo, com a sua autoimolação em frente ao paço municipal, o contexto de corrupção em que se encontrava o país (cf. KAVANAUGH *et al*, 2011).

A ação de Bouazizi foi o estopim para que o regime de Zine el-Abidine Ben Ali, que durava 23 anos, fosse ameaçado. Depois de imagens, vídeos e mensagens de protesto serem divulgados pelas redes sociais na Internet, uma

onda generalizada de manifestações levou à “renúncia” (saída do país) de Ben Ali, em 14 de janeiro de 2011.

Considerando que revoluções populares são o resultado de anos de tolerância e conformidade associados a uma fato catalisador gerador de mobilizações, certamente a ação de Bouazizi funcionou como um chamamento à ação. A revolta popular espalhou-se rapidamente para outros países com características semelhantes à Tunísia. Fez reverberar todo um sentimento popular “adormecido”, segundo Habib (2011)⁷⁰, presente no mundo Árabe desde o final da Primeira Guerra Mundial.

Diferentemente das tentativas anteriores, o elemento que, possivelmente, significou sucesso dos levantes de 2011 foi o grau de espontaneidade/imprevisibilidade da insurgência. Sem organização burocrática, lideranças formais e planejamento, a mobilização não foi percebida a tempo pelo poder de inteligência do Estado, facilitando, assim, o êxito do movimento.

Percebe-se, quanto a esse aspecto, a colaboração das redes digitais, não como determinantes do movimento, mas como veículo de promoção do contato (modelo muitos-muitos) entre sujeitos (conforme também delimitado por SILVA, 2010, no primeiro capítulo deste trabalho). É interessante perceber que a Tunísia é o país árabe em que o acesso à Internet é mais expressivo (segundo levantamento do periódico *The Washington Post*), justamente o Estado-berço da “Primavera Árabe”.

A Internet, a telefonia celular e os satélites para transmissões televisivas foram três instrumentos bastante (SIC) úteis para dar publicidade aos acontecimentos em tempo real. Sem eles, o movimento estaria certamente destinado ao fracasso, com a morte e eliminação de todos esses jovens pelas forças de opressão do regime. Não é que a Internet fez a revolução, mas foi uma ferramenta muito importante. É como a gasolina no motor de um carro. A gasolina não é o carro, mas sem ele o carro não anda. (HABIB, 2011)⁷¹

⁷⁰ In *Jornal Extra Classe*, ano 17, número 152, abril de 2011

⁷¹ In *Jornal Extra Classe*, ano 17, número 152, abril de 2011

Potencializadas pela difusão de informações em redes digitais, as mobilizações iniciadas na Tunísia espalharam-se rapidamente por países com características semelhantes quanto à forma de governo. Egito, Líbia e os países do Golfo Pérsico foram os primeiros, em seguida o Iêmen e a Síria. Esse “contágio” foi manifestado por sujeitos comuns, através das capacidades coordenativas das redes digitais, em detrimento de exércitos revolucionários, fações treinadas para esses fins.

No Egito, por exemplo, uma série de manifestações foram sentidas a partir de janeiro de 2011, inspirados no sucesso das mobilizações populares na Tunísia. Os “Dias de Fúria”, como ficou conhecido o período, incentivava a população egípcia a atuar contra o regime do presidente Hosni Mubarak, à frente do poder há cerca de 30 anos. Além do acesso à democracia e à falta de liberdades, as queixas da população também enquadravam a violência policial, a falta de políticas de assistência (desemprego, precariedade do salário mínimo) e a corrupção. Também como na Tunísia, a morte de um cidadão e a repercussão da violência via Internet gerou uma onda de manifestações.

Motivados pelo sucesso tunisiano, os egípcios repetiram a mesma forma de organização espontânea: por meio das redes sociais na Internet. Organizaram-se em rede, weblogs, sites de redes sociais, como o Twitter e o Facebook, como “espaço” de deliberação e coordenação, para então sair às ruas. Ainda que já existissem mobilizações contra o regime de Mubarak, a revolta de 2011 foi considerada “sem precedentes”. Em 11 de fevereiro, com a renúncia de Mubarak, um governo provisório instalou-se. Os assentamentos e as comemorações na praça Tahrir, no Cairo, em 2011, são considerados um dos representantes de uma nova forma de fazer política, a do século XXI.

A apropriação política dos sites de redes sociais na Internet tem sido elemento recorrente. Em relação ao Twitter, o uso para o ativismo também é registrado há algum tempo. Na ocasião do surgimento da ferramenta, em 2006, os indivíduos respondiam à questão: *What are you doing?* (O que você está fazendo?). Ainda hoje, mesmo com a limitação de 140 caracteres (ou por causa

da?), a ferramenta tem sido usada crescentemente em benefício de mobilizações ativistas.

Antes mesmo da chamada Primavera Árabe, a história recente nos mostra como as redes sociais na Internet podem ser apropriadas para fins políticos em um contexto restritivo. Em 12 de junho de 2009, com a reeleição de Mahmoud Ahmadinejad no Irã, o Twitter foi uma das principais ferramentas utilizadas como forma de protesto – o movimento era guiado por alegações de fraude no processo eleitoral. A expressão dos manifestantes tornou-se visível inicialmente nas ruas da capital Teerã e outras grandes cidades do país e nos sites de redes sociais como o Facebook, Youtube e Flickr, além do próprio Twitter.



FIGURA 7 - Um dos perfis atuantes no movimento #Irenelection no Twitter

Na apuração dos votos, Ahmadinejad vencia a eleição com ampla maioria (64,78% eram a ele atribuídos quando 94% dos votos já haviam sido apurados), o que não confirmava as expectativas eleitorais. Argumentos de que haveria fraudes na eleição levaram a cabo uma série de manifestações pelo mundo (alguns países, inclusive, não reconheceram o resultado das eleições) e

diversas situações de conflito e de cerceamento às liberdades individuais e à atuação dos meios de comunicação foram sentidos no Irã.

A maior contribuição da plataforma, neste caso, é uma disposição do sentimento de que ninguém está sozinho, que em qualquer sociedade razoavelmente tecnologicamente avançada, regimes não pode simplesmente sair com tudo (...). A contribuição mais importante da internet (...) em movimentos de oposição é que ela efetivamente arranca esse controle, e permitir a manutenção dos fluxos de informação. Aqui, no Irã, junho de 2009, o papel mais importante do Twitter permite a maturação (ou realização) da democratização não do Irã, nem mesmo da população do Irã, mas do fluxo de informações do Irã. Ao tomar o controle de informações fora do governo, usuários, localizados no Irã ou em qualquer outro lado, fornecem aos manifestantes com a noção essencial de que "o mundo inteiro está assistindo", concedendo poder uma geração de jovens para manter a pressão (GAFFNEY, 2010, p. 90-91)⁷²

Os sites de rede sociais respaldaram muitas das manifestações e colaboram à sua coordenação e difusão, a ponto de lograr levar o tema à deliberação internacional, mesmo com a restrição governamental aos meios de comunicação. Também foram restringidos os serviços de Telefonia móvel e o site Facebook. O Youtube, rede social de compartilhamento de vídeos do Google, não coibiu como de costume a veiculação de imagens violentas dos vídeos das manifestações, o site "The Persian Bay" criou um espaço para os manifestantes interagissem sem a vigilância estatal; o Google e o Facebook disponibilizaram ferramenta de tradução ao idioma Farsi; e o Twitter suspendeu a interrupção do serviço prevista ao dia 17 de junho (uma das datas do pico da emergência de manifestações na rede social) para não privar o acesso dos

⁷² Versão do autor para "The greatest contribution of the platform in this case is a provision of the feeling that one is not alone, that in any reasonably technologically advanced society, regimes can't just get away with everything (...). The single most important contribution of the internet (...) in opposition movements is that it effectively wrests that control, and allow the maintenance of information flows. Here, in Iran, June 2009, Twitter's ultimate role allows the maturation (or realization) of the democratization not of Iran, not even of Iran's population, but of Iran's information flow. By wresting control of information away from the government, users, whether they were located in Iran or elsewhere aside, provide protestors with the essential notion that "the whole world is watching," and empowered a generation of youths to keep up the pressure" (GAFFNEY, 2010, p. 90-91)

manifestantes ao seu principal meio de expressão (SCHIECK, 2009).

Em uma perspectiva além fronteiras, o Twitter se tornou o principal meio em que se podia ter acesso a informações sobre os protestos no Irã. As redes de televisão estavam sob a censura estatal e as redes internacionais não logravam obter informações (SCHIECK, 2009).

@StopAhmadi Internet, SMS, Phones...everything very limited in Iran #iranelection⁷³

Impulsionada pela criação de perfis na rede social Twitter como forma de protesto, como @StopAhmadi⁷⁴, @IranElection⁷⁵, entre outros, a discussão foi levada pela apropriação da Internet para fins políticos à escala internacional. O ‘Trending Topic’ #iranelection chegou a registrar 220 mil mensagens por hora, o que quer dizer que esse montante de mensagens era acompanhado – intencionalmente – pela etiqueta #iranelection.

Cada mensagem em si caracterizaria uma contribuição para dar visibilidade ao tema em sentido relacional (para possivelmente influenciar a rede de contatos à participação e a interar-se sobre) e a conferir ao tema o status de tópicos mais relevante para levar a pauta à esfera global. O episódio pode ser considerado como “um protesto mundial que tomou conta da blogosfera e o mundo, num ato de solidariedade, abraçou a causa dos iranianos” (SCHIECK, 2009, p.7).

⁷³ Extraído de Schieck (2009)

⁷⁴ <http://www.twitter.com/stopahmadi>

⁷⁵ <http://www.twitter.com/IranElection>



FIGURA 8 - Vídeo de uma manifestação publicado no Youtube em (em 13 de junho de 2009)

No Brasil, movimentos semelhantes também são registrados. Recentemente, em 2009, o movimento #forasarney foi uma das respostas da sociedade à insatisfação de diversos grupos sociais à permanência do senador José Sarney (PMDB) na presidência do Senado em face às denúncias de corrupção associadas ao seu nome (todas arquivadas sumariamente pelo Conselho de Ética da Casa).

A política dos atos secretos, ou seja, a omissão quanto à publicação de diversos atos administrativos, sejam nepotistas ou apenas impopulares, como a extensão de benefícios a parlamentares, foram noticiados ostensivamente pela mídia jornalística de referência. O principal beneficiário pelos atos era o próprio presidente.

Uma das estratégias utilizadas por cidadãos descontentes centrou-se na apropriação das redes sociais na Internet para fins de dar vazão à questão e exigir a saída do senador. No Twitter, foi criado o perfil @forasarney para fazer campanha contra o parlamentar, propor e coordenar manifestações off-line; informar a rede sobre o que passa na “Casa dos Horrores” (como é citado o

Senado pelos proponentes) e dar conhecimento público às denúncias de corrupção. Uma das campanhas coadunadas pelo Twitter foi a utilização da etiqueta/hashtag #forasarney.

Usuários, assim, eram incentivados a incluir o emblema (#forasarney) em suas mensagens ('Tweets'), independentemente do contexto a que se referissem. Pelo número crescente de manifestantes, a intenção era dispor o tema nos "Trending Topics" da ferramenta, de maneira a dar visibilidade internacional à discussão: tarefa não de todo simples, pela então minoria dos brasileiros que se utilizavam do sistema em junho de 2009 (5 milhões, segundo o Ibope Nielsen On-line).



FIGURA 9 - Um dos perfis de mobilização da ação #Forasarney



FIGURA 10 - Resultado da ação #forasarney em 29 de junho de 2009

Nessa manifestação, percebe-se o papel central de usuários altamente conectados (com uma lista expressiva de *followers*/seguidores) na difusão da manifestação e como influência à participação de outros. Como por exemplo, uma série de atores (o quais chegaram a se intitular de “Piratas do Twitter”) considerados “celebridades” em outros espaços e que carregam ao Twitter a popularidade e a visibilidade conquistada em outros meios, passaram também a promover a ação de inclusão da *hashtag* #forasarney nos *Trending Topics*. Na condição de líderes, propagaram a campanha repetidas vezes em suas listas de contatos (na proporção dos milhares).

Considerando os pressupostos de Recuero (2006) sobre o papel dos *hubs* nas redes sociais e de Granovetter (1973), sobre a importância dos laços fracos para a conectividade das redes, percebe-se que, em um contexto de censura aos veículos de comunicação tradicionais, as relações horizontais da rede permitiram que a ação em forma de mensagem de protesto fosse reverberada em “tempo real”. Ressalta-se nesse contexto, não só as relações sociais de intimidade (laços fortes) como contribuintes à difusão da ação, mas os laços fracos (GRANOVETTER, 1973) pelo caráter conector de grupos sociais, permitindo que a mensagem alcançasse pontos distantes da rede.

O volume e a intensidade das mensagens no Twitter demonstraram a insatisfação generalizada dos participantes para com a situação política, de modo a reforçar o chamamento popular à ação. Diversas mensagens da conta @forasarney pretendiam efetivamente a convocação à ação coletiva, ou seja, tinham como propósito maior fazer com que os usuários protestassem contra o *status quo* da política brasileira, em especial sobre os casos de corrupção que envolvessem a presidência do Senado.

Essas ações se deram tanto na relação on-line-on-line quanto on-line-offline. Nas convocações on-line-on-line, os proponentes incentivavam que os participantes, por exemplo, dispusessem a *hashtag* #forasarney em suas mensagens enviadas pelo Twitter, de modo que o protesto brasileiro alcançasse a página dos *trending topics* da ferramenta – e o movimento, como consequência, ganhasse repercussão nacional e internacional. Outras convocações on-line-on-line puderam ser percebidas quando da organização da “passeata virtual”, em que diversos usuários foram incentivados a enviar e-mails ao Senado Federal, por um período específico de tempo, para exigir a saída do presidente da casa. Na relação on-line-off-line, a conta no twitter foi utilizada para convocar usuários à participação em protestos presenciais em diversos pontos do país, dando subsídios à coordenação das ações coletivas

@forasarney Fora Sarney
atenção tuiteiros de bom coração: O protesto forasareny em são paulo é no sábado, 11, em frente ao MASP, às 14h. favor ajudar a espalhar!

@forasarney Fora Sarney
boa dia tuiteiros do brasil É HOJE.. passeata virtual #forasarney: das 15h às 16h. mais no: www.forasarney.com ajudem a espalhar!

@forasarney Fora Sarney
BSB - Big Senado Brasil, a casa dos horrores. Acompanhe pela TV Senado. Bial avisa: Paredão só vai o cidadão de bem o resto fica na casa.

Acompanhando o chamamento ao protesto, o discurso apresentou-se com o propósito de munir os usuários, inflamá-los com informações sobre a situação de corrupção no Senado e a respeito dos acontecimentos relacionados aos casos de corrupção, ou ainda conceder visibilidade às denúncias sobre ilegalidades na administração pública. A maioria dessas mensagens era acompanhada da fonte da informação, normalmente *weblogs* de política, sites especializados, ou de matérias da chamada grande imprensa, comumente com os (hiper)links para as notícias veiculadas nos sites jornalísticos.

@forasarney Fora Sarney

Reportagem da Folha deste domingo informa que três contas secretas do Senado movimentavam mais de R\$ 160 milhões.

@forasarney Fora Sarney

Agripino, líder do DEM pede a cabeça de Sarney via Twitter!
<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional>

Uma das estratégias ali registradas, no sentido de promover a participação popular, consistia em evidenciar o sucesso da mobilização no Twitter, normalmente com citações a matérias que assinalavam a repercussão on-line da campanha. A intenção era atribuir mais peso/prestígio à mobilização, como estratégia de persuadir mais participantes ao movimento e manter atuantes os que nele já estivessem envolvidos.

@forasarney Fora Sarney

Bela manchete: PODER DAS TECLAS:Vozes do Twitter atordoam Senado, da zero.com.br de hoje, em matéria sobre o nosso movimento.Vamos espalhar!

@forasarney Fora Sarney

ZH# Um dos objetivos da campanha #forasarney no Twitter é têm fazer com que o tema figure nos trending topics, aconteceu na noite de segunda

No discurso dessas manifestações, as mensagens que, além de demonstrar a insatisfação sobre a situação política brasileira, não se limitavam ao “espaço” Twitter como plataforma de protesto e de alavanca a mobilizações off-line. Também se dedicavam à propaganda de outros espaços on-line destinados ao movimento. Essas falas, por exemplo, também se detinham à divulgação do site da campanha forasarney.com, como espaço privilegiado para coordenar os protestos on-line e offline, manifestar opiniões sobre o caso e de se manter informado sobre os últimos acontecimentos.

@forasarney Fora Sarney

Saindo pro almoço. p/ quem ainda ã sabe visite o novo www.forasarney.com Veja se está legal, fácil de entrar.estamos ajustando. #forasarney

@forasarney Fora Sarney

Tenho que sair. faz favor, visitem o www.forasarney.com vejam se gostam, se tá legal, fácil de entrar. estamos ajustando. dúvidas no @relsi

Também no Brasil, e em escala Internacional, em 2010, registraram-se intensas manifestações no Twitter a respeito do fenômeno #Wikileaks. As denúncias divulgadas por J. Assange no site Wikileaks geraram grande repercussão nas redes sociais digitais ao longo daquele ano. O termo chegou a figurar nos *Trending Topics* (TTs) do Twitter em julho de 2010.

No entanto, ainda que muitos usuários discutissem sobre o caso, o termo “Wikileaks” não apareceu como tema recorrente no último bimestre do ano. Novas denúncias, no entanto, fizeram com que a temática fosse constantemente discutida. Com isso, gerou-se a preocupação dos usuários sobre uma possível censura do Twitter ao tema, por pressão, supostamente, de interesses governamentais.

Diante desse cenário, diversas reações de usuários do Twitter, ao se engajarem em uma espécie de "wikileaks bomb" (em analogia à expressão "Google bomb"), buscaram incluir o termo wikileaks em uma variedade de

contextos, numa tentativa de agendar o termo ao lançá-lo aos *Trending Topics*. Logo após a publicação de telegramas secretos pelo Wikileaks, em 28 de novembro de 2010, o governo da Suécia, em 30 de novembro, emitiu um alerta contra Julian Assange. Em primeiro de dezembro, o Wikileaks informou que a Amazon o expulsara de seus servidores. Em 3 de dezembro, o endereço wikileaks.org foi retirado do ar. Os criadores do site, assim, solicitaram ajuda aos usuários para que se criasse meios de hospedar o conteúdo.

A partir do dia 5 de dezembro de 2010, surgiram no Twitter discussões sobre uma suposta censura da ferramenta para evitar que o termo wikileaks figurasse nos *Trending Topics*. Quatro dias depois, o Twitter, em comunicado, negou a existência de tal censura. Como argumento, explicou-se como funcionava o algoritmo da ferramenta. Os responsáveis pelo microblog viram-se obrigados a justificar, por meio de uma mensagem em seu blog oficial, o funcionamento dos *Trending Topics* - para mostrar que não só a quantidade de mensagens com o termo é suficiente para conceder visibilidade ao tema, mas também o fator novidade⁷⁶. Em 16 de dezembro, o Twitter anunciou que o caso Wikileaks foi a sétima notícia mais comentada no ano de 2010 no site de redes sociais⁷⁷, o que ressalta a relevância social e política do tema e o âmbito de sua reverberação junto à ferramenta.

Com a suspeita de censura por parte do site de redes sociais, os usuários organizaram-se no que se chamará aqui de “Tweet bomb”, ou seja, uma ação de bombardeamento do termo wikileaks no Twitter, buscando lançar a expressão à lista dos *Trending Topics*. A ideia de “bombardeio” no Twitter, neste caso, assemelha-se à dinâmica das ações coletivas das Google Bombs (cf. ZAGO e BATISTA, 2009).

Enquanto ação coletiva, uma Google bomb constitui-se de “uma estratégia coletiva de hiperligação com o objetivo de modificar os resultados da busca por um termo ou expressão específica (...)” (TATUM, 2005, p.5) no

⁷⁶Cf. <http://twitter.com/#!/twitter/status12583397977227264>
<http://blog.twitter.com/2010/12/to-trend-or-not-to-trend.html> /

⁷⁷ Cf. <http://yearinreview.twitter.com/trends>

sistema de buscas do Google. Em uma Google bomb, procede-se a um “bombardeio” intencional de (hiper)links associado a termos pré-determinados. A proposta dessas ações, normalmente como forma de protesto, consiste em se utilizar da ferramenta de buscas mais acessada da Web para rotular personagens ou situações (em geral pejorativamente) e associar páginas às ideias centrais do movimento.

A ordem do sistema de classificação de busca do Google (PageRank) é determinada pelas referências que cada site possui na Web. É um sistema supostamente democrático em que a própria Internet, através do número de hiperlinks e seus respectivos pesos (também avaliado pelas referências obtidas, pela quantidade e pela qualidade dos hiperlinks) que indicam cada sítio, determina a ordem dos resultados da busca por uma dada palavra-chave. Assim, se um sítio X obtiver mais indicações e mais peso como “incógnita da equação” do que o site Y, a página X aparecerá na frente, caso a busca seja essa, na ordem dos resultados.

Esse tipo de ação “ilustra a habilidade de uma ação coletiva on-line de romper os limites entre o poder da mídia e construções mais pluralísticas da realidade” (TATUM, 2005)⁷⁸. Por envolver a comunhão de esforços de várias pessoas para influenciar/subverter os resultados do sistema de buscas do Google, de modo a favorecer a visibilidade de páginas, as Google Bombs caracterizar-se-iam como uma forma de “ação coletiva on-line” associada ao conceito de ativismo defendido por Jordan (2002). Haveria, assim, uma “transgressão” e um caráter de solidariedade com vistas a um objetivo coletivo: a convergência de esforços para dar visibilidade, normalmente⁷⁹, a uma insatisfação pública.

Uma Google Bomb, portanto, é uma tática de manipulação a ordem

⁷⁸ Versão do autor para “a collective hyperlinking strategy intended to change the search results of a specific term or phrase (...) illustrates the ability of on-line collective action to breach the boundary between media power and more pluralistic constructions of reality.” (TATUM, 2005).

⁷⁹ Ressalta-se, no entanto, que as Google Bombs abarcam outros usos sociais, além do ativismo. Constata-se a utilização das Google Bombs, por exemplo, como propósitos de competição, especialmente, no caso do Brasil, entre torcidas de futebol.

desses resultados proeminentemente como forma de protesto. A relevância desse tipo de ação centra-se como estratégia de apropriação para fins ativistas (entre outros⁸⁰) da lógica de indexação da ferramenta de buscas mais utilizada globalmente⁸¹. Uma Google Bomb ocorre quando várias páginas da internet (registra-se blogs em sua maioria) indicam um mesmo site por meio de um hiperlink normalmente pejorativo.

A título de exemplificação, tem-se o protesto contra a absolvição do presidente do Senado, Renan Calheiros no segundo semestre de 2007. A iniciativa surgiu da blogosfera: várias páginas passaram a indicar o site do Senado <www.senado.gov.br> através do mesmo hiperlink: "vergonha nacional". Como consequência, qualquer pessoa que procurasse no sistema de busca do Google por "vergonha nacional" teria como primeiro resultado o site do Senado brasileiro. E ainda, caso tenha selecionado a opção "Estou com Sorte", a página teria sido aberta imediatamente.

Vários outros protestos semelhantes tornaram-se famosos. Em certa ocasião, quem procurasse por "miserable failure" (falha miserável) na ferramenta de buscas do Google teria o nome do então presidente dos E.U.A, George W. Bush, como resultado latente (TATUM, 2005). Protestos brasileiros têm se mantido presente nesse quadro, já houve ligações da biografia de ex-presidente Lula ao rótulo de "maior mentiroso do Brasil". Algumas irônicas, inclusive: a busca por "político honesto" remete a uma tradicional página de erro ("o político honesto não pode ser encontrado").

⁸⁰ Nota-se também a utilização das Google Bombs para fins lúdicos, difamatórios, entre outros.

⁸¹ Segundo o Alexa.com



FIGURA 11 - Google Bomb "Vergonha Nacional" contra a absolvição de Renan Calheiros

No caso do movimento em prol da visibilidade da “etiqueta” #wikileaks, em vez de (hiper)links, como é o caso das Google Bombs, tem-se as mensagens (tweets) dos usuários contendo tal *hashtag*; no lugar de objetivar a imposição de uma página nos resultados do Google pela busca de uma determinada palavra-chave, o movimento intenciona dar visibilidade à expressão na lista de Trending Topics do Twitter. Por partir da mesma lógica, a exemplo de Zago e Batista (2011), neste trabalho associam-se as duas dinâmicas de ação coletiva on-line ao mesmo conceito.

Na primeira semana de dezembro, havia uma grande quantidade de mensagens com menção ao wikileaks, especialmente no período entre 5 de dezembro (início dos rumores) e 9 de dezembro (esclarecimentos por parte do Twitter). No caso do Brasil, as tentativas de lançar o termo wikileaks nos Trending Topics não se limitaram à expressão “wikileaks”. Termos e hashtags como #wikileaksbr, cablegate e “tuiteumfilmecomwikileaks”, dentre outros, lograram atingir o patamar de *Trending Topics* nos âmbitos local e mundial.

A Figura 12 apresenta um gráfico com a repercussão do termo wikileaks no Twitter, no período compreendido entre novembro de 2010 e abril de 2011. Na imagem, pode-se observar que o auge da discussão sobre o termo no microblog ocorreu entre os dias 28 de novembro e 09 de dezembro, com um especial pico no dia 07 de dezembro de 2010. Nessa data, o total de tweets contendo o termo wikileaks chegou a representar 3% do total de atualizações feitas no site.

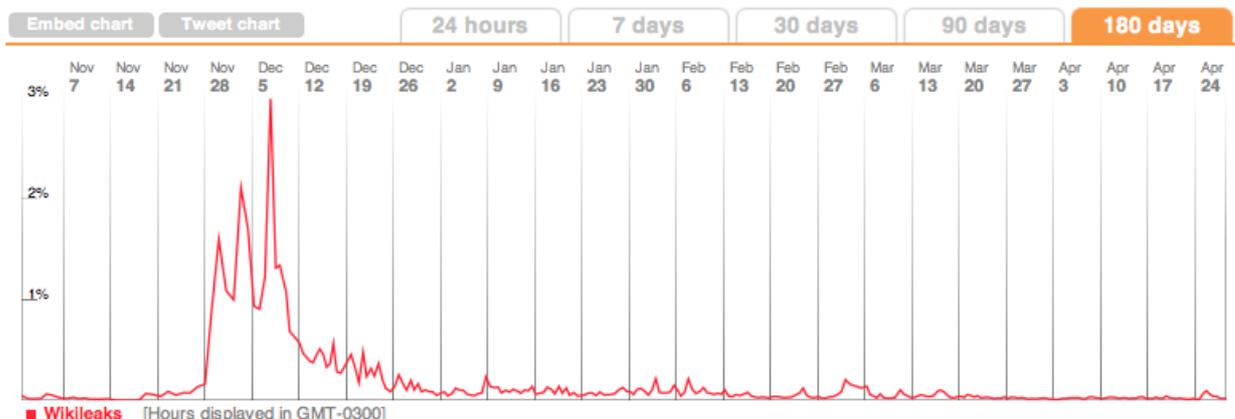


Figura 12 Repercussão do termo Wikileaks.

Fonte: <http://trendistic.com>

Uma observação ao conteúdo dos *tweets* postados no período, em especial no dia 07 de dezembro (antes de o Twitter revelar os critérios do algoritmo de seus Trending Topics, portanto), permite perceber tentativas de usar o termo wikileaks em diferentes contextos. Houve tweets que buscavam trazer informações sobre o acontecimento e seus desdobramentos, como em:

Assange: Criador do WikiLeaks trocou de escola 37 vezes. Site surgiu após decepção com 'conformismo' do meio acadêmico. <http://bit.ly/a0b7B4> (expand)

Fundador do WikiLeaks é preso em Londres <http://migre.me/2LFrX>

RT @cartacapital⁸²: Assange: Wikileaks criou um novo tipo de jornalismo. <http://bit.ly/fimh2e> (expand)

Em geral, as mensagens foram acompanhadas de hiperlinks que

⁸² Considerando as recomendações de ética em pesquisa da Associação de Pesquisadores de Internet (AOIR, <http://aoir.org/reports/ethics.pdf>), os nomes dos interagentes foram omitidos. Em seu lugar, utilizou-se a menção a “sujeito”.

apontavam para notícias em veículos de referência, na medida em que buscavam recuperar e filtrar informações sobre o caso wikileaks. Uma outra linha de *tweets* buscava discutir e comentar o a ausência do termo wikileaks nos *Trending Topics*, como em

@sujeito1 twitter não incluiu #WikiLeaks nos TT, acho que ta incomodando muita gente forte hehehe!!!!

RT @sujeito2: @paulocoelho Só lembrando q desde ontem a hashtag #Wikileaks é barrada do trending topics pelo Twitter. <http://bbus.biz/t/100523>

> @sujeito3: RT @sujeito4: Com certeza o WikiLeaks estaria nos TT não fosse a censura do twitter.

Desse modo, durante o debate sobre o tema, surgiu também uma meta-discussão: a omissão ou não do termo wikileaks nos *Trending Topics* do Twitter, em razão da expressiva repercussão do assunto. No entanto, os *tweets* desse período também buscavam utilizar o termo wikileaks fora de contexto, numa tentativa de causar um efeito de humor. Ainda que o humor pudesse ser a principal intenção para muitos, indiretamente esses tweets contribuíram para estender o alcance e a reverberação do termo. As mensagens com o termo “wikileaks”, utilizado de forma descontextualizada, atingiram uma nova conotação depois que o Twitter anunciou que um dos critérios para uma expressão alcançar o status de “Tema do momento”: a variedade e diversidade dos *tweets* que a contém.

O Wikileaks não é site pornô, mas publicou os documentos de uma galera

Hahahahahahaha! RT @PiadasNerds Tua mãe é tão fofoqueira que deu overpost no Wikileaks. #OfensaNerd

Wikileaks contra o homem da pistola de ouro.
#tuiteumfilmeCOMWIKILEAKS

@sujeito5: Wikileaks e a Fantástica Fábrica de Chocolate
#tuiteumfilmeCOMWIKILEAKS

Uma parte dos tweets ironiza a informação de que o fundador do Wikileaks foi procurado e preso pela Interpol sob a acusação de ter cometido um crime não relacionado ao caso wikileaks⁸³.

RT @sujeito6: fundador do wikileaks não paga condomínio e é preso pela interpol

RT @sujeito7: fundador do wikileaks é preso por esquecer de guardar a garrafa na geladeira

RT @sujeito8: Fundador do wikileaks é preso por misturar coca-cola com fanta limão para fabricar guaraná.

O humor é um elemento típico presente nos tweets de usuários brasileiros (ZAGO e BATISTA, 2011). Ainda que muitos dos tweets não tenham sido feitos com a intenção explícita de participar de uma ação coletiva, argumenta-se que os tweets, em sua coletividade, contribuíram para a reverberação do tema, e constituiriam, portanto, uma forma de colaboração – mesmo que sem esse propósito – à ação coletiva. Os tweets, em conjunto, promoveram um “bombardeio” do termo wikileaks no Twitter, próximo ao que blogs já fizeram com as Google Bombs (ZAGO e BATISTA, 2009), ao tentar influenciar os resultados do Google a partir de um bombardeamento de termos em específico.

Ainda que não tenha conseguido cumprir seu fim principal (colocar mais uma vez o termo nos TTs), a ação coletiva foi bem sucedida na missão de agendar os veículos de referência. A ausência do termo nos Trending Topics foi objeto de notícia em diversos sites, especialmente em blogs vinculados a grandes portais noticiosos do país⁸⁴, conseguindo, assim, pautar a mídia e levar o tema à agenda pública. A discussão foi ainda reverberada em diversos blogs⁸⁵. Dessa forma, pode-se observar que a busca por agendar o tema

⁸³ Cf. <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,6283577,00.html>

⁸⁴ Como em Veja (<http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/twitter-diz-que-nao-esta-filtrando-wikileaks-dos-trending-topics>), Estadão (<http://blogs.estadao.com.br/link/wikileaks-e-os-trending-topics/>), Terra (<http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,OI4829955-EI12884,00-Twitter+estaria+censurando+discussao+sobre+WikiLeaks+diz+blog.html>) e Folha (<http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/podcasts/842203-alec-duarte-famoso-wikileaks-segue-anonimo-nos-trending-topics-do-twitter.shtml>).

⁸⁵ Como em <http://readwriteweb.com.br/2010/12/08/voce-acha-que-o-twitter-censurou-o-wikileaks/> e <http://www.pombaldata.com/portal/2010/12/368/>

internamente, no âmbito da rede social, excedeu as fronteiras da própria rede e atingiu a mídia de referência. Os sujeitos não conseguiram agendar o tema dentro do Twitter. Em compensação, contribuíram para lançar a temática em outros espaços de visibilidade.

Outras formas de ação coletiva registradas no Twitter, a partir de 2009, dedicam-se também à promoção de campanhas de conscientização. Os usuários apropriam-se seguidamente da ferramenta, em momentos chave, para promover a propagação de um discurso político, almejando, assim, uma transformação na realidade social. Muitos desses movimentos são criados espontaneamente ou por intermédio de Organizações Não-Governamentais.

Em 2008, por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o Dia Mundial de Conscientização do Autismo. A data, celebrada no dia 2 de abril, busca a conscientização da população acerca da natureza do Autismo e o incentivo de políticas de inclusão e de amparo. A cor azul, símbolo da causa, é uma das marcas da campanha. Em abril de 2011, a expressão “autismo” ganhou repercussão no Twitter, alcançando os “Temas do Momento” da ferramenta, principalmente durante o dia da campanha.

Usuários, em grande parte, dedicavam-se à difusão de mensagens de apoio, de respeito, e à organização de ações off-line, como caminhadas de conscientização.

@sujeito9: Autismo não é contagioso. Ignorância é. Dia Mundial do #autismo.

@sujeito10: El #autismo no es un calificativo , es un trastorno que afecta el desarrollo de un ser humano y el de sus familiares.

@sujeito11: #autismo - muitos médicos não conseguem diagnosticar, requer um estudo e muita sensibilidade.- vista azul

@sujeito12: acabó la caminata! un éxito! pronto les enviaremos fotos! a seguir celebrando el Día del #Autismo. No olviden vestir una prenda azul

Outra campanha internacional percebida nas apropriações da

ferramenta, ainda em 2011, foi a ação #horadoplaneta.



Figura 13 – Um dos perfis da campanha #horadoplaneta

A organização WWF (World Wildlife Fund) utilizou-se do Twitter, entre outros sites de redes sociais, para incentivar que no dia 30 de março; sujeitos de todo os mundo participassem do ato simbólico chamado de “A Hora do Planeta”. A Intenção era fazer com que as pessoas não consumissem energia elétrica, simultaneamente, no dia 10 de março, durante uma hora. O protesto propunha-se a alertar, assim, sobre o aquecimento global e demais mudanças climáticas e a incentivar políticas públicas e ações – em nível individual e coletivo - ecologicamente responsáveis.

A conta @horadoplaneta foi atualizada seguidamente, com informações sobre as mobilizações; a respeito das cidades que aderiram à campanha e suas ações de conscientização; sobre como poupar recursos naturais e reduzir a taxa de emissão de CO2 na atmosfera. O movimento gerou uma repercussão expressiva também no Brasil. A hashtag #horadoplaneta esteve na lista de temas mais discutido do momento, durante, antes e logo após o dia da campanha (10 de março)

@Horadoplaneta Evento público na Praça do Rádio marca a

[#HoradoPlaneta](#) em Campo Grande (MS) <http://bit.ly/gNsDn>

@sujeito13: Sucesso ai @HoradoPlaneta . Que todos tenham consciência de que toda hora é @HoradoPlaneta . Parabéns!

@sujeito14: #HoradoPlaneta eu participei !!!

@sujeito15: podia ter mais uma @HoradoPlaneta esse ano pra eu poder participar

@sujeito16: @HoradoPlaneta Isso é para as pessoas acordarem, economia, equilibrio e qualidade de vida devem fazer parte do cotidiano 8;)

Durante 2011, outro uso crescente do Twitter foi a apropriação da ferramenta para instrumentos de pressão social em temas relacionados a questões de justiça. Seguindo o mesmo modelo dos outros casos apresentados, os movimentos #fichalimpa e #naofoiacidente, para citar casos em nível local e nacional, respectivamente, foram expressivamente registrados na ferramenta, chegando a alcançar espaços significativos de visibilidade. Não apenas nos “Trending Topics” do Twitter, mas – como consequência – na chamada mídia de referência. Assim, conforme sugerem Batista e Zago (2010), estabelece-se uma outra perspectiva para os fluxos de comunicação: a ideia de fluxo múltiplo.

O modelo do fluxo de comunicação em dois níveis mostra-se insuficiente para explicar fenômenos mais complexos como o ativismo digital contemporâneo. Ao invés, propõe-se observar tais práticas a partir da ótica de um fluxo de comunicação em múltiplos níveis, em um contexto em que a difusão de informações se dá não apenas da mídia para líderes de opinião, e destes para os demais indivíduos, mas sim a partir de múltiplas e complexas relações entre redes sociais digitais, mídia de referência, líderes de opinião e demais indivíduos, levando à formação de uma opinião pública distribuída (BATISTA e ZAGO, 2010)

O “Ficha Limpa” é um movimento brasileiro que planteou a apropriação de um projeto de lei, de iniciativa popular, para impedir que políticos com algum tipo de condenação (em segunda instância) pudessem concorrer às eleições. O projeto tornou-se Lei Complementar, sancionado pelo Presidente da República em 4 de junho de 2010. O impasse, no entanto, ficou por conta do período de

início da aplicação da lei. A dúvida deu-se quanto à validade da Lei Complementar para as eleições de 2010. Postulantes a cargos políticos recorreram à justiça para garantir que pudessem participar do processo eleitoral.

Após um longo período de deliberação e de impasses, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em 23 de março de 2011, pela aplicabilidade da lei apenas no ano posterior à sua promulgação. O voto do ministro Luiz Fux, recém nomeado para o STF, definiu a invalidade da lei para as eleições de 2010 (6 votos contra e 5 a favor).

Campanha Ficha Limpa
@fichalimpa
Este é o perfil oficial do MCCE, rede responsável pela conquista da lei de iniciativa popular que restringe candidaturas de pessoas condenadas por corrupção.

2.030 Tweets, 172 Seguindo, 13.239 Seguidores, 673 Listas

Imágenes recientes

Tú y @fichalimpa
Sigues una cuenta que sigue a @fichalimpa - ver

Similar a @fichalimpa · ver todos

- otucano Tucano Sou Eu - Seguir
A solução dos seus problemas. O sentido da vida. O ca...
- Stefania_Akel Stefânia Akel - Seguir
Jornalista.
- lualckmin_ Lu Aickmin - Seguir
Nasci em São Paulo em uma família numerosa e unid...

Figura 14 – Perfil da Campanha Ficha Limpa no Twitter

Tal decisão beneficiou uma série de candidatos que de outra forma seriam cassados em decorrência da Lei Complementar “Ficha Limpa”. Tal situação gerou uma série de mobilizações, anteriores e posteriores à votação do ministro Fux. O site de redes sociais Twitter foi um desses “espaços”: os usuários se coordenaram principalmente pela *hashtag* #Fichalimpa como instrumento de pressão política.

@sujeito 16 A constituição impede a aplicação da lei da #fichalimpa . Já foi feita pra isso e não constitui nada.

#politicodemerda #stfVendido

@sujeito17 Indignado com a votação da #FichaLimpa no STF? Mande sua mensagem para o #MinistroFux agora: avaaz.org/po/mensagens_1..... <http://bit.ly/hbRI5R>

@sujeito18 A lei #fichalimpa subentende que eleitor não sabe votar e que alguém precisa protegê-lo de si próprio, delimitando seu raio de ação na urna.

@sujeito19 é um atestado de falta de dignidade, um juiz votar contra a #FichaLimpa e deixar isso pra 2012. #ÉfodaViverAssim

Já na ação #naofoiacidente, constitui-se um grupo de pressão a respeito da exigência quanto à condenação de um motorista, responsável pelo atropelamento de uma série de pessoas de um movimento de ciclistas, de Porto Alegre, intitulado “Massa Crítica”.



Figura 15 – Divulgação movimento Massa Crítica

Na última sexta-feira de cada mês, o grupo “Massa Crítica” organiza, via Internet, uma “pedalada” pelas ruas de Porto Alegre. Inspirado por um movimento iniciado em São Francisco (EUA), a intenção é do grupo incentivar o uso de bicicletas no trânsito, por ser saudável e ecologicamente consciente.

No dia 25 de fevereiro, um motorista avançou sobre o movimento de cerca de 100 ciclistas, causando atropelamentos sequencias (10 ficaram feridos). Segundo os integrantes do movimento, o motorista estava transtornado pelo atraso no trânsito (no cruzamento das ruas José do Patrocínio e Luiz Afonso, em Porto Alegre) e, por isso, resolveu avançar criminosamente sobre os manifestantes. O velocista, no entanto, alegou legítima defesa.

No Twitter, a *hashtag* #naofoiacidente foi utilizada para centralizar as informações sobre o incidente (também para a divulgação de fotos e vídeos) e pressionar as autoridades para que entendessem a ação do motorista como criminosa. Diversos protestos organizados via Internet, não apenas em Porto Alegre, tomaram as ruas, em solidariedade às vítimas de Porto Alegre e em defesa do direitos dos ciclistas.

@sujeito19: aguardamos ansiosos o posicionamento da Justiça sobre o futuro de Ricardo Neis. <http://twurl.nl/8mwsrf#naofoiacidente>

@sujeito20: Assim que se faz em caso de crise aguda de stress, motoristas: abandone o veículo. Não atropela a Massa.. [#naofoiacidente](#)

@sujeito21: Avaliação psiquiátrica de atropelador de ciclistas deve ser encaminhada a juíza na quinta-feira <http://bit.ly/gjllNc#naofoiacidente>

@sujeito22: [#naofoiacidente](#) Quando vão conceder habeas corpus para o Sr Neis poder voltar para casa em paz?

A exemplo da ação #naofoiaciente, ações “glociais” – que seguem de uma situação local para contextos mais amplos – foram registradas no Twitter. As condições específicas de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, São Lourenço do Sul, ganharam repercussão na ferramenta.

Em março de 2011, a cidade foi vitimada por uma enchente, causando diversos prejuízos à população. Os usuários dos arredores utilizaram-se da ferramenta para promover ações de solidariedade aos flagelados do município, para transmitir informações sobre as apurações da catástrofe (úteis, inclusive, para os veículos jornalísticos), entre outros usos. A hashtag #sls foi utilizada para centralizar as informações.

@sujeito24: @sujeito23 Vc eh de #sls ? Tenho familiares e amigos por ai... Como esta a r. Riachuelo? Amanha estou ai levando agua...

@sujeito25: Doações p/ São Lourenço do Sul podem ser entregues nos Campus I e II da UCPel e nas unidades da @escolatopway de RG e Pelotas. Ajudem! #SLS

@sujeito26: Estão saqueando as casas em São Lourenço! Que vergonha isso, gente! #sls

@sujeito27: Tb peço ajuda dos amigos @sujeito28 @sujeito29 @sujeito30 para divulgar a situação de Sls e pedir ajuda. Minha cidade precisa. #SLS

@sujeito31: Favor utilizar a tag #sls para facilitar as conversas sobre São Lourenço do Sul, pessoal!

5 Considerações Finais

O presente trabalho buscou apresentar os primeiros traços de uma cartografia sobre as apropriações ativistas na Internet, especificamente as ações coadunadas no microblog Twitter (twitter.com). O desenho toma forma a partir das mobilizações registradas a partir do segundo semestre de 2009, momento de apresentação desta pesquisa enquanto pré-projeto de dissertação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Entre o período de ingresso e a banca de defesa, as ações ativistas, segundo a perspectiva cartográfica, foram ilustradas e selecionadas conforme se apresentaram ao olhar do pesquisador, respeitando a noção de atenção flutuante (cf. AMADOR e FONSECA, 2009).

Em um primeiro momento, a presente dissertação traz uma discussão conceitual sobre o ativismo na Internet, a partir de revisões bibliográficas, ainda que breves, da teoria clássica da ação coletiva e da perspectiva dos (novos) movimentos sociais. Com base nessas reflexões, propõe-se pensar as dinâmicas da ação coletiva no contexto midiático contemporâneo. Buscou-se, dessa forma, introduzir uma breve problematização sobre o conceito de ativismo.

Nesta pesquisa, aborda-se o sujeito ativista como protagonista no âmbito da ação coletiva; como o grande influenciador dos movimentos, responsável pelo recrutamento de outros sujeitos de características identitárias distintas da sua (cf. OLIVER e MARWELL, 1989). A ideia operacional de ativismo utilizada neste trabalho é centrada em Jordan (2002). O ativismo consiste, com base nesse autor, em ações coletivas que demandam “transgressão” e “solidariedade” para a consecução de um objetivo comum.

Tendo em vista a compreensão do modo como as redes sociais digitais têm sido empregadas para mobilizações sociais e ações coletivas, ainda no primeiro capítulo, trouxe-se à tona a discussão de como as redes sociais digitais, por seus aspectos estruturais, são passíveis de colaborar com os movimentos sociais e ações coletivas em uma condição propositiva. Em seguida, procurou-

se evidenciar as novas dinâmicas das ações coletivas desde Olson (1965), em contraste às suas releituras mais recentes principalmente em Bimber *et al.* (2005); Lupia e Sin (2003); Flanagin *et al.* (2006); Margetts *et al.* (2009). A partir dos esforços desses teóricos, buscou-se apresentar as transformações de algumas características da ação coletiva mediante o contexto tecnológico contemporâneo.

A maior dimensão de um grupo, a prática do free-riding e o papel das organizações formais como mediadoras das ações coletivas são vistos a partir de outra perspectiva. A maior proporção de um grupo passa a contar a favor do movimento: a emergência de ferramentas potenciais de comunicação em “tempo real” favorecem as estratégias de localização, organização e coordenação dos grupos de maiores dimensões; a lógica do free-riding modifica-se na medida em que a aplicação do entendimento de individual e coletivo confunde-se. A passagem da esfera privada à pública nos “espaços” de interação das redes sociais digitais é responsável por conferir essa ambiguidade.

Logo após, abordou-se o aspecto de importância nuclear do ativista no que se refere ao incentivo à participação de atores de alta e baixa probabilidade à cooperação com as causas comuns (os não-ativistas). Procurou-se conceituar o ativismo a partir de autores como Assis (2006), Jordan (2002) e Postmes e Brunsting (2002). Para finalizar a primeira abordagem teórica, buscaram-se situar as apropriações ativistas na Internet por meio de uma rápida reconstrução histórica sobre o princípio das ações coletivas em redes digitais, desde a movimentação zapatista, em Chiapas na década de 1990, contra o processo de globalização da economia.

O segundo esboço teórico (Capítulo II) trata das características do meio de veiculação da retórica ativista: as redes sociais na Internet. Aborda-se rapidamente o conceito de redes, redes sociais, redes sociais na Internet, site de redes sociais, para então chegarmos ao fenômeno dos weblogs e microblogs; este último, objeto de especial interesse deste trabalho.

No capítulo três, buscou-se desenvolver a proposta metodológica desta pesquisa, a Cartografia (DELEUZE e GUATTARI, 1995), com base nas orientações de Sperotto (2002), Rolnik (2008), Margarites (2011), Kastrup (2007) e Amador e Fonseca (2009). Assim, no capítulo três, desenhou-se sobre as apropriações do site de rede sociais (BOYD e ELLISON, 2006) para o ativismo, trazendo, assim, de movimentos como #wikileaks, #iranelection, #occupy, #forasarney, entre outros. No desenho, conforme a orientação da perspectiva cartográfica (antropofagia/modernismo), buscou-se dar ênfase às imagens e aos discursos, independentemente do rigor científico de suas fontes.

A partir dos primeiros traços aqui delineados, dentro da perspectiva cartográfica, pode-se perceber a transformativa contribuição da apropriação das tecnologias de comunicação e informação às causas ativistas. As possibilidades de ampliação dos canais de comunicação conferem novas dinâmicas aos engajamentos coletivos: mais comunicação pode, certamente, significar maiores possibilidades de atuação conjunta. Frente às características dos novos movimentos sociais de politização de espaços comuns à vida social (cf., PRUDÊNCIO, 2006), nota-se o “ambiente das redes sociais”, em função de sua favorável estrutura conectiva às redes sociais, como uma ferramenta em potencial aos movimentos em suas formas de expressão, deliberação e coordenação (cf. SCHERER-WARREN, 2006).

A configuração social em redes distribuídas, conforme detalhado em outros momentos neste trabalho, ainda que não seja plenamente igualitária, estabelece um caráter libertário às relações humanas, diluindo em rede as formas de exercer poder. Evidencia-se dessa forma na maioria das manifestações aqui apresentadas o papel relevante desempenhado por “indivíduos-comuns” – antes longe de serem considerados significativos na esfera de deliberação política – como constituintes das engrenagens de um movimento, a exemplo do início das mobilizações da chamada Primavera Árabe, na Tunísia.

Com a Internet, o controle da informação – não mais restrito aos meios de comunicação tradicionais – mostra-se difuso e passível de emergir por meio

de iniciativas espontâneas de sujeitos originalmente “sem voz política”. O conflito pela visibilidade e pelo específico tratamento de uma informação torna-se evidente. Em weblogs, microblogs e sites de redes sociais, entre outras plataformas, passa-se como estratégia a levar temas de concernência coletiva a uma maior visibilidade pública e a promover a circularidade da informação a outros meios de comunicação a partir das ações de protesto. A elevação potencial das audiências ao pólo emissor do processo de comunicação, além de pautar as mídias tradicionais, colabora à emancipação política e informacional dos sujeitos. As organizações tradicionais perdem, assim, grande parte de sua relevância como mediadoras das ações coletivas.

Em decorrência da tendência à universalização das demandas sociais e das novas possibilidades de estabelecer canais de comunicação não necessariamente restritos a critérios geográficos, as reivindicações de movimentos locais recebem potencialmente uma adesão em âmbitos mais amplos, do regional ao internacional. Exemplos dessa glocalização dos movimentos na Internet, por exemplo, encontram-se neste trabalho principalmente na transgressão de fronteiras no movimento #iranelection.

A apropriação das mídias sociais para o ativismo revela, também, uma constante criativa nos usos sociais dessas ferramentas, a multiplicidade de sistemas passa a ser empregada para ações coletivas e como forma de protesto. Do Twitter ao Youtube; da Orkut à blogosfera; muitos sites de redes sociais tornam-se “espaços” potencialmente inclinados ao ativismo. Os movimentos também não se restringem à apropriação de um mesmo “espaço” de redes sociais digitais. Embora possam intensificar-se em um ou outro meio em função de um uso ou público característico, tendem a apresentar uma criativa multimodalidade de ação. Em nenhum dos movimentos apresentados, a reverberação do discurso político e o recrutamento à ação se deu na esfera de uma só rede. Ao contrário, em todas se englobou atores sociais em suas diversas representações na Internet.

Também dentro da ideia de multimodalidade, nota-se também que o ativismo contemporâneo tende a se apresentar em uma forma híbrida ou

exclusivamente on-line: ações que iniciem na Internet com apropriações específicas podem gerar movimentos presenciais (e vice-versa), como na maioria das mobilizações delineadas. No entanto, podem também se restringir ao “ambiente” on-line, como no caso das passeatas virtuais no movimento #forasarney e a ação de “bombardeio” do #wikileaks. As apropriações políticas das redes sociais digitais impulsionam manifestações presenciais também em função da facilidade em tempo real de identificar atores simpáticos à ação, recrutá-los, organizá-los e coordená-los, tendo para isso espaços organizados de deliberação.

Da mesma forma, ressalta-se a importância da comunicação assíncrona às ações coletivas – questão ainda não suficientemente elucidada pelos esforços acadêmicos, então restritos tão somente à ideia de instantaneidade do fluxo de informações como transformadora das dinâmicas coletivas. Conforme visto, a comunicação assíncrona revela a sua contribuição principalmente no sentido de relevar o elemento tempo a um segundo plano, permitindo interações cronologicamente dispersas.

Sendo a ação coletiva naturalmente comunicativa (cf. FLANAGIN *et al.*, 2006), as transformações tecnológicas na sociedade contemporânea – por permitirem que os atores estejam mais conectados – indicam a passagem do ativismo à sua natural incorporação às redes sociais digitais. Os engajamentos coletivos, ainda que possam vir a se restringir às formas presenciais, recebem a contribuição das novas tecnologias em suas estratégias de organização, localização e coordenação. Não sendo possível, portanto, em grandes linhas, pensar o ativismo contemporâneo sem a sua dimensão tecnológica e comunicativa. As articulações mediadas possivelmente manifestariam não uma forma oposta a uma ideia tradicional de ativismo, mas sim a uma potencialização deste ao se fazer emergir novos “espaços”, ferramentas e estratégias de ação.

No contexto da teoria das ações coletivas, na linha de vários estudos recentes (cf. BIMBER *et al.*, 2005 e LUPIA e SIN, 2003), percebe-se que as ações coletivas contemporâneas definitivamente apresentariam novas

dinâmicas, sendo, dessa forma, os modelos tradicionais inaplicáveis ao seu pleno entendimento.

O indivíduo utilitarista da teoria clássica, guiado por maximizar os seus ganhos, depara-se agora com a possibilidade de contribuir à difusão do movimento a que está inserido, sem para isso incidir em custos sociais, temporais e capitais significativos. Em vez de se abster de colaborar com a ação coletiva pela ideia de maximização da relação custo/benefício, o sujeito reorientaria a sua prática mediante o reposicionamento do benefício sobre o custo.

Na ausência de custos expressivos à participação, a lógica do benefício coletivo sobressai-se. O tradicional *free-rider*, como se vê, tem as suas ações (ou a ausência destas) mais facilmente expostas no contexto da Internet, em decorrência da passagem da esfera privada à pública (conforme prevê BIMBER *et al.*, 2005). Mais facilmente se percebe os reais contribuintes ao movimento: a noticiabilidade e o reconhecimento enquanto grupo são mais presentes.

Além dos temas já superados pelos esforços teóricos recentes – uma maior proporção do grupo, por exemplo, não é elemento impeditivo ao alcance do objetivo coletivo, ao contrário, o favorece –, percebe-se que mesmo os atores de baixa probabilidade (cf. OLIVER e MARWELL, 1989) à ação coletiva ou ainda os grupos considerados “latentes” (cf. OLSON, 1965) são passíveis de reorientar as suas práticas. A relação nuclear do ator ativista de incentivo aos de alta e baixa probabilidade é potencialmente facilitada: a estrutura organizacional e comunicacional das redes sociais digitais impulsionam as articulações políticas, mesmo que em um grupo não existam sujeitos identitariamente engajados.

A justificativa da atuação de atores com esse perfil (baixa probabilidade) dá-se principalmente pela resposta em termos de capital social englobados nessas práticas em comunhão à ideia de não-envolvimento formal no “ambiente” on-line, muito em função da assimilação da ideia de anonimato em

rede ou ainda em razão possibilidade imediata de desvinculação (não há, em grandes linhas, uma relação formal de pertença). Há ganhos relacionais (reputação e entretenimento, por exemplo) e custos insignificantes em participar. A resposta social dada pela colaboração às ações coletivas para esse atores superam propriamente o sentido proposto pelo movimento. Principalmente o caráter lúdico (cf. PERANI, 2007; ASSIS, 2006), uma das características dos novos movimentos, conforme se vê no caso #wikileaks, favorece o engajamento coletivo e naturaliza os usos políticos das mídias sociais.

Além de uma não vinculação formal às manifestações ativistas, outro elemento contribuinte aos engajamentos coletivos centra-se na constituição de estrutura de poder abstrata. A hierarquia das ações ciberativistas não se apresenta de forma explícita, estabelece-se principalmente por poder de influência e pela reputação dos atores participantes, entre outros aspectos relacionais, em detrimento da lógica de segregação organizacional das estruturas formais. Dessa forma, os sujeitos na condição de iguais, possivelmente não se sentem alheios ao sistema, mas sim constituintes dele.

Sendo o sucesso de uma ação ativista em grandes parcelas resultante da imprevisibilidade das ações em detrimento do planejamento, como se vê no caso das mobilizações da chamada “Primavera Árabe”, entendem-se que os sujeitos, ao se depararem com um meio cujas características promovem a agregação espontânea, auto-organizada e adaptável aos meios de interação, encontram um recuso potencial de articulação.

Nesse contexto apresentado, torna-se relevante verificar o papel da Comunicação Mediada por Computador como ferramenta potencial de mobilização social no âmbito da compreensão da transformação das relações políticas por meio das redes sociais na Internet. A Internet fixa-se como um novo paradigma quanto à emergência de ações coletivas. Distante dos discursos que invalidam as articulações políticas em sites de rede sócias (em razão da aparente fragilidade dos vínculos sociais e dos envolvimento concretos com as causas coletivas), argumenta-se que uma das transformações das dinâmicas ati-

vistas na Internet é a facilitação quanto ao recrutamento de não-ativistas para a participação na ação coletiva. Se há os sujeitos que pouco envolvem-se efetivamente, apenas por meio de compartilhamentos/replicações em sites de redes sociais, esses mesmos sujeitos provavelmente não participariam se não fosse originalmente por meio dos sites de redes sociais.

O perfil ativista é possivelmente mais facilmente emancipado em função do livre acesso à informação, bem como a atuação de atores politicamente marginais – necessária à consecução de ações coletivas – torna-se igualmente mobilizável. As dinâmicas das ações coletivas na Internet tornariam mais fáceis o recrutamento de sujeitos que não estejam estritamente vinculados às causas do movimento. Como um chamamento à ação, essa mudança de paradigma possivelmente indicaria uma revitalização política das redes sociais (conforme sugere POSTMES e BRUNSTING, 2002). O ativismo, pela apropriação das novas tecnologias, passa a se incorporar como um uso social das redes digitais.

6 Referências Bibliográficas

ALBORNOZ, Luis A. Periodismo digital. **Los grandes diarios en la red**. Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2007.

AMADOR, Fernanda; FONSECA, Tânia. **Da intuição como método filosófico à cartografia como método de pesquisa - considerações sobre o exercício cognitivo do cartógrafo**. Arq. bras. psicol. v.61 n.1 Rio de Janeiro abr. 2009

AMARAL, Adriana; RECUERO, Raquel; MONTARDO, Sandra. **Blogs: mapeando um objeto**. In: VI Congresso Nacional de História da Mídia, 2008, Niterói. Disponível em <<http://pontomidia.com.br/raquel/AmaralMontardoRecuero.pdf>> Acesso em: 14/11/2009

AMORETTI, Juliana. **Movimentos sociais na América Latina e representações sociais de política**. In: GUARESCHI, Pedrinho; HERNANDEZ, Aline; CÁRDENAS, Manuel.. (Org.). Representações Sociais em Movimento: Psicologia do Ativismo Político. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010

ANTOUN, Henrique; PECINI, André Custódio. **A web e a parceria: projetos colaborativos e o problema da mediação na Internet**. In: XVI COMPÓS - 16 Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2007, Curitiba.

ANTOUN, Henrique. **O poder da comunicação e o jogo das parcerias na cibercultura**. Revista Fronteiras, 2(1):67-68, UNISINOS, São Leopoldo, 2004.

ANTOUN, Henrique. **Jornalismo e ativismo na hipermídia: em que se pode reconhecer a nova mídia**. Revista Famecos, (16), PUC-RS, Porto Alegre, 2001.

ASSIS, Érico Gonçalves de. **Táticas lúdico-midiáticas no ativismo político contemporâneo**. Dissertação de mestrado. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), 2006.

AXELROD, R. **The complexity of cooperation**. New Jersey: Princeton University Press, 1997.

BARABÁSI, A. L.; ALBERT, R. **Emergence of Scaling in Random Networks Science**. Science, vol. 286, p. 509 -512, 15 de outubro de 1999.

BATISTA, J.; ZAGO, G. **Cooperação, identidade e reputação em mobilizações sociais na internet**. In: 4º Congresso Panamericano de Comunicación Santiago do CHILE, Universidad Mayor, 2008a.

BATISTA, J.; ZAGO, G.. **Ativismo em Redes Sociais Digitais: Formas de Participação em Ações Coletivas no Ciberespaço**. In: XIII Colóquio Internacional de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 2008, Pelotas, RS.

BATISTA, J.; ZAGO, G.. **Ativismo em Redes Sociais Digitais: Os fluxos de comunicação no caso #forasarney** – trabalho publicado na revista Estudos em Comunicação, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999

BAUER, M; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BERTOLINI, S.; BRAVO, G. **Social capital, a multidimensional concept**. 2004, on-line.

BIMBER, Bruce; FLANAGIN, Andrew; STOHL, C. **Reconceptualizing collective action in the contemporary media environment**. Communication Theory, International Communication Association, Novembro de 2005.

BLOOD, Rebecca. **Weblogs: A History and Perspective**. In: Rebecca's Pocket, 2000, on-line.

boyd, d. m., & Ellison, N. B. (2007). **Social network sites: Definition, history, and scholarship**. Journal of Computer-Mediated Communication, 13(1), article 11. <http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html>

BRIGGS, Asa y BURKE, Peter. **De Gutenberg a Internet. Una historia social de los medios de comunicación**. Espanha: Taurus, 2002.

CASTELLS, Manuel. **La galaxia Internet. Reflexiones sobre Internet, empresa y sociedad.** Barcelona: Plaza & Janés, 2003.

CHOW, Pui Ha. **Internet Activism, Trans-National Public Sphere, and State Activation Apparatus: A Case Study of Anti-Japanese Protest.** In: Annual meeting of the International Communication Association, TBA, San Francisco, CA, maio de 2007.

COLEMAN, J. **Social Capital and the Creation of Human Capital.** EUA: American Journal of Sociology, 1998.

COSTA JR, Luiz Carlos. **Agenda mínima para o estudo do ativismo digital no Brasil.** In XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife, UFPE, 2007.

COSTA, L. et al. (Coord.). **Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização.** Brasília: WWF-Brasil, 2003.

DEGENNE, A.; e FORSÉ, M. **Introducing social networks.** Londres: Sage, 1999.

DELEUZE, G; e GUATARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia.** São Paulo: Editora 34, 1995.

DONK, Wim van de; LOADER, Brian; NIXON, Paul; RUCHT, Dieter. **Cyberprotest: new media, citizens and social movements.** E.U.A e Canadá: Routledge, 2004.

ELLISON, N. B., STENINFIELD, C., LAMPE, C. **The benefits of Facebook "friends:" Social capital and college students' use of on-line social network sites.** Journal of Computer-Mediated Communication, 12(4), 2007 article 1. <http://jcmc.indiana.edu/vol12/issue4/ellison.html>

FLANAGIN, A. J., STOL, C., BIMBER, B. **Modeling the Structure of Collective Action,** in "Communication Monographs", 73(1): 29-54, 2006.

FONTES, Bruno Augusto. **A construção das redes sociais de operadores de ONGS: Os mecanismos de recrutamento a partir das relés sociais.** In: REDES- Revista hispana para el análisis de redes sociales Vol.12,#7, Junho 2007 <http://revista-redes.rediris.es>

FRAGOSO, Suely. **WTF a Crazy Brazilian Invasion**. In: CATaC - Cultural Attitudes Towards Technology and Communication, Tartu. Fifth International Conference on Cultural Attitudes Towards Technology and Communication. Murdoch - Australia: School of Information Technology - Murdoch University, 2006. v. 1. p. 255-274.

GAFFNEY, D. **#IranElection: Quantifying the Role of Social Media in 140 Characters or Less**. Bennington College: Bennington, 2009

GALLEGO, Jorge André. **El sentido común en la teoría de la acción colectiva**. In: Reseñas y debates, Cadernos de Economia, nº 48, 2008.

GARRET, R. **Protest in a information society: a review of the literature on social movements and new ICTs**. Communication and Society, 9(2), 2006.

GILLMOR, Dan. **We the media: Grassroots journalism by the People, for the people**. EUA: OREILLY & ASSOC, 2004

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GOMES, Neusa **Publicidade: comunicação persuasiva**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

GONÇALVES, Fernando. **Resistência nômade: arte, colaboração e novas formas de ativismo na Rede**. e-Compós, agosto de 2007.

GONÇALVES, Fernando; BARRETO, Camila; PASSOS, Karina. **Media activism networking in Brazil: the emergence of new sociabilities and forms of resistance in the internet**. In: Internet Research 9.0: Rethinking community, rethinking place University of Copenhagen , Outubro de 2008

GOSS, K.; PRUDÊNCIO, K. **O Conceito de Movimentos Sociais Revisitado**. In: Em Tese. Santa Catarina: UFSC, 2004.

GRANOVETTER, M. **The Strength of Weak Ties**. The American Journal of Sociology, vol. 78, n. 6, p.1360-1380, 1973.

GUARESCHI, Pedrinho; HERNANDEZ, Aline; CÁRDENAS, Manuel.. (Org.). **Representações Sociais em Movimento: Psicologia do Ativismo Político**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010

GUATTARI, F; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUISARRI, Adrian. Mancur **Olson (1932-1998): Sus principales contribuciones**. Disponível em http://www.docstoc.com/docs/1743070/Adri%C3%A1n-Guisarri-Mancur-Olson_-sus-principales-contribuciones.

HARA, Noriko. **Internet use for political mobilization: voices of participants**. In: First Monday, peer-reviewed journal on the Internet, volume 13, number 7, July 2008.

HARDIN, Russel. **Collective Action**. Estados Unidos: Resources for the future, 1993.

HERNANDEZ, Aline. **Imagens e discursos do movimentos social espanhol “No a la Guerra”: representações, ações e reações**. In: GUARESCHI, Pedrinho; HERNANDEZ, Aline; CÁRDENAS, Manuel.. (Org.). Representações Sociais em Movimento: Psicologia do Ativismo Político. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010

HERRING, S.C. **Interactional coherence in CMC**. Journal of Computer-Mediated Communication, 4(4). Disponível em: jcmc.indiana.edu

HUBERMAN, B. Romero, D. & Wu, F. **Social Networks that matter: Twitter under the microscope**. First Monday, Vol 14, N. 1 -5 January, 2009. <http://firstmonday.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/view/2317/2063>

JAVA, Akshay; SONG, Xiaodan; FININ, Tim; TSENG, Belle. **Why We Twitter: Understanding Microblogging Usage and Communities**. Proceedings of the Joint 9th WEBKDD, 2007. Disponível em <<http://ebiquity.umbc.edu/paper/html/id/367/Why-We-Twitter-Understanding->

Microblogging-Usage-and-Communities>.

JORDAN, TIM. **Activism! Direct action, hactivism and the future of society**. Londres: Reaktion Books, 2002.

JORDAN, Tim; TAYLOR, Paul. **Hactivism and Cyberwars: rebels with a cause?** . Eua: Routhledge, 2004

KASTRUP, V. **O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo**. Psicol. Soc. vol.19 no.1 Porto Alegre Jan./Apr. 2007

KAVANAUGH, A; YANG, Seungwon; LI, Lin. **Microblogging in crisis situations: Mass protests in Iran, Tunisia, Egypt**. CHI 2011, May 7-12, 2011, Vancouver, Canadá.

LEMOS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002. 328p.

LESSA, Alfonso. **La revolución Imposible: los tupamaros y el fracaso de la vía armada en el Uruguay del siglo XX**. Montevideo/Uruguay: Editorial Fin de Siglo, 2005.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LOGAN, Robert K. **The Sixth Language: Learning a Living in the Internet Age**. Soddart Publishing. New York, 2000.

LUPIA, Arthur; SIN, Gisela. **Which public goods are endangered?: How evolving communication technologies affect The logic of collective action**. Public Choice 117: 315–331, 2003.

MACHADO, Jorge. **Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas aos movimentos sociais**. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul./dez. 2007

MALINI, Fabio **Por uma Genealogia da Blogosfera: considerações históricas (1997 a 2001)**. Lugar Comum (UFRJ), v. 21-22, p. 102-125, 2008.

MARGARITES, Ana. **Subjetividade e Redes Sociais na Internet: problematizando as relações entre estudantes e professores no contemporâneo.** Dissertação de Mestrado. Pelotas, UFPel, 2011

MARGETTS, H; JOHN, P. ESCHER, T; REISSFELDER, S. **Can the Internet overcome the logic of collective action? An experimental approach to investigating the impact of social pressure on political participation.** In Political Studies Association Annual Conference, 7-9 April 2009, University of Manchester.

MAZUOLLI, Valério. **Curso de Direito Internacional Público – 3ª Ed.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

McCOMBS, Maxwell. **Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública.** Vozes: Petrópolis, 2009

MCLUHAN, Marshall. **Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem.** Ed. Cultrix, São Paulo, 1979..

MISCHAUD, E. **Twitter: Expressions of the Whole Self. An investigation into user appropriation of a web-based communications platform.** MSc in Politics and Communication dissertaion. submitted to the Department of Media and Communications, London School of Economics and Political Science, September 2007.

NEGRELLY, Leonardo. **O ATIVISMO JUDICIAL E SEUS LIMITES FRENTE AO ESTADO DEMOCRÁTICO.** Anais do do XIX Encontro Nacional do CONPEDI realizado em Fortaleza - CE nos dias 09, 10, 11 e 12 de Junho de 2010

NEUMAYER, Christina; RAFFL, Celina. **Facebook for Protests? The Value of social software for Political Activism in the Anti-FARC Rallies.** DigiActive Research Series, December 2008

NEVES, A. Castanheira. **Uma perspectiva de consideração da comunicação e o poder – ou a inelutável decadência eufórica: notas de um esboço de reflexão....**In MONTEIRO, Antonio Pinto (org.).Estudos de Direito da Comunicação. Coimbra: Instituto Jurídico da Comunicação, 2002.

NEWMAN, Mark; BARABÁSI, Albert-László; DUNCAN, Watts. **The structure and dynamics of networks.** E.U.A: Princetown University Press, 2006

NICOLA, Ricardo. **Cibercidadania na República Tecnológica: contribuições info-inclusivas dos novos paradigmas transculturais canadenses**. In *Texto*, v. 16, 2007.

O'REILLY, Tim. **What is Web 2.0?** O'Reilly Media. 2005, on-line. Disponível em <http://www.oreillynet.com/pub/a/oreilly/tim/news/2005/09/30/what-is-web20.html>.

OLIVER, Pamela; MARWELL, Gerald. **Mobilizing Technologies for Collective Action**. In MORRIS, Aldon; MUELLER, Carol (edits.). *Frontiers of Social Movement Theory*. Estados Unidos: Yale University Press, 1992.

OLSON, Mancur. **The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups**. EUA: Harvard University Press, 1st ed. 1965.

ORIHUELA, Jose Luis. **Twitter y el boom del microblogging**. *Educ.ar. Educación y TIC*. 2007, on-line. Disponível em <<http://portal.educ.ar/debates/educacionytic/super-sitios/twitter-y-el-boom-del-microblo.php>>.

PAVLIK, John V. **El periodismo y los nuevos medios de comunicación**. Barcelona: Paidós, 2005.

PERANI, Letícia. **O lúdico no ativismo global**. In: *Contemporânea*, nº 9, 2007.

PIECKRILL, Jenny. **Cyberprotest: Environmental Activism On-line**. UK: Manchester University Press, 2003.

PRÁ, Jussara; BRUEL, Teresa. **O movimento feminista: lutas, conquistas e reivindicações**. In: GUARESCHI, Pedrinho; HERNANDEZ, Aline; CÁRDENAS, Manuel.. (Org.). *Representações Sociais em Movimento: Psicologia do Ativismo Político*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010

POSTMES, Tom; BRUNSTING, Suzanne. **Collective Action in the Age of Internet: Mass Communication and On-line Mobilization**. In *Social Science Computer Review*, Vol. 20 No. 3. Estados Unidos: Sage Publications, 2002.

PRIMO, Alex Teixeira. **A interação mediada por computador**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

PRIMO, Alex. Teixeira. **Existem Celebidades da e na blogosfera? Reputação e renome em blogs**. E-compós, 2009. Disponível em http://compos.org.br/data/biblioteca_1017.pdf.

PRIMO, Alex; SMANIOTTO, Ana. **Blogs como espaços de conversação: Interações conversacionais na comunidade de blogs insanus**. E-Compós, v. 1, n. 5, p. 1-21, 2006

PRUDÊNCIO, Kelly Cristina. **Mídia ativista: a comunicação dos movimentos por justiça social na Internet**. Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC, 2006.

RAMOS, Roberto. De Maquiavel a Morin: a complexidade do conceito de ideologia. **Revista Lumina - Apresentação**, América do Sul, 3 24 09 2009.

RECUERO, R. 2003. **Warblogs: Os Weblogs, o Jornalismo On-line e a Guerra no Iraque**. Verso e Reverso, 37:57-76.

RECUERO, Raquel. **Comunidades em Redes Sociais na Internet. Proposta de Tipologia baseada no Fotolog.com**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

RECUERO, Raquel. **As redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RECUERO, Raquel da Cunha; ZAGO, Gabriela da Silva. **Em busca das “Redes que importam”: Redes Sociais e Capital Social no Twitter**. In: XVIII Congresso da Compós, PUC/MG, Belo Horizonte, 2009.

RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela; BATISTA, J.. **Looking for Social Networks in Conversations: A case study of Twitter and Plurk adoption in Brazil**. In Internet Research 10.0. EUA: AOIR 10.0, 2009. Disponível em <http://ocs.sfu.ca/aoir/index.php/ir/10/paper/view/57>

RHEINGOLD, Howard. **Smart mobs**. USA, Basic Books, 2002.

SÁDABA, Teresa. Framing: **El encuadre de las noticias. El binômio terrorismo-medios** – 1ª Ed. Buenos Aires: La Crujía, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem Fronteiras. Ações Coletivas na era da globalização**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes Sociais na Sociedade da Informação**. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola (orgs.). *Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SCHIECK, Mônica **Os gorjeios que ganharam o mundo ou a importância do Twitter na #iranelection**. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, 2009

SCHIECK, Mônica. **Mobilizações em rede: interatividade e novos desafios**. In: ABCIBER, São Paulo, 2008

SILVA, S. **Participação Política e Internet – Propondo uma a teórico-metodológica a partir de quatro conglomerados de fatores**. In: I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política. UFBH, 2006.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Game-Ativismo e a Nova Esfera Pública Interconectada**. In XXXII Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação. Curitiba, Intercom, 2009.

SPEROTTO, R. **Das artes de viver e das possíveis hibridações de subjetividades**. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

TATUM, C. **Deconstructing Google bombs: a breach of symbolic power or just a goofy prank?** First Monday, 10(10) 2005. Acessado em: 11/09/2009, disponível em http://www.firstmonday.org/issues/issue10_10/tatum/.

THOMPSON, J.B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, Vozes, 1998. .

TURKLE, S. **Who am we?** Wired, jan. 1996. Disponível em <<http://www.wired.com/wired/archive/4.01/turkle.html>>.

UGARTE, David de. **El poder de las redes. Manual ilustrado para personas, colectivos y empresas abocados al ciberactivismo**, 2007. ISBN 978-84-611-8873-4 / domínio público Disponível em: <<http://www.deugarte.com/manual-ilustrado-para-ciberactivistas>>

VIDAL, José Adolfo. **Activismo e novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)**. In Livro de Actas, 4º SOPCOM, 2005

WAINBERG, J.A. **Línguas Ferinas: um estudo sobre a polêmica e os polemistas**. Porto Alegre: Edipucrs, 2011

WALKER, J. **Links and power: the political economy of linking on the web**. 2002, on-line. Acessado em: 11/10/2009, disponível em: <http://jilltxt.net/txt/linksandpower.html>.

ZAGO, Gabriela. **What's going on? Exploring microblogs as a tool for journalism**. In: Internet Research 10.0 - Internet: Critical, 2009, Milwaukee. IR 10.0 - Internet: Critical. Milwaukee : AoIR, 2009.

ZAGO, Gabriela. **Dos Blogs aos Microblogs: Aspectos Históricos, Formatos e Características**. In: VI Congresso Nacional de História da Mídia, 2008, Niterói, RJ. Anais do VI Congresso Nacional de História da Mídia, 2008.

ZAGO, Gabriela; BATISTA, J. **Ativismo em redes sociais digitais: formas de participação em ações coletivas no ciberespaço**. In: Verso e Reverso, 2009

ZAGO, Gabriela; BATISTA, J. **Manifestações coletivas no ciberespaço: cooperação, capital social e redes sociais**: In: II Simpósio nacional da ABCIBER, São Paulo, 2008

ZAGO, Gabriela; BATISTA, J. **Ativismo e agendamento nos Trending Topics do Twitter: o caso Wikileaks**. Contemporânea (UFBA), v.9, n.2, 2011.